

ENGENHOS NO PARÁ



ORGANIZAÇÃO
Giovanni Blanco Sarquis

IPHAN

ENGENHOS NO PARÁ



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DA CULTURA

Margareth Menezes

**PRESIDENTE DO INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL**

Leandro Grass

DIRETORIA DO IPHAN

Andrey Rosenthal Schlee

Desirée Ramos Tozi

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Maria Sílvia Rossi

SUPERINTENDENTE DO IPHAN NO PARÁ

Paulo Henrique de Sousa Guimarães

ENGENHOS NO PARÁ

ORGANIZAÇÃO
Giovanni Blanco Sarquis

TEXTOS
Alex de Andrade Raiol
Catarine Saunier
Giovanni Blanco Sarquis

IDEALIZAÇÃO

Denise Rosário de Carvalho
Giovanni Blanco Sarquis

ORGANIZAÇÃO

Giovanni Blanco Sarquis

TEXTOS

Alex de Andrade Raiol
Catarine Saunier
Giovanni Blanco Sarquis

REVISÃO

Denise Rosário de Carvalho
Giovanni Blanco Sarquis

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Andréia Loureiro Cardoso

MAPA E ILUSTRAÇÕES

Giovanni Blanco Sarquis
Ruan Ribeiro

TRATAMENTO DE IMAGENS

Andréia Loureiro Cardoso
Fernando José de Mesquista

FOTO DE CAPA

Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional
www.gov.br/iphan
publicacoes@iphan.gov.br
iphan-pa@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

E57

Engenhos no Pará / Organização : Giovanni Blanco Sarquis ;
Texto : Alex de Andrade Raiol, Catarine Saunier, Giovanni
Blanco Sarquis – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). –
Belém : Iphan, 2023.
141 p.
Modo de acesso: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>
ISBN: 978-65-86514-95-7

1. Engenhos de Açúcar. I. Sarquis, Giovanni Blanco. II.
Raiol, Alex de Andrade. III. Saunier, Catarine.

CDD 981

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

SUMÁRIO

9	PREFÁCIO
13	APRESENTAÇÃO
17	CONTEXTO HISTÓRICO
19	PRIMÓRDIOS DA ATIVIDADE AÇUCAREIRA NO BRASIL
27	ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ENGENHO
31	BREVE HISTÓRICO DOS ENGENHOS NO PARÁ
55	ENGENHOS INVENTARIADOS
57	O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE PESQUISA
65	PESQUISA DOCUMENTAL
67	A DOCUMENTAÇÃO COMO SUPORTE INVESTIGATIVO
75	CULTURA MATERIAL
81	TECNOLOGIA, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO
83	TIPOS DE ENERGIAS
95	CONFIGURAÇÃO ESPACIAL
105	TIPOLOGIAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS
111	CASA GRANDE, CAPELA E SENZALA
121	CASA DE ENGENHO (FÁBRICA, ARMAZÉM E AFINS)
125	ENGENHOS: PATRIMÔNIO CULTURAL
127	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO
131	A PUBLICIDADE E A SOCIALIZAÇÃO
135	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Fig. 01: Maquinário da fábrica do Engenho São Pedro, Belém.
Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

PREFÁCIO

O Inventário Cultural do Patrimônio Material dos Engenhos do Estado do Pará que ora se torna público, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir da publicação “Engenhos no Pará” é um enriquecedor contributo à compreensão de um dos aspectos mais instigantes da historiografia local. Sabemos que desde o início do século XVI o interesse no domínio do território brasileiro pelos europeus se deveu à exploração dos produtos naturais, como o pau-brasil. Posteriormente, com o sucesso obtido nas ilhas atlânticas, a cultura da cana-de-açúcar trazida pelos portugueses passou a assumir papel preponderante, imputado ao estabelecimento de inúmeros engenhos ao longo da imensa faixa litorânea desde o Rio de Janeiro, Bahia e até Pernambuco. E foi no Nordeste brasileiro que, por quase dois séculos, os negócios advindos da exploração canavieira alcançaram o auge, com predomínio dos portugueses no comércio global do açúcar, constituindo-se no período que conhecemos como “Ciclo Açucareiro”.

Por volta do início do século XVII, essa atividade encontrou na região da boca do rio Amazonas, condições naturais que poderiam ser favoráveis à implantação de engenhos. Por sua proximidade com a costa do Oceano Atlântico, neste contexto geográfico sobressaiu a influência do fenômeno das marés, que se manifestou em quase todo o estuário devido à topografia plana e entrecortada por rios, igarapés, furos e canais. Naquela época, já se registrava a exploração de tabaco, madeiras, urucum e algodão por comerciantes ingleses, franceses e holandeses nas Guianas e estuário amazônico, caracterizando assim o início do processo de expansão europeia para a extensa bacia amazônica. E a partir da (re)conquista do Maranhão em 1616, as forças ibéricas também dominaram fortificações e feitorias de açúcar existentes no rio Amazonas.

A partir do êxito atingido na Bahia e Pernambuco, a instalação de fazendas e engenhos foi fundamental para promover o povoamento e a fixação de colonos na Amazônia. Para se ter uma ideia, em 1662 o Estado do Maranhão e Grão-Pará possuía uma população de menos de 2.000 moradores e 30 engenhos de açúcar localizados nas margens dos rios. Em meados do século XVIII, enumerava-se cerca de 70 engenhos e engenhocas na Capitania do Pará, e cuja quantidade no final desse século ultrapassou uma centena de propriedades. Durante o século

XIX, com aperfeiçoamentos técnicos agrícolas e industriais, a atividade canavieira se firmou na zona estuarina amazônica, resultando em 166 engenhos em 1862, e 209 em 1881. Porém, ao final daquele século uma nova forma de extrativismo passou a despontar no quadro econômico regional, despertando interesse de altos investimentos de comerciantes tradicionais: a exploração da borracha. Dessa forma e ao longo do século XX, a produção canavieira se restringiria à fabricação de aguardente, numa escala muito pequena, como uma lembrança longínqua do apogeu alcançado no passado.

Para além de revelar a trajetória desta agroindústria e valorizar sua riqueza histórica no âmbito do Estado do Pará, e que foi merecedor de interesse por autores ilustres como Maria Anunciada Chaves, Vicente Salles, Ernesto Cruz, Donato Mello Júnior e Leandro Tocantins, entre outros, a presente publicação do IPHAN estimula aprofundar o conhecimento do universo destes empreendimentos que se notabilizaram por uma certa opulência, mas que na atualidade assumem apenas uma irreversível condição de lugares do passado. À luz das diferentes áreas do conhecimento, potencializam-se como um campo de estudo ainda em aberto e objeto de múltiplas abordagens. Estas unidades produtivas estavam inseridas num contexto global da economia colonial e foram cenários de interações socioculturais entre proprietários europeus e africanos escravizados e nativos ameríndios, além de locais relacionados a episódios importantes, como a Revolta da Cabanagem.

A memória de engenhos coloniais localizados no estuário amazônico tem sido escopo de pesquisas em história e arqueologia desenvolvidas no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que atestam requinte e grandiosidade nas estruturas remanescentes como, por exemplo, no Engenho Murutucu (em Belém), no Engenho Palheta (em Muaná), no Engenho Aproaga (rio Capim) e no Engenho Cafetal (em Barcarena). Ilustrações oriundas dos tempos coloniais corroboram essa magnitude que também foi visível nos engenhos do Calixto (rio Capim) e Juquiri (rio Moju), além do Jaguarari e Mucajuba, que foram retratados com detalhes na obra “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira. Os estudos constatam ainda a funcionalidade requerida na escolha e na disposição das instalações das fábricas, cujos aspectos foram regidos por um elevado domínio técnico, segundo ressaltado pelo autor Ruy Gama em seu livro “Engenho e Tecnologia”. A propósito, nas narrativas das atuais comunidades ribeirinhas têm sido marcantes as recordações sobre a arquitetura quase monumental desses antigos casarões, com suas chaminés e até rodas d’água que se destacavam em meio à típica paisagem amazônica.

Nos dias atuais, na maioria dos casos, o conteúdo material se resume apenas aos restos de estruturas dispostas pelas margens dos rios sujeitos às inundações diárias das marés, concebidos com diferentes materiais e técnicas construtivas: como esteios e painéis em madeira ou espessas paredes e galerias em arcos e abóbadas em alvenaria de pedra aparelhada. A interpretação histórica e arqueológica apoiada em uma consistente informação oral permitiu compreender e revelar que tais obras se tratavam de elementos do sistema motriz dos engenhos, que funcionaram com a energia das marés.

Curiosamente, estes resquícios que são referidos regionalmente como “calha” ou “igarapé do ladrão” têm sua permanência explicada pelo significado ou entendimento que lhes tem sido atribuído pelas comunidades tradicionais vizinhas a estes locais: eram os sumidouros onde muitos dos seus antepassados pereceram. Neste sentido, é importante reconhecer que esta ressignificação tem proporcionado às comunidades não apenas a busca por providências de preservação dos testemunhos de sua herança cultural, mas também de políticas públicas que atendam suas demandas em questões de reafirmação identitária e de territorialidade.

Fernando Luiz Tavares Marques

Arquiteto-urbanista

Mestre e Doutor em História

Pesquisador em Arqueologia do MPEG



Fig. 02: Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Murutucu, Belém.
Foto: Fernando Mesquita, 2019. Acervo: IPHAN.

APRESENTAÇÃO

A presente publicação é uma síntese do Inventário Cultural do Patrimônio Material dos Engenhos do Estado do Pará, contratado pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Pará e datado de 2013. Esta pesquisa contemplou a identificação e a descrição dos engenhos de cana-de-açúcar fundados no estuário amazônico desde o período colonial até meados do século passado, possibilitando compreender o processo histórico desse empreendimento social, seu funcionamento, sua importância colonizadora e econômica para a região, bem como a interpretação dos remanescentes materiais enquanto legado histórico.

Essa investigação resultou de um plano estratégico do IPHAN aplicado em todo o país que visava conhecer o patrimônio cultural relativo aos “ciclos econômicos” da história brasileira. Sendo assim, o inventário consistiu numa ação de identificação e preservação da variada cultura material decorrente da atividade canavieira, que também foi responsável pela ocupação e desenvolvimento de uma parcela significativa do território brasileiro.

Sobre a pesquisa de campo, registramos a dedicação de Alex de Andrade Raiol e Catarine Saunier na investigação de fontes primárias, devido à inexistência de um recorte cronológico preciso e às dificuldades inerentes à coleta de vestígios documentais, e o curto prazo de tempo para o levantamento documental, a coleta e a tabulação dos dados, e o cruzamento de informações contidas nos documentos e na bibliografia.

Esse trabalho possibilitou, em suma, compreender que o cultivo da cana-de-açúcar se organizou no Estado do Pará, principalmente, na zona fisiográfica guajarina, área que engloba os rios Acará, Guamá, Moju e Tocantins. Esse fato ocorreu devido a essa região possuir uma vasta quantidade de terras férteis e rios que pudessem ser utilizados como força motriz para o funcionamento das moendas dos engenhos e, também, à localização privilegiada dessas freguesias rurais às proximidades Belém, o que reduzia as despesas com o tempo de transporte.

Dessa forma, a pesquisa que apresentamos, sintetizada nas páginas dessa publicação, é constituída da coleta de dados acerca dos engenhos de cana-de-açúcar localizados em Abaetetuba, Acará, Barcarena, Belém, Benevides, Igarapé-Miri, Marituba e Moju, cujo levantamento abrangeu a identificação arquitetônica dos remanescentes físicos nesses sítios e, paralelamente, a

investigação bibliográfica e documental para subsidiar o reconhecimento dessa pauta. A partir de então, teve-se (1) o preenchimento de fichas de informações que constituem um banco de dados do IPHAN, (2) a sistematização desses dados referentes à história, aos remanescentes materiais e à organização funcional e edilícia e (3) a determinação da importância dos engenhos enquanto memória e patrimônio.

Visando sistematizar os dados coletados, resultantes de dedicada pesquisa documental e investigação de campo, essa publicação foi organizada em quatro grupos de informações, conforme a seguinte sequência: Contexto Histórico, Engenhos Inventariados, Engenhos: tecnologia, organização e construção, e Engenhos: patrimônio cultural.

Em “Contexto Histórico” é apresentado um panorama da economia canavieira no país e a repercussão no Estado do Pará. “Engenhos Inventariados” identifica os engenhos selecionados para a presente pesquisa, e sua correspondente investigação documental e inventário, demonstrando o valor da cultura material remanescente após a paralisação de suas atividades. “Engenhos: tecnologia, organização e construção” revela as forças motrizes determinantes para a formação de um engenho, bem como a consequente configuração espacial e tipológica das principais construções realizadas nesse território de produção econômica. Por fim, “Engenhos: patrimônio cultural” discute a percepção dos remanescentes dos engenhos identificados na pesquisa, sua contribuição histórica e as perspectivas de preservação e promoção do conhecimento desse patrimônio.

Com essa estrutura formal, a pesquisa possibilitou o conhecimento e também permitiu novas reflexões sobre a preservação e a promoção dos sítios remanescentes de antigos engenhos de cana-de-açúcar encontrados numa região específica brasileira, no caso, na região Norte do Brasil, buscando resgatar sua história econômica e social, apontando suas formas de assentamento ao longo do estuário amazônico. Assim como discutindo diretrizes de salvaguarda e socialização desse patrimônio material, viabilizando potenciais estratégias de educação patrimonial e instrumentos de promoção da memória coletiva dessa atividade humana, primeiramente nas localidades contempladas com esta investigação.

Por fim, a publicação “Engenhos no Pará” vem somar-se a outros produtos editoriais lançados pelo IPHAN no Pará, com o intuito de divulgar, numa linguagem direta, pesquisas institucionais que investigam, documentam e promovem o patrimônio histórico e cultural do estado, como o livro “Estrada de Ferro de Bragança”.

Giovanni Blanco Sarquis

Arquiteto-urbanista

Mestre e Doutor em Arquitetura

Técnico em Arquitetura do IPHAN no Pará



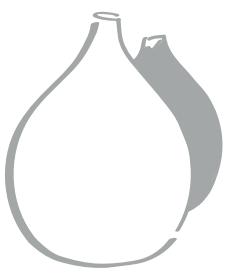
Engenho da Saudade

O meu engenho de aço
Não moeu mais uma cana
Já faz mais de uma semana
Que um alfenim eu não faço
Não vendi mais um cabaço
De garapa a freguesia
A máquina da nostalgia
É que trabalha à vontade
Meu engenho de saudade
Quebra cana todo dia.

Nunca mais fiz uma farra
Por causa da falta dela
Vou como um boi de barbela
Atrelado à almanjarra
A moenda só esbarra
De encontro à melancolia
E a fornalha não esfria
Queimando a felicidade
Meu engenho de saudade
Quebra cana todo dia

Gregório Filó





CONTEXTO HISTÓRICO



Fig. 03: Engenho no Nordeste.

Pintura: Frans Post, 1660.

PRIMÓRDIOS DA ATIVIDADE AÇUCAREIRA NO BRASIL¹

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas durante o período colonial e imperial em território brasileiro, a produção canavieira teve amplo destaque desde o início da colonização portuguesa, ganhando importância nas pautas comerciais e promovendo a mobilização de esforços econômicos, de mão de obra e da utilização do aparelho administrativo objetivando obter o máximo possível de renda (Fausto, 2002).

Nesse contexto, o engenho colonial era a unidade de produção de açúcar (açúcar e aguardente, especialmente, além de outros derivados e produtos), e tratava-se de uma vasta estrutura que abrangia desde terras cultivadas a instalações voltadas para a produção e moradias. Seus proprietários eram ricos fazendeiros rurais ou beneficiários de capitania que produziam açúcar, sobretudo, para a exportação.

Desde o século XV, o interesse pela especiaria aumentou, devido a sua utilização no adoçamento de bebidas como o café, o chá e o chocolate. Este fato foi determinante para que os portugueses popularizassem a cultura do produto e seu comércio, cultivando canaviais nas ilhas da Madeira, Açores e São Tomé. Desde então, os portugueses investiram na expansão dessa cultura nas novas terras descobertas nas Américas; assim como os espanhóis, que cultivaram o produto nas Antilhas logo após o descobrimento da América (Garcia & Lobato, 2011, p. 25).

Sobre a gênese da atividade canavieira no Brasil, seu princípio está relacionado à criação de um sistema de administração territorial, ocupação e colonização do Brasil denominado de Capitanias Hereditárias (1534 a 1759). Esse sistema consistia em dividir o território brasileiro em faixas de terras entregues à gestão de particulares (donatário), normalmente nobres portugueses que mantinham relações com a Coroa portuguesa e receberam o direito de explorar uma região. Definido o donatário, o mesmo assumia a responsabilidade sobre a ocupação e administração da capitania, adquirindo o direito de explorar economicamente os recursos naturais presentes no território.

¹ Alex de Andrade Raiol e Giovanni Blanco Sarquis

Conforme Garcia & Lobato (2011, pp. 25-32), estabelecido o sistema de capitâncias, teve início o cultivo de cana-de-açúcar nas capitâncias, a partir de mudas originárias das ilhas da Madeira e São Tomé. Quanto a isto, controvérsias entre alguns historiadores dificultam a definição sobre a fundação do primeiro engenho no país: engenho em Itamaracá, ou engenho Nossa Senhora da Ajuda, às proximidades de Olinda, ambos em Pernambuco; engenho São Jorge dos Erasmos ou engenho Bom Governo, ambos instalados por Martim Afonso de Souza na Capitania de São Vicente; ou engenho Madre de Deus, na Bahia.

Ao longo desse período, o açúcar passou a ser cultivado em toda a costa brasileira desde o Rio de Janeiro até o Nordeste, adaptando-se facilmente em virtude do clima tropical. Nessa época, o açúcar adquiriu a designação de “ouro branco”, devido a sua importância no comércio internacional. A plantação da cana-de-açúcar nos primórdios do descobrimento do país foi determinante para a ocupação de quase todo o seu litoral, conduzindo à instalação de usinas de açúcar e a definição de uma estrutura espacial e socioeconômica baseada nos engenhos coloniais, casas grandes e senzalas, os quais ainda remanescentes nos dias atuais, traduzem-se em testemunhos materiais do ápice do primeiro ciclo econômico do Brasil: o açúcar.

Conforme Manuel Diégues Jr. (2006, pp. 15-16), a economia açucareira no país tem sua gênese na época da colonização, prosperando inicialmente o plantio da cana nas capitâncias de Pernambuco e São Vicente. Desde então, o engenho de açúcar tornou-se a base econômica da organização do Brasil; e para sua construção foram despendidos os capitais existentes, resultando na disseminação de inúmeros engenhos e, em consequência, na ampliação da produção açucareira. No final do século XVI, a hegemonia econômica da colônia se situava nos núcleos canavieiros de Pernambuco e do Recôncavo Baiano.

A importação do açúcar brasileiro para a Europa em substituição ao mel permitiu o crescimento contínuo de seu consumo, tornando o açúcar no principal produto de exportação e base econômica do Brasil nos séculos XVI e XVII. “Era produto que contribuía para assegurar a formação do capitalismo português” (Diégues Jr., 2006, p. 16). Notadamente, as vilas e cidades brasileiras vinculadas à cultura da cana e ao fabrico do açúcar tornaram-se as mais desenvolvidas quanto aos valores culturais, religiosos, científicos, artísticos intelectuais e morais à época (Garcia & Lobato, 2011, pp. 26-27).

Visando maior lucratividade, Portugal favoreceu a criação de *plantations* - grandes áreas de terras (latifúndios) destinadas ao cultivo de açúcar -, ficando restrita a policultura de subsistência e a extração de madeira apenas a uma pequena parte das terras. Esse modelo de economia agrícola contribuiu para que não ocorresse ascensão de outras atividades, dissociada do interesse português; restringiu a economia à exploração do açúcar e impediu a formação de outras classes sociais intermediárias. Na base da pirâmide social estariam os escravos africanos trazidos das possessões coloniais portuguesas na África (Garcia & Lobato, 2011, p. 27).

Ao começar o século XVII, a economia açucareira estava em plena prosperidade. Crescia o número de engenhos; aumentava a produção; o gênero exportava-se para a Europa, onde o consumo de

açúcar era quase todo de procedência brasileira. O engenho constituía não apenas a base econômica; constituía o mais importante núcleo social da vida da colônia.

A expansão política e territorial que, nos começos do século XVII, parte de Olinda em direção ao Norte encontra sempre, no plantio da cana e na ereção de engenhos, a base de ocupação humana, o esteio da permanência do elemento colonizador. Os expansionistas pernambucanos vão até o extremo Norte, plantando canas e construindo engenhos. Nem sempre, é certo, as terras são propícias à cana, mas se planta; e o canavial começa a criar safra (Diégues Jr., 2006, p. 16).

Segundo Garcia & Lobato (2011, pp. 27-28), considerando que a implantação da cultura açucareira exigiria a aplicação de elevadas somas de capitais, foi estabelecida uma relação comercial entre Portugal e Holanda nessa época. Segundo esse acordo, os portugueses explorariam economicamente as terras por meio das *plantations* e engenhos, enquanto os holandeses financiavam, transportavam e negociavam para o mercado europeu, incluindo-se o refinamento do produto antes de sua distribuição. Com o tempo, Portugal rompeu esse acordo, passando a investir intensamente na atividade açucareira e aferindo lucros mais elevados. Consequentemente, os holandeses, que dominavam a técnica de plantação da cana e a fabricação do açúcar, investiram no cultivo dessa cultura nas Antilhas, onde assentaram a produção do produto. Assim, iniciou a alternância entre Brasil e Antilhas quanto produtores de açúcar para o mercado internacional.

Não se pode facultar o fato de que a negligência de alguns donatários, as desavenças internas e as guerras com os índios, dentre outras dificuldades, acabaram resultando na queima de engenhos e no desenvolvimento esporádico e descontínuo da indústria açucareira. Com exceção de duas capitania: São Vicente e Pernambuco (Schwartz, 1988, pp. 31-32).

São Vicente, apesar de não ter sido um importante centro açucareiro até o século XIX, alcançou destaque na produção de aguardente durante o período colonial, utilizada especialmente como produto de troca. Pernambuco, por sua vez, revelou-se a mais bem-sucedida região açucareira de todas as capitania, pois seu donatário, Duarte Coelho, trabalhou ativamente para defender seus interesses lançando os alicerces econômicos nos seus domínios. O primeiro engenho a entrar em funcionamento chamava-se Nossa Senhora da Ajuda, de propriedade do cunhado de Coelho. Em 1550, a capitania possuía um número de 5 engenhos em operação e, na década de 1580, o número aumentou para expressivos 66 engenhos. Dessa forma, Pernambuco com mais da metade dos engenhos brasileiros nesse período, era a principal zona produtora de açúcar no Brasil (Schwartz, 1988, pp. 33-34).

Contudo, a única capitania comparável à produtividade dos engenhos pernambucanos foi a da Bahia, que na mesma década possuía em torno de 40 engenhos. Vantagens climáticas e geográficas em relação a outras localidades permitiram o desenvolvimento na região do Recôncavo uma sólida lavoura açucareira (Schwartz, 1988, p. 34). Os terrenos de várzeas foram propícios à cana-de-açúcar no Nordeste, pois acolheram naturalmente os brotos de cana, possibilitando à cana fertilidade e abundância. E as causas desse fator foram as extensas terras baixas ao longo dos rios ou de grandes alagadiços no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e

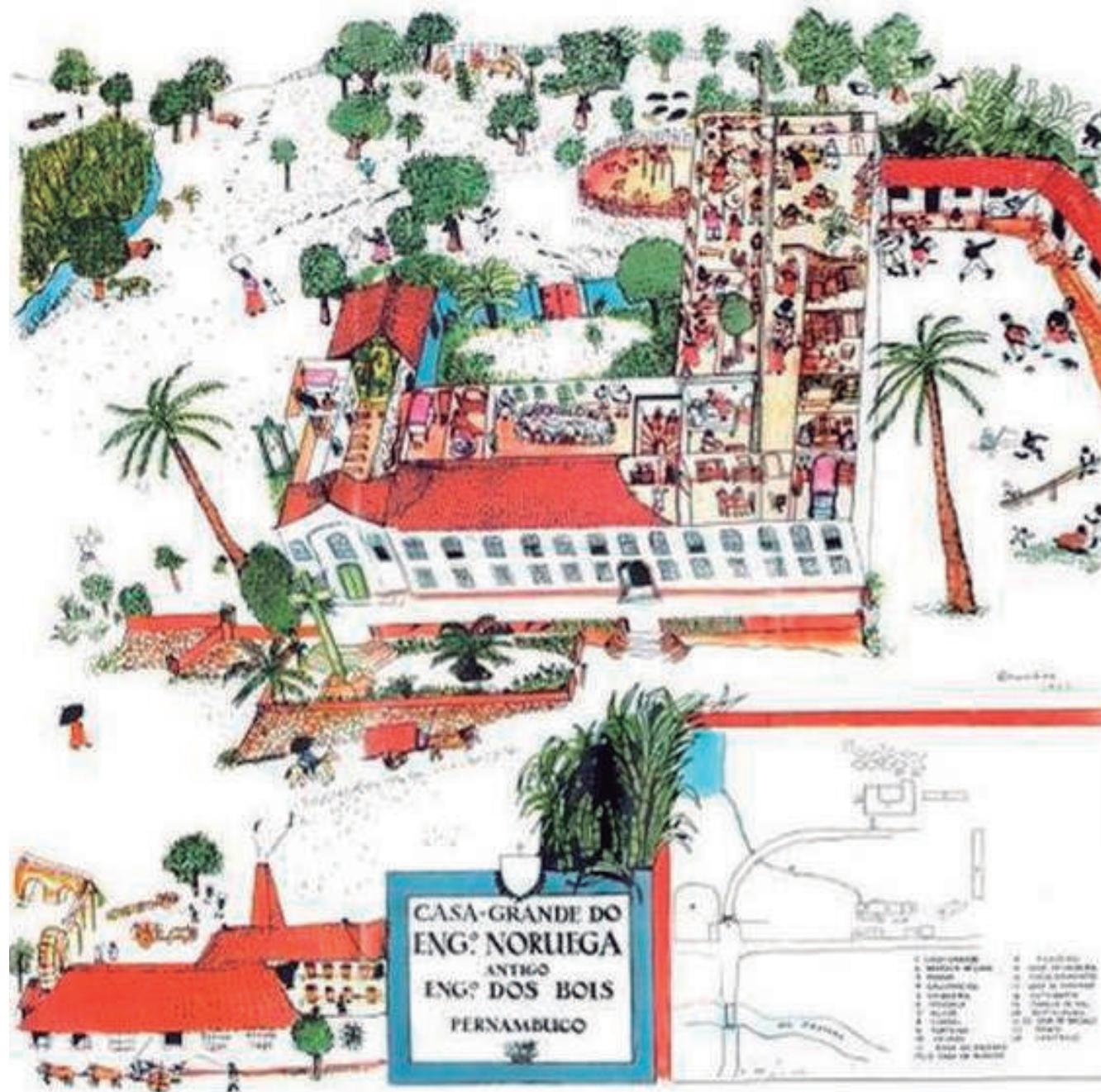


Fig. 04: Ilustração de engenho no Nordeste.

Fonte: Freyre, 2006.

Bahia onde prosperou a produção de cana (Diégues Jr., 2006, p. 36).

Segundo Schwartz (1988, p. 35), o governo da Bahia recebeu ordens de conceder sesmarias a todos os homens que tivessem condições de equipar um engenho no prazo de três anos, tornando-se responsáveis pelo desenvolvimento de seu território e pela proteção dos que neles residissem. Dessa maneira, a Coroa portuguesa transferiu, no início do século XVI, a tecnologia e organização adquiridas anteriormente no Mediterrâneo e nas ilhas atlânticas para o Brasil. Inicialmente, a maioria dos engenhos brasileiros era de pequeno porte, tendo como força motriz o uso (tração) de animais. Além destes, apesar dos elevados custos para a sua construção, existia também alguns engenhos movidos pela força hidráulica (Schwartz, 1988, p. 36). O próprio processo de plantação da cana-de-açúcar era primitivo, pois utilizava a enxada como instrumento de trabalho na lavoura, o qual só seria substituído, gradualmente, pelo arado a partir do final do século XVIII.

Por sinal, desde o século XVIII o Brasil perdeu o mercado consumidor da Europa devido ao surgimento do açúcar originário da beterraba, produzido a partir novas técnicas industriais pelos holandeses nas Antilhas. Essa concorrência externa ocasionou grave crise para a econômica açucareira, seja devido à produção de açúcar das Antilhas, como internamente diante da exploração do ouro nas Minas Gerais. Por sua vez, o século XIX assinalou grandes progressos e realizações na economia açucareira, destacando-se a introdução da cana caiana, da máquina a vapor, o uso do bagaço como combustível, a adoção de novas máquinas de moagem e de novo sistema de caldeiras e, por fim, o aparecimento dos engenhos centrais. Assim, teve início uma fase de industrialização do açúcar com a usina; precipitando a decadência do engenho e, desse modo, o encerramento do ciclo da importância fundamental do engenho de açúcar na vida brasileira: reconhecido como centro de vida social e política (inclusive em áreas urbanas), como de produção econômica (Manuel Diégues Jr., 2006, pp. 19-20).

Os estudos sobre a sociedade da grande lavoura no Brasil foram escritos, frequentemente, sob a perspectiva da casa grande, e nessa categoria podemos citar “Casa Grande & Senzala” de Gilberto Freyre, que serve de base para qualquer discussão sobre o tema. Esta obra foi originalmente publicada na década de 1930, e constitui uma matriz conceitual que vigoraria por décadas, não somente para os estudos voltados para o universo açucareiro no Brasil, como também para a compreensão do modelo de família extensa, rural e patriarcal do período colonial brasileiro².

Assim, Freyre buscava compreender a origem do caráter do brasileiro, entendendo que nas casas grandes dos engenhos poderia encontrar o resumo do que então se considerava como povo (Freyre, 2006).

² Embora Gilberto Freyre, ao fazer essa denominação de família patriarcal, se referisse a área de lavoura canavieira do Nordeste brasileiro, os debates recentes de família revelaram que coexistiram no período analisado pelo autor diversas formas de núcleos familiares, caracterizando, desse modo, um quadro diversificado de famílias nas regiões do Brasil. Ver: SAMARA, Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998. Nessa obra, a autora compõe o outro lado da família brasileira, que difere em muitos aspectos da família extensa. Portanto, desmistifica o conceito de ‘família patriarcal’ como aplicável nos diversos momentos da história do Brasil, e para famílias dos diferentes grupos sociais.

Em suma, além de tentar definir o caráter do povo brasileiro, idealizou o *modus vivendi* dos grupos dominantes, pois a história social presente nas casas grandes é a história íntima de quase todos os brasileiros: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamia, de sua vida de menino, do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pela credo da senzala (Faria, 1998). Freyre imputou poderes quase intransponíveis aos senhores de engenhos, pois a casa grande e seu senhor representavam, na época, a inspiração de quase todos os homens que vieram para o Brasil durante o período colonial.

Para Gilberto Freyre, o patriarcalismo presente na atividade açucareira do Nordeste brasileiro resumia a vida cotidiana colonial:

A casa-grande venceu no Brasil a igreja, no impulso que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. [...] A casa-grande patriarcal desempenhou ao longo da sua história diferentes funções, que muitas vezes coabitavam entre si. Dentre elas podemos citar: fortaleza, capela, hospedaria, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, e banco. [...] Os senhores das casas-grandes representaram na formação brasileira a tendência mais característica portuguesa, no sentido de estabilidade patriarcal. Estabilidade apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala). [...] O estilo das casas-grandes foi expressão sincera das necessidades, dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível. [...] Embora associada particularmente ao engenho de cana e ao patriarcalismo nortista, não se deve considerá-la expressão do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral (Freyre, 2006, pp. 38-43).

Na citação anterior, percebe-se também que a disputa de poder entre os senhores de engenhos e a Igreja, com a consequente vitória dos primeiros, foi decisiva para a instalação do modelo patriarcal. Assim, nas casas grandes os filhos dos senhores viviam com suas famílias, escravos e, ainda, os proprietários ou moradores de sítios que se colocavam sob as vistas e ordens dos senhores onipresentes. A casa grande, dessa maneira, acabava assumindo uma pluralidade de funções, que muitas vezes coabitavam entre si: fortaleza, capela, hospedaria, escola, oficina, santa casa, harém, convento e banco.

Subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico português, formou-se no Brasil uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e, mais tarde, de negro na sua composição. Sendo desde o primeiro século, por meio de famílias proprietárias e autônomas (senhores de engenho), decisivo para a formação nacional.

Da mesma forma importante, “Raízes do Brasil”, de Sergio Buarque de Holanda, contribui com os argumentos de Gilberto Freyre, ao dizer que toda a estrutura da sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos; apesar de não podermos dizer que os portugueses, a rigor, instalaram uma civilização agrícola no Brasil, e sim uma civilização de raízes rurais (Holanda, 1995, p. 73).

Portanto, essa breve exposição permiti-nos perceber que desde o início da colonização portuguesa, a costa atlântica brasileira foi o palco principal para o desenvolvimento da cultura canavieira. Apesar de ter sido inicialmente instalada na Capitania de São Vicente, e posteriormente no imenso território litorâneo, foi no Nordeste que os negócios envolvendo açúcar e aguardente desenvolveram-se em maior escala, fazendo com que durante séculos o comércio desses produtos ganhasse destaque nas exportações do Brasil (Prado Jr., 1994).

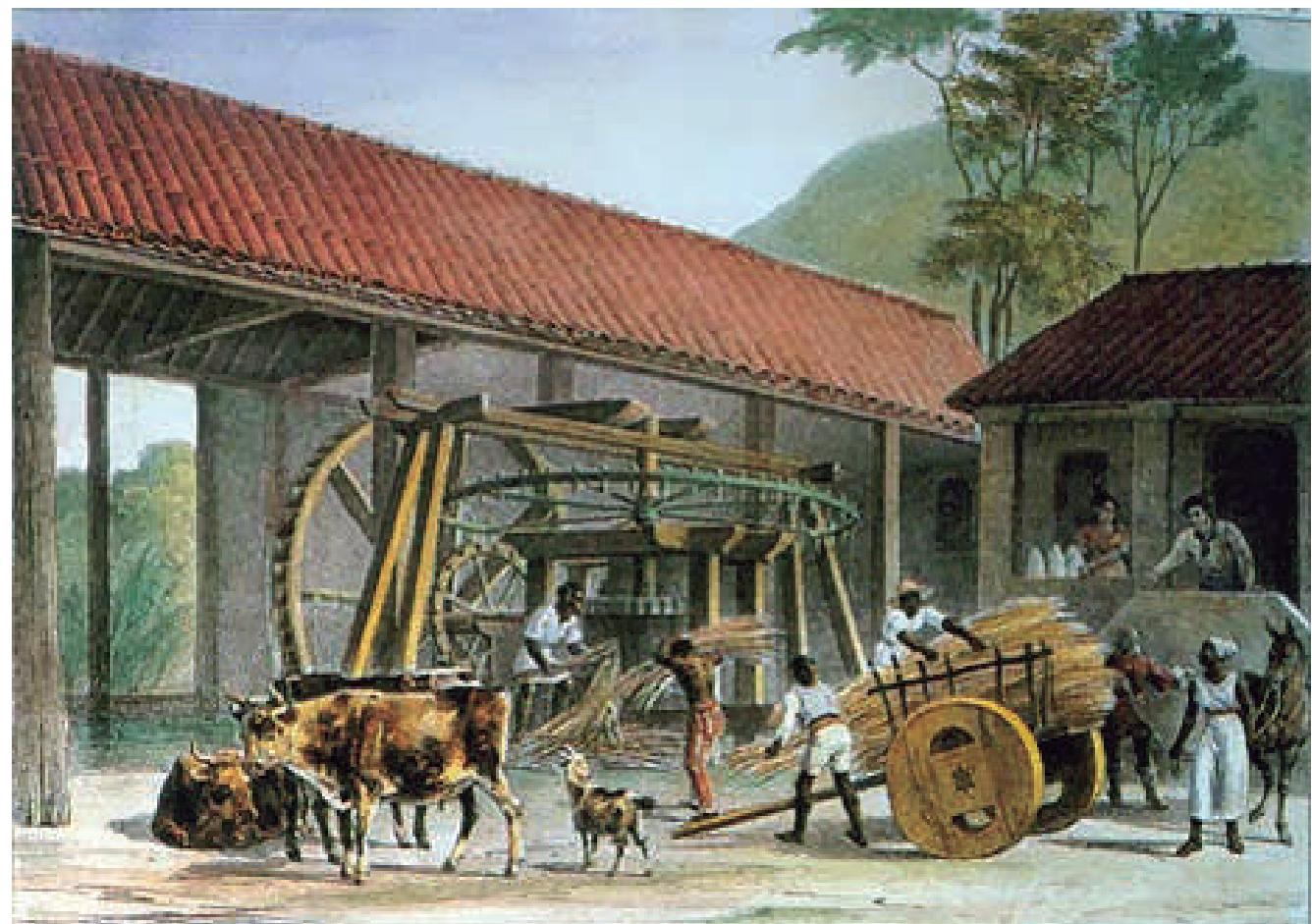


Fig. 05: Moinho de cana de açúcar.

Pintura: Rugendas, 1835.

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO ENGENHO³

Segundo Teixeira Jr. (1991), embora no começo da colonização do Brasil (segunda metade do século XVI) a palavra engenho tivesse sido usada para designar apenas as máquinas usadas na produção de açúcar, a organização tradicional de um engenho de cana-de-açúcar era muito mais complexa, pois era constituída de espaços, máquinas e lugares que mantinham uma complexa relação entre si. O engenho era formado de um quadrilátero principal que abrangia a casa grande, a capela, a senzala e a casa de engenho (composta pelos espaços de produção). Ao lado destas, instalações consideradas complementares: casa dos trabalhadores e moradores, moenda e curral.

A casa grande representa o caráter residencial, o que sucede também com as casas dos trabalhadores e moradores; a capela é o ponto de reuniões espirituais e não raro serve também de cemitério, nela sepultando-se as pessoas da família do senhor de engenho. À casa do engenho compete a função técnica: é a instalação onde se fabrica o açúcar. As demais referidas completam o mundo de atividades do engenho (Manuel Diégues Jr., 2006, p. 49).

Presente nos limites do engenho, os espaços e as estruturas principais eram:

- Casa grande: tratava-se da residência do senhor de engenho e sua família. Reconhecida como o centro de poder no engenho colonial, a casa grande traduzia a função social e econômica do lugar. Sua importância reforça ponto de agregação, de reunião e de pensamento da família;
- Capela: local onde eram celebradas missas e outros rituais religiosos (casamentos, batismos, etc.). De origem portuguesa, a maioria dos senhores de engenho e sua família eram católicos;
- Senzala: era a moradia dos escravos que trabalhavam no engenho. Normalmente, um local rústico e com péssimas condições de higiene e salubridade;
- Moenda: tratava-se do maquinário (moinho) usado no processo de fabricação do açúcar. Era uma espécie de triturador composto por rolos, que servia para esmagar a cana-de-açúcar a fim de se obter o caldo da cana. A moenda podia funcionar por meio da força (energia) gerada por bois (tração animal), água (curso d'água ou força de maré) ou humana (escravos);

³ Giovanni Blanco Sarquis

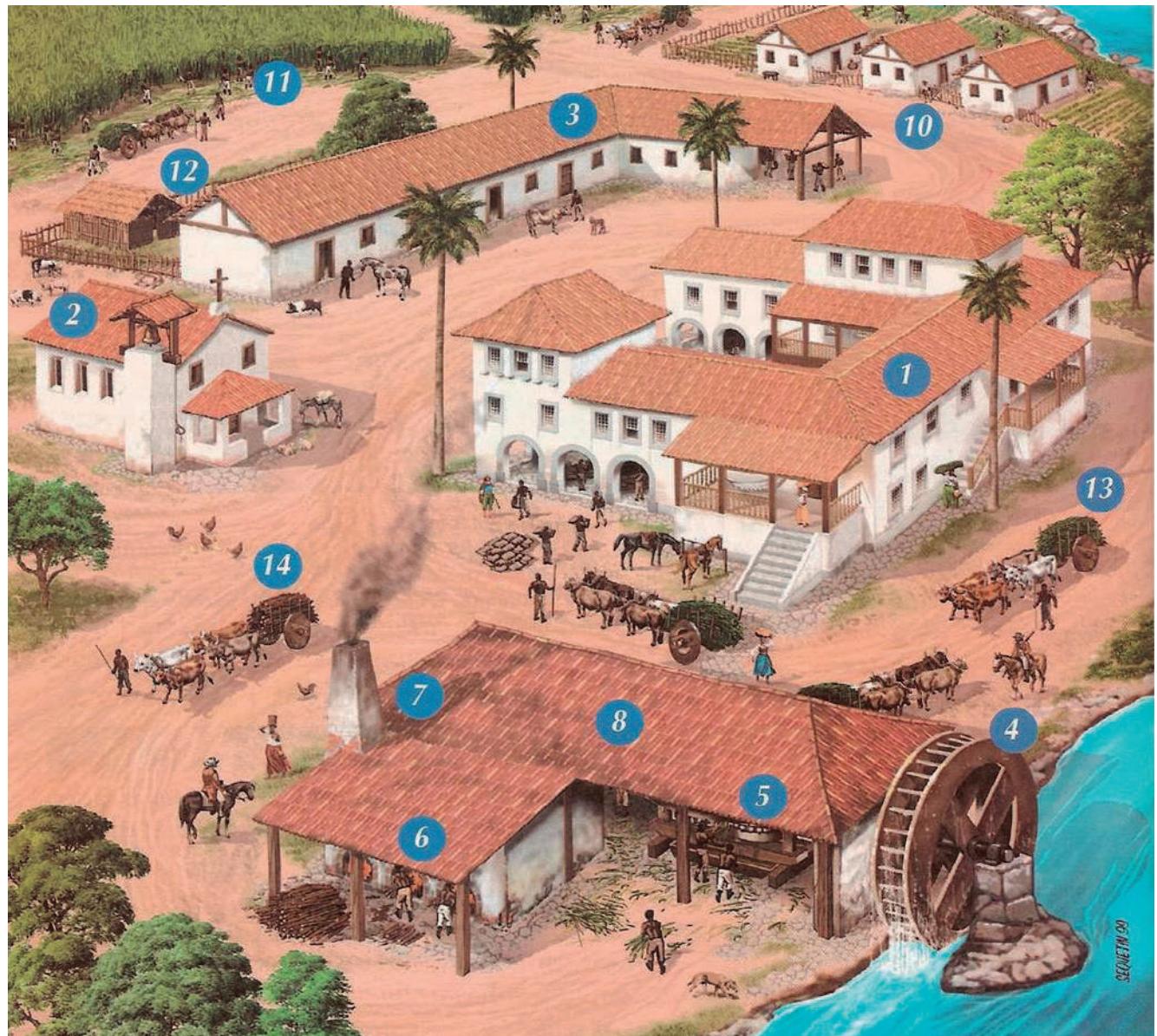


Fig. 06: Ilustração com organização funcional de um engenho: 1 – Casa Grande, 2 – Capela, 3 – Senzala, 4 - Roda d'água, 5 - Moenda, 6 - Fornalha, 7 - Caldeira, 8 - Purgar, 9 - Horta, 10 - Moradias de trabalhadores livres, 11 - Canavial, 12 - Roça dos escravos, 13 - Transporte da cana, 14 - Transporte de lenha para fornalha. Disponível em: <http://www.seguindopassoshistoria.blogspot.com>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

• Casa dos trabalhadores livres: pequenas e simples residências que serviam de moradia para os empregados do engenho que não eram escravos. Eram habitadas por funcionários do engenho como, por exemplo, capatazes, operadores das máquinas do engenho e outros funcionários especializados, que eram remunerados pelos serviços prestados. Geralmente eram brancos ou mulatos;

• Canavial: espaço destinado ao plantio da cana-de-açúcar, e correspondia a cerca de 20% do território da propriedade do engenho;

• Curral: local onde eram criados os animais usados no engenho colonial. Os bois e cavalos eram usados no transporte de pessoas e mercadorias, enquanto vacas e porcos eram criados para a produção de carne voltada para o consumo interno do engenho;

• Plantações de subsistência: geralmente cultivadas pelos trabalhadores livres, eram destinadas a produção de verduras e legumes para o consumo no engenho;

• Rio: geralmente os engenhos de açúcar eram instalados em áreas próximas aos rios, e como não havia sistema de água encanada na época, os rios eram de fundamental importância para a irrigação dos canaviais e obtenção de água para o consumo humano e animal. Em muitos engenhos um canal conduzia a maré até a roda d'água, que movimentada gerava energia e fazia funcionar a máquina de moer a cana;

• Reserva florestal: parte da vegetação nativa era preservada, pois dela eram retiradas madeiras que serviam para abastecer os fogões a lenha do engenho.



Fig. 07: Mapa indicando concentração de sítios de engenhos ou fazendas ao longo do rio Moju, século XVIII.

Fonte: Marques, 2004, p. 70.

BREVE HISTÓRICO DOS ENGENHOS NO PARÁ⁴

Na Amazônia, assim como no Nordeste brasileiro, apesar de ser em menor escala, a atividade canavieira também teve destacada importância. A instalação de engenhos para o beneficiamento da cana-de-açúcar ocorreu desde o início da colonização da região Norte, em um contexto em que o domínio do território era pensado a partir de um viés militar, religioso (missões religiosas), econômico (caça aos índios e a busca pelas drogas do sertão) e, também, de ocupação de terras férteis por parte dos colonos que recebiam as chamadas sesmarias da Coroa portuguesa. Estes moradores tornaram-se responsáveis pela produção agrícola correspondente a gêneros como açúcar, tabaco, mandioca, aguardente e cacau, além da criação de gado. Nesse contexto histórico. Destaca-se, ainda, a fundação de vilas a partir das capitâncias privadas (Chambouleyron, 2016).

A construção de engenhos e a plantação de açúcar revelam a sua importância para a Coroa portuguesa nesse contexto de ocupação e desenvolvimento da região. Assim, a área correspondente à zona fisiográfica guajarina, localizada na confluência da Baía do Guajará com os rios Acará, Moju e Guamá, tornou-se um importante cenário da atividade canavieira desde o período colonial, havendo a instalação de diversos engenhos voltados para produção de açúcar e aguardente (Marques, 2004).

Foi nessa região específica que se instalou a *plantation* açucareira (engenhos e engenhocas), além de diversos sítios e fazendas onde trabalhavam em conjunto colonos, índios e negros escravizados. Assim, desde o início das doações de cartas de sesmarias, grande parte das terras pertencentes as freguesias do Acará e do Baixo Tocantins foram voltadas para o cultivo de cana-de-açúcar (Cunha, 2009, pp. 30-31). Confirmando esse cenário, tem-se a petição a seguir, na qual um requerente solicitava terras devolutas para ‘suas lavouras’ no rio Moju, próximo das terras do Engenho de Amanigatuba, de propriedade de Hcronimo Vas Vieira, onde possivelmente produzia-se açúcar:

⁴ Alex de Andrade Raiol

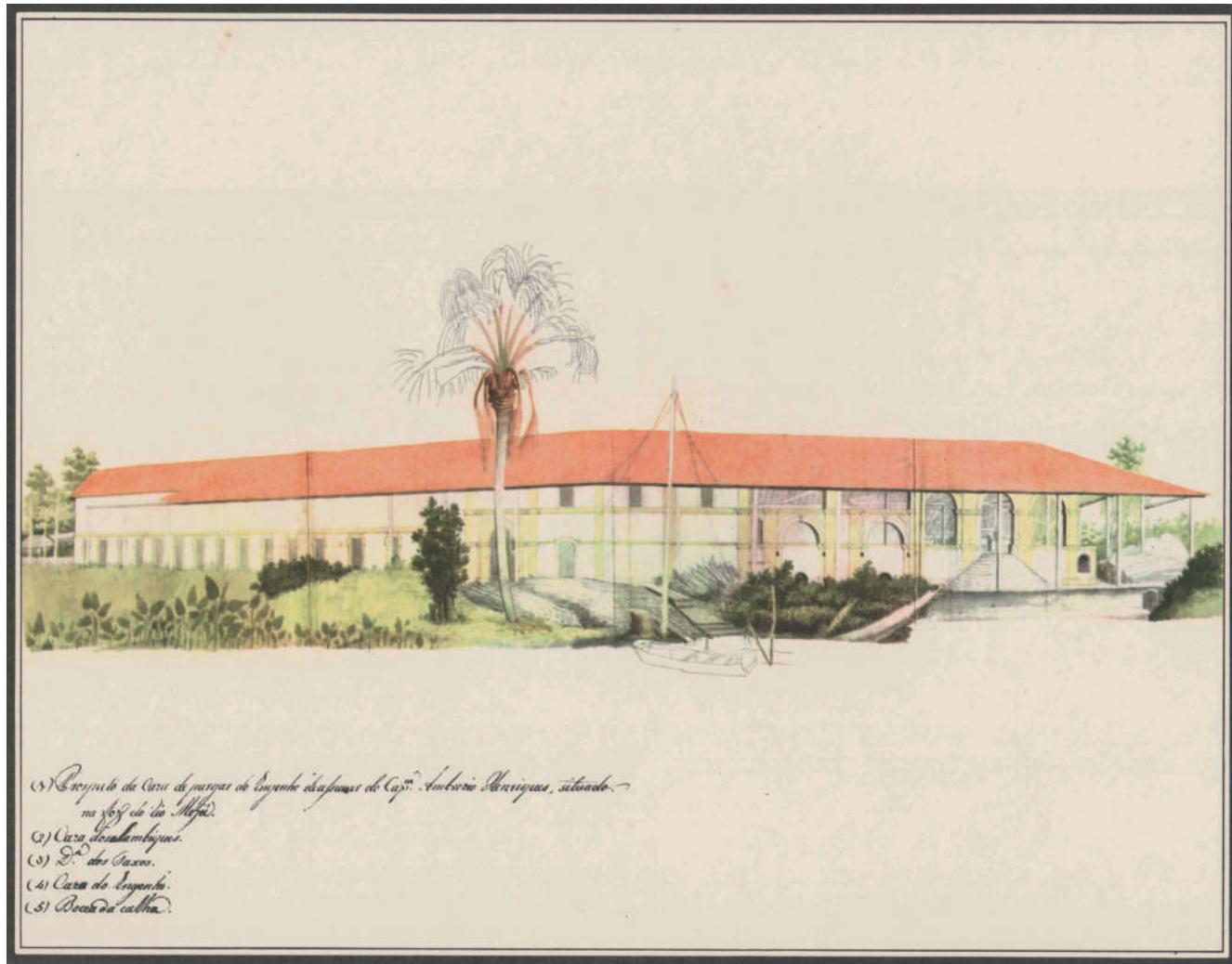


Fig. 08: Engenho Jaguarari, Moju.

Fonte: Ferreira, 2002, p. 43.

- (1) Projeto de Casa de mangas de engenho da fazenda do Capº Antônio Almeida, situado na foz de Ira Meia.
(2) Casa desalambiques.
(3) D. dos Passos.
(4) Casa do Engenho.
(5) Bocada da calha.

[...] por sua petição' Balthazar do Rego Barboza morador Cazado nesta Cidade que elle Se acha Sem terras proprias para fabricar Suas lavouras e porquê no Rio Mojû Se achao' couza de SeisSentas brascas pouco ou menos de terras devoluta que Comesca do Marco das terras do Engenho de Amaningatuba que hê de Hcronimo Vas Vieira Correndo para o Marco das terras de JaGuarari fazenda dos Reverendos Padres da Companhia hindo Rio aSima a mao' esquerda com huma legoa de fundo pello que me pedia lhe fizesce mercê Conseder em nome de Magestade de data e Sexmaria a Referida terra visto o Suplicante nao' ter agora pedido outra alguma⁵.

Outro aspecto importante nessa petição é que as terras devolutas solicitadas correm para o marco das terras de Jaguarari, que pertencia à época, como mostra o documento, aos reverendos padres da companhia. Todavia, em meados do século XVII as terras de Jaguarari, próximas ao rio Moju, eram pertencentes à Bernardo Serrão Palmella e sua mulher Isabel da Costa que, em virtude de sua idade avançada, deixaram mais tarde para os jesuítas⁶ toda a sorte de sua fazenda, com terras, escravos e todos os mais direitos necessários (Bettendorff, 1990, p. 251).

Nessa época, em virtude do grande desgaste da terra ocasionada pelo plantio da cana, era muito comum também a solicitação de sesmarias complementares (Cunha, 2009, pp. 30-31). Conforme a petição de Antonio Furtado, a seguir, mesmo sem abandonar seu primeiro sítio, necessitava de nova concessão de terra para que fosse realizado o plantio da cana-de-açúcar:

[...] por Sua petição' Antonio furtado de vas Consellos de que de fronte do Seu Engenho Se achao' humas Sobras de terras que serao' tres quartos ou huma Legoa pouco mais ou menos que começao' Correndo o Rio a Sima a mao' direita donde aCabar Legoa e meya de terras pertensente ao Engenho de [Amanegetuba], que hoje Sao' de Hieronimo vas vieira e aCabao' ahonde principiao' as terras de Joseph de Souza e Azevedo e porque o Suplicante Se Considera ja Sem terras para poder Lavrar canas pellas que pessoia como Engenho que Comprou a outrem Reduzidas a Capoeiras Cansadas e estas ditas Sobras estarem devolutas e fronteiras ao Seu Engenho portanto me pedia force Servido mandar lhe paçar Carta de Sobra das ditas Sobras por Sesmaria, de tres quartos de hua' Legoa pouco mais ou menos de huma Legoa de fundo na forma das Confrontações' apontada⁷.

Desde o século XVII, o empreendimento canavieiro na Amazônia guarda algumas peculiaridades, uma vez que além do uso da tração animal e da mão de obra escrava como forças motrizes para o funcionamento das moendas dos engenhos, a grande quantidade de rios e igarapés existentes na região permitiu o uso da energia de maré como principal alternativa ao funcionamento

⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. Coleção Interpa Sesmarias – volume 03. Instituto de Terras do Pará. Sesmarias Belém: Interpa. 2010. (Livro 03, doc. 48, fl. 41).

⁶ Posteriormente, no ano de 1784, o engenho terá como proprietário Capitão Ambrósio Henrique, conforme Marques (2004). Neste caso, o autor faz um resumo da história do Engenho Jaguarari.

⁷ Arquivo Público do Estado do Pará. Coleção Interpa Sesmarias – Vol. 01. Instituto de Terras do Pará. Sesmarias. Belém: Interpa. 2010. (Livro 01, doc. 23, fl. 22 v).

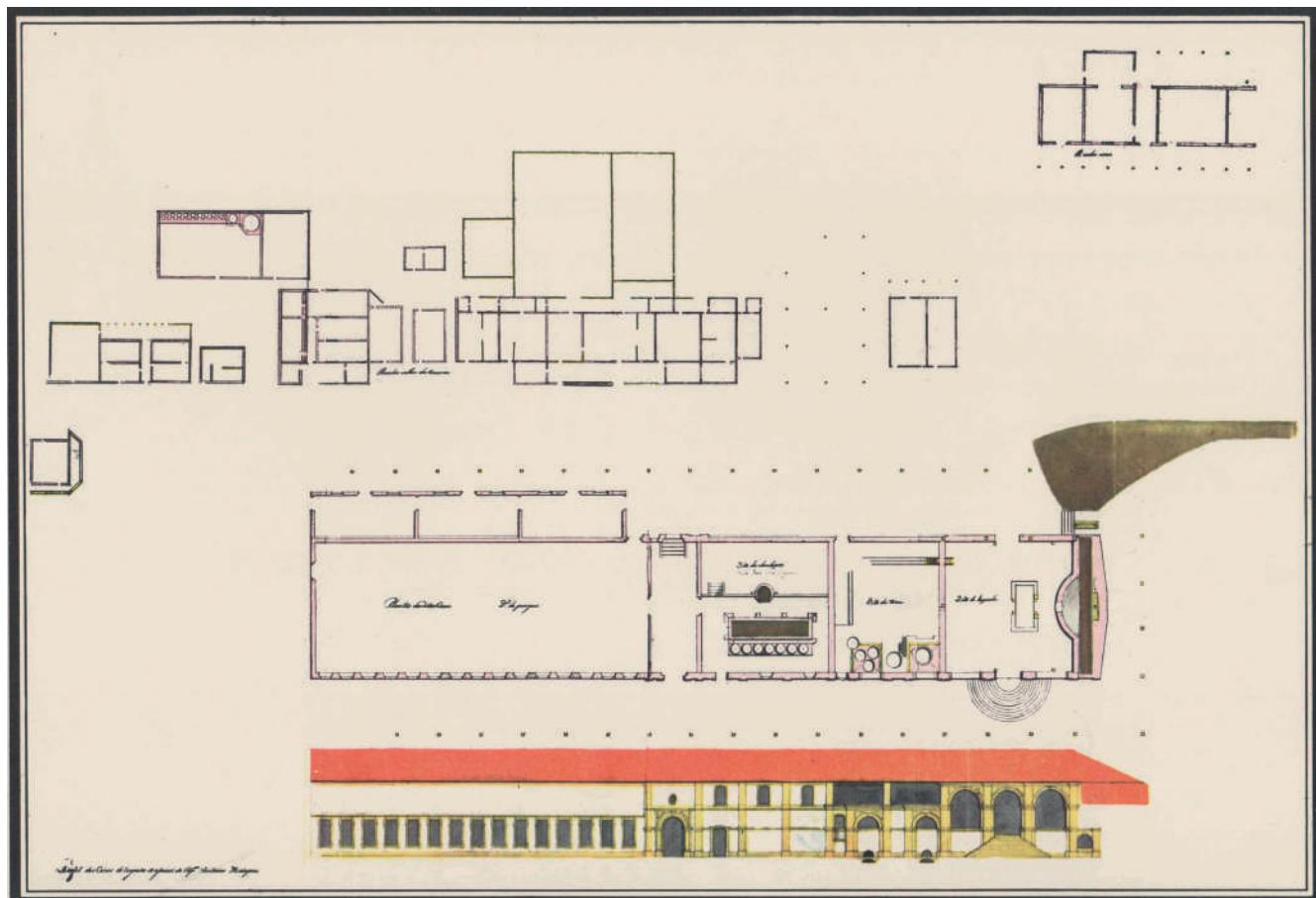


Fig. 09: Engenho Jaguarari, Moju.

Fonte: Ferreira, 2002, p. 45.

dos engenhos (Marques, 2004). Outro aspecto importante foi a localização privilegiada dessas freguesias rurais às proximidades de Belém, o que possibilitou a redução das despesas com o tempo de transporte.

Essas condições favoráveis permitiram a instalação de muitos engenhos de pequeno custo operacional nessa região do Pará, pois tendo a madeira necessária e a água em abundância, só restaria providenciar a compra do cobre, que mediante certo valor seria fornecido pelos espanhóis (Cruz, 1963, p. 92). Dessa maneira, foi possível garantir o progresso dos engenhos construídos e mantidos pelos holandeses na Amazônia, além de possibilitar a construção posterior de novas unidades produtivas ao longo dos rios da região.

O povoamento e o aproveitamento da terra estavam a cargo das pessoas contempladas com as sesmarias, e para a distribuição dessas cartas não havia preferências. Qualquer pessoa, desde que fosse cristão e tivesse recursos para ocupar e beneficiar a terra, poderia receber o benefício. Todavia, nem sempre os favorecidos conseguiam obter recursos, acabando por vender as concessões para pessoas de melhor posse (Cruz, 1960, pp. 11-13).

Nesse sentido, a petição de Francisco de Paiva de Azevedo é bastante elucidativa. Residente na cidade de Belém, ele utilizava como argumento para a concessão de terras no rio Acará, o fato de ser lavrador de todas as lavouras da terra e, principalmente, que possuía meios para desenvolver tais atividades. E como não possuía terras próprias solicitou quatro léguas de terras à beira mar, tendo recebido apenas duas léguas e, mesmo assim, com a obrigação de cultivar e dar frutos nas ditas terras, sob pena de perdê-la:

Faço saber aos que esta minha Carta de Datta de Sesmaria virem, que tendo Respeito ao que por Sua petição' Me enviou a dizer Francisco de Payva de Azevedo, Morador nesta Cidade, que elle era Lavrador de todas az Lavouras da terra, por Se achar Com possibilidade para issco, Como era bem notório; e porque as terras, que Regava o Rio Acarâ Merim, erao' idonoeas para Cultura das dittas Lavouras, nas quais tinha feito Sitio e plantado varias plantas, por eztarem devolutas, e Sem Senhorio, e elle nao' possuhia terras nenhúas proprias para Continuar Com as dittas Lavouras: [...] Hey por bem de Conceder em Nome de Sua Magestade que Deos guarde por Carta de datta, e Sesmaria ao dito Francissco de Payva de Azevedo duas Legoas de terra de Cumprido, e húa de largo no Rio Acarâ Merim a beyra Mar, [...] a qual Concesscao' Ihe faço nao' prejudicando a terceyro, e Resservando os paoz Reais, que nellas houver para embarcações; Com declaração', que mandarâ Confirmar esta Carta por Sua Magestade que Deoz guarde dentro de tres annos primeiros Seguintes, e Cultivara as dittas terras de maneyra que dem fruitos, e darâ Caminhos publicos, e particullares, aonde forem necessarioz para pontes, fontes, portos, e pedreyras; e Se demarcará ao tempo da possce por Rumo de

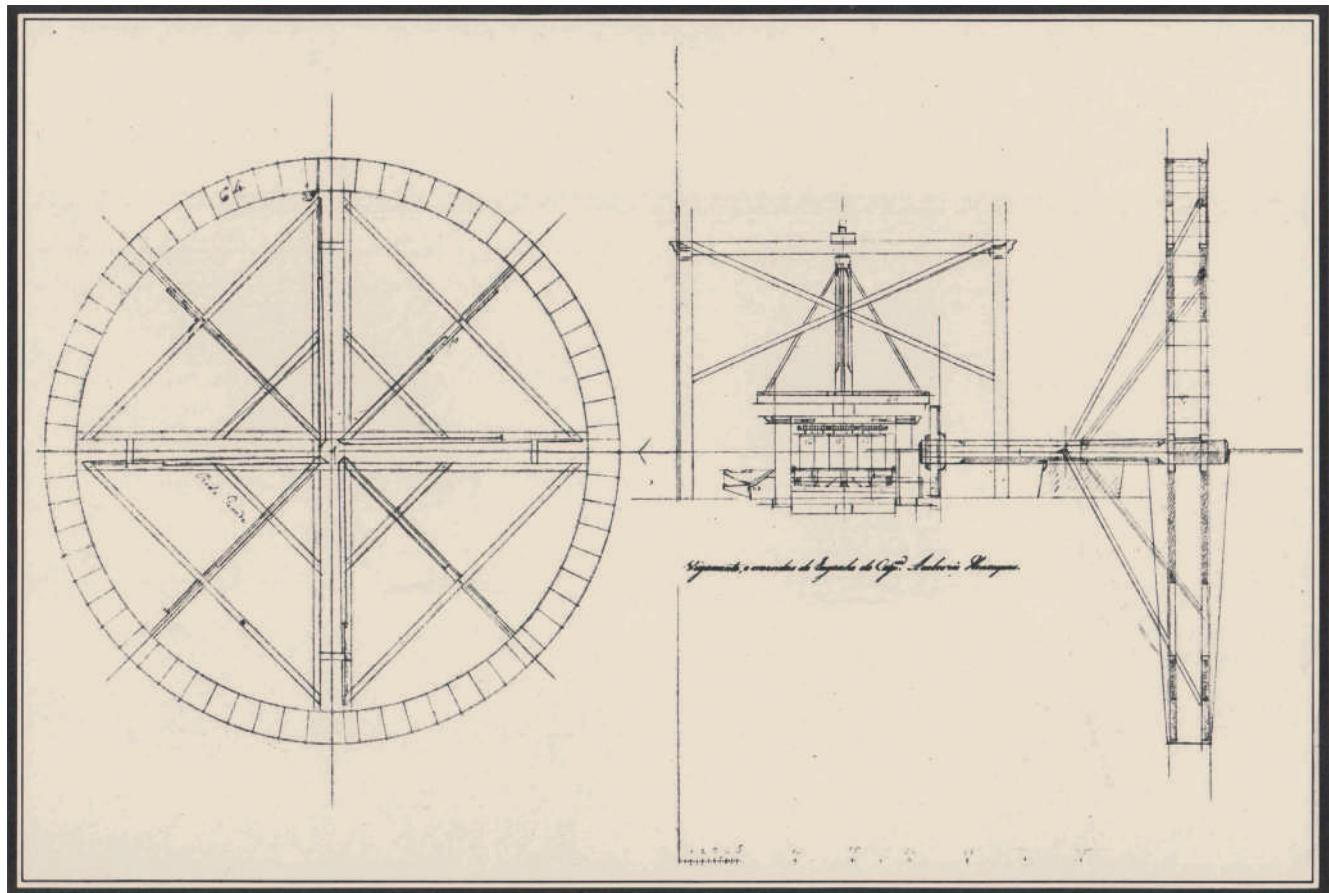


Fig. 10: Vigamento e moendas da casa de engenho.

Fonte: Ferreira, 2002, p. 44.

Corda, e braças Craveyras, Como he estillo, e Sua Magestade Manda; e outro Sy nao' poderao' Nellas Succeder Religiões, por nenhum titulo, e aContecendo possuillas, Serâ Com o encargo de pagarem dellas Dizimos, Como Se fossem possuídas por Seculares; e faltando qualquer destas clauzulas, <Se haverao' por devolutas,> sse darao' a quem as denunciar, Como o ditto Senhor Ordena⁸.

Assim, e conforme essa petição, percebe-se que a terra não era um bem ilimitado, muito menos acessível a todos. Sua aquisição era restrita aos que possuíam um poder aquisitivo e certas regalias que os diferenciavam dos outros colonos, incluindo o apoio da administração portuguesa (Faria, 1998, p. 125). Outro aspecto que chama atenção na solicitação de Francisco de Azevedo é o fato de que apesar de almejar quatro léguas de terra para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, o mesmo só é contemplado com duas. Esse fato, pode ser elucidado pela Carta Régia, de 9 de janeiro de 1697, que fora passada ao governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho Carvalho, em que diz:

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Eu El Rey Ect.a Vio-se a vossa carta de 20 de junho do anno passado, em que daes conta de terdes dado varias sesmarias a alguma pessoas moradoras na Bahia Rio de Jane Francisco, e outras povoações das terras novamente descobertas pellas Tropas desse Estado, no caminho do Brasil, como voz avizey tinha determinado se dessem com obrigação de pagarem os Dizimos nessa Capitania, e a porem as taes terras dezempedidas dos Gentios brabos e a sua custa, por serem pessoas poderosas e se acharem com posses e promptos para logo as cultivarem de gados que hera a parte que se pedião. E pareceo-me dizer-vos na falta destas terras deveis seguir o que se vos está ordenado, e não extender a vossa jurisdição as que vos tocarem e que as que derdes de Sesmaria, não excedendo cada uma sesmaria de tres legoas em comprido e huma de larga, seja a pessoas que as possão cultivar, e tratar de seu beneficio, com a clausula de que não as tendo povoado dentro do termo da ley, que são obrigados a cultival-las a façais executar tirandolhas e dandoas a quem faça o que eu ordeno em Minhas Reais Ordens. Escrita em Lisboa a 9 de Janeyro de 1697⁹.

Em suma, a leitura atenta dessa Carta Régia permite-nos constatar que ela ordena que as terras doadas no território brasileiro não ultrapassassem os três metros de comprimento e um de largura. Além de orientar que fossem privilegiadas doações para pessoas que possuíssem meios

⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. Coleção Interpa Sesmarias – volume 04. Instituto de Terras do Pará. Sesmarias Belém: Interpa. 2010. (Livro 04, doc. 09, fl. 06).

⁹ Anais do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Tomo I, Doc. 62, p.108. Sobre os Anais do Arquivo Público, foi feito o levantamento documental nos três primeiros volumes, e assim foi possível encontrar valiosas informações - contidas em alvarás, cartas régias, provisões, etc. - referentes a mão de obra e a atividade açucareira do período colonial da Amazônia. Sua divulgação teve início em 1902, com a publicação do primeiro volume no governo de Augusto Montenegro. Os seis primeiros tomos foram publicados, regular e anualmente, no período de 1902 a 1907. O sétimo volume, somente no ano de 1910, no governo de João Coelho, o oitavo e o nono, em 1913 e 1914, respectivamente, no governo de Enéas Martins, e o décimo, somente em 1926, no governo de Dionísio Bentes.

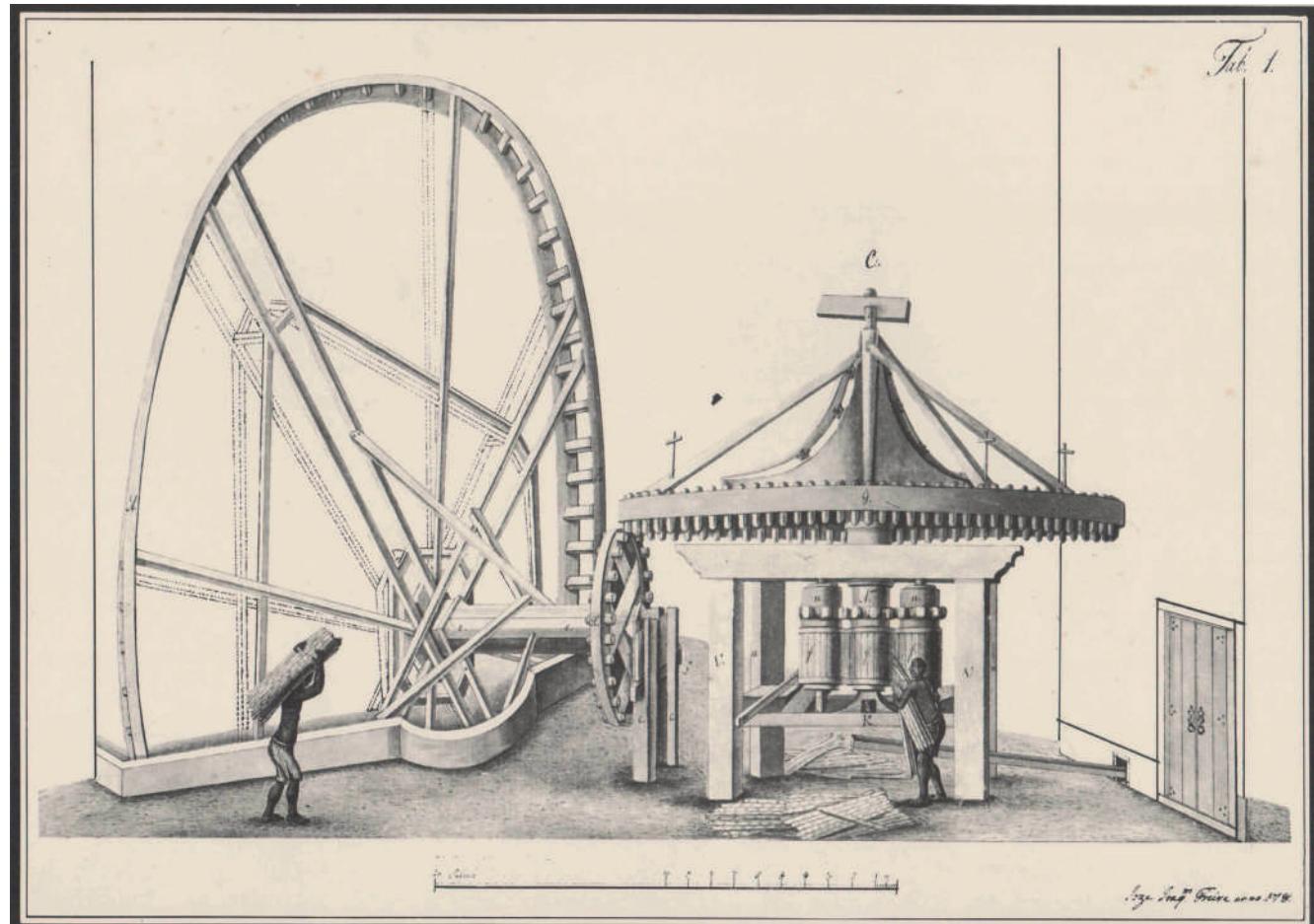


Fig. 11: Representação da roda hidráulica da casa de engenho.

Fonte: Ferreira, 2002, p. 46.

financeiros, visando iniciar a exploração da sesmaria recebida. E quem as recebesse estava obrigado a livrá-las dos índios hostis, cultivá-las e povoá-las dentro de um determinado prazo.

Vale ressaltar que além das doações de cartas de sesmarias, a Coroa portuguesa, aplicando estratégias já utilizadas em outras partes da América, procurou incentivar a produção açucareira na região de outras formas, tais como: isenção de impostos e direitos, importação de escravos africanos, privilégios judiciais e a administração particular de índios. No ano de 1646, por exemplo, a Coroa portuguesa renovou uma isenção de dízimos para os produtores de açúcar por mais de oito anos. Em 1688, concedeu novos privilégios, desta vez com a isenção de servir à Câmara. Pois além da importância dos engenhos para o comércio, havia a necessidade de lhes dar assistência em virtude de sua distância das cidades. E por fim, na mesma data, outro privilégio era concedido aos senhores de engenho e plantadores de cana, o de não serem “executados” - as terras concedidas por sesmarias eram feitas com a condição de que fossem povoadas e desenvolvidas, e caso isso não fosse realizado dentro do prazo estipulado seriam executadas, ou seja, tomadas de volta para que fossem doadas novamente - por seis anos em suas fábricas e escravos (Chambouleyron, 2016, p. 127).

Essas concessões e privilégios davam-se em virtude do grande interesse em promover o desenvolvimento da produção açucareira na região, pois sendo inicialmente instalados, principalmente nas capitâncias do Pará e do Maranhão, objetivavam promover o aumento de um produto que poderia ser exportado e gerar rendas ao tesouro real. Permitindo, ainda, o desenvolvimento da aguardente que, apesar de inicialmente ser vista com desconfiança pela Coroa, tornou-se (aos poucos) um elemento central para a manutenção dos negócios no sertão. Além do mais, o governo imperial percebeu a possibilidade de aumentar as falidas cotas da Fazenda Real mediante a taxação desta produção (Chambouleyron, 2016, p. 6).

Sabe-se que os estudos sobre a sociedade da grande lavoura no Brasil foram escritos, frequentemente, sob a perspectiva da casa grande e, embora os senhores de engenho figurem como sendo o papel central, vale lembrar que falar da sociedade da grande lavoura no Brasil é, por definição, falar sobre a escravidão (Schwartz, 1988, p. 10). Nesse sentido, na região Amazônica a força produtiva utilizada na *plantation* açucareira, e nos diversos sítios e fazendas, foi inicialmente do índio e, posteriormente, do negro africano, sendo que muitas vezes trabalhavam em conjunto nos mesmos espaços.

A década de 1690 assistiu a dois processos importantes para compreender a importação de escravos africanos em detrimento do trabalho indígena: primeiro, uma epidemia de bexigas (varíola) que dizimou a força produtiva até então existente; e segundo, a possibilidade de aumentar as rendas da Fazenda Real com o fornecimento da mão de obra importada (Chambouleyron, 2016, pp. 131-132). Dessa forma, teve destaque a introdução dos escravos negros de origem africana nas atividades dos engenhos da região a partir do século XVIII. Além disso, o outro aspecto relevante é o fato dos escravos serem repartidos em lotes iguais entre os moradores de Belém e São Luiz, pois dessa maneira, supria a carência de braços para o trabalho, diminuindo as inúmeras queixas dessas localidades sobre a carência de trabalhadores.

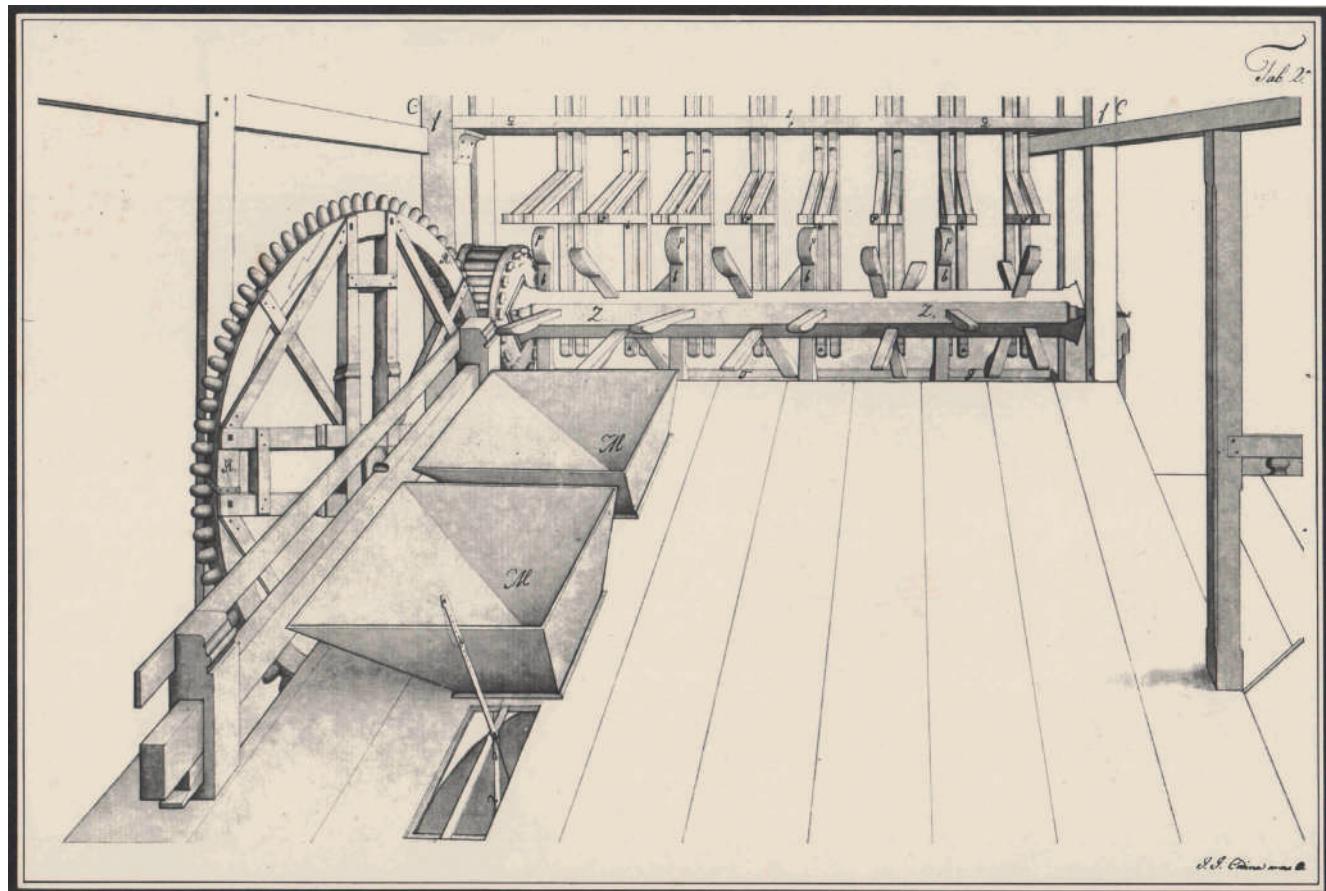


Fig. 12: Pilões de socar da casa de engenho.

Fonte: Ferreira, 2002, p. 47.

Nesse período, a relação africano-açúcar ganhou contornos mais claros para a Coroa portuguesa, que foi a responsável pela articulação das primeiras rotas escravistas para o Estado do Maranhão, pois a importação de escravos africanos era percebida tanto por suas consequências imediatas (aumento das rendas reais), mas também num contexto mais amplo, que compreendia as preocupações do governo quanto ao desenvolvimento do cultivo de açúcar na região (Chambouleyron, 2016, pp. 133-134). E assim mesmo, a importação de escravos pelo Norte brasileiro era bem menor que os contingentes da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (Vegolino-Henry & Figueiredo, 1990, p. 27).

Sobre a participação do negro na economia regional, estudos apontam que os mesmos tiveram relevância significativa, cujo trabalho foi fundamental para a construção da sociedade colonial e imperial. Pois além da lavoura e engenhos de cana-de-açúcar, participaram ativamente nas plantações de cacau e algodão, bem como nas fazendas de gado, no transporte, na navegação, nos moinhos de arroz e nas demais atividades da indústria extrativa, como a extração de madeira (Castro, 2004, p. 01). Percebemos também que o tráfico e a circulação dos trabalhadores escravos ocorreram com maior frequência nas regiões do Baixo Tocantins, Marajó, Baixo Amazonas, Nordeste do Pará e Amapá/Mazagão, ao lado da região Guajarina e cercanias de Belém, haja vista estes territórios serem as principais áreas de concentração da população escrava da província paraense, caracterizadas como zonas de engenho e fazendas de gado.

Outro aspecto importante são os trabalhos que tentam registrar o número de engenhos no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Dentre eles, destacamos o de Ernesto Cruz (1963, pp. 96-97), que cita o relatório de 1751 do Bacharel João Antonio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor-mor do Pará, em que este enumera o número de engenhos que existiam no Pará no século XVIII. No presente relatório constavam 5 engenhos reais¹⁰ de fazer açúcar no Maranhão e 24 no Pará, sendo um dos padres da Companhia de Jesus no rio Moju, e outro dos religiosos do Carmo no rio Guamá, ambos conhecidos pela grande quantidade de habitantes, e os demais seriam engenhos de propriedade civil pelos próprios moradores, onde quase todos se ocupavam de fazer aguardente, de modo que se vendia açúcar a três mil réis a arroba, preço alto por conta das despesas que os senhores de engenho tinham com a produção do açúcar. O ouvidor ainda enumerou 120 engenhocas de aguardente, sendo 43 na Capitania do Maranhão (Cruz, 1996, pp. 48-49).

Nesse sentido, a atividade açúcareira no Pará, embora sem as mesmas dimensões que em outros lugares do Brasil, continuou ao longo da primeira metade do século XVIII, sendo uma preocupação constante da Coroa Portuguesa, que por meio de leis, alvarás, provisões e ordens régias manteve incentivos à construção e à conservação dos engenhos em função da ocupação e do aproveitamento econômico que garantiam arrecadação para a Fazenda Real (Cunha, 2009, p.

¹⁰ Os engenhos reais recebiam esse nome por terem todas as partes de que compõem, a todas as oficinas perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados a moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, a diferença de outros que moem com cavalos e bois, e são menos providos e aparelhados (Cruz, Ernesto. História da Associação Comercial do Pará. Belém: Editora UFPA, 1996, p. 49).



Fig. 13: Engenho Uriboca, Marituba.

Fonte: Ferreira, 2002, p. 39.

33). Esses incentivos eram necessários, pois na maioria das vezes os favorecidos com a obtenção de cartas de sesmarias não conseguiam obter recursos para a instalação das fábricas de açúcar.

Os engenhos de açúcar construídos entre os séculos XVII e XIX estavam, em sua maioria, localizados ao longo da faixa litorânea da cidade de Belém, agrupados no bairro da Cidade Velha. Nesta área estavam localizados os engenhos reais, dos senhores abastados, cuja prosperidade era avaliada pela quantidade de negros da Guiné, e dos índios das aldeias missionadas, empregados na fabricação de açúcar e no cultivo dos canaviais. Nesse sentido, foi localizado um total de 36 engenhos distribuídos pelas seguintes localidades: Abaeté, Acará, Anapu, Arari, Barcarena, Bujaru, Capim, Carapajó, Guamá, Moju, Marajó, Maguari (Furo), Óbidos, Ponta de Pedras, Tocantins (rio), Val-de-Cães (rio), Guajará, baía de Marapatá e Belém (Cruz, 1996, pp. 55-57).

Sidiana Macêdo (2009) enumera os diversos engenhos presentes no Pará na segunda metade do século XIX, notadamente em Barcarena e Abaetetuba, onde os principais engenhos produziam aguardente para exportação, inclusive para a capital. Segundo a autora, o açúcar nesse período era um produto que estava presente nas pautas comerciais da província, muito embora em determinados momentos necessitasse importar de outras províncias. Conforme pesquisa bibliográfica, em 1861 existiam 46 engenhos assim distribuídos: Vigia, 4 de fabricação de aguardente e 1 de açúcar; Cintra, 3 de aguardente; Cametá, 6 de aguardente; Bragança, 3 de açúcar; Muaná, 20 de aguardente; Macapá, 8 de açúcar; e Santarém, 1 de açúcar e aguardente. Já em 1881, o número de engenhos de fabricação de aguardente e açúcar era de 209 distribuídos da seguinte maneira: Capital 36, Vigia 6, Igarapé-Miri 116, Cametá 1, Cachoeira 25, Marajó 7, Macapá 1, Breves 5, Santarém 12 (Macêdo, 2009, pp. 72-73).

A região do Baixo Tocantins, Igarapé-Miri, Moju e Abaetetuba tiveram destaque na plantação de cana e na existência de engenhos, principalmente para a produção da cachaça, pois consistia num importante produto para o crescimento da lavoura de cana nesses lugares. Em Abaetetuba, por exemplo, durante todo o século XIX, a presença de engenhos, assim como de sítios, foi importante para sua economia, acontecimento que não surpreende pois, desde meados de sua colonização, a freguesia de Abaeté foi local de considerável lavoura (Macêdo, 2009, p. 74).

Nesse período, os inventários *post-mortem* possibilitam-nos suscitar questões acerca dos engenhos presentes na região tocantina em meados do século XIX. Os mesmos permitem registrar qualquer processo de transmissão dos bens, desde objetos de uso pessoal até escravos e grandes propriedades. O uso desse *corpus* documental possibilitou o entendimento da vida econômica e social dos indivíduos inventariados através, por exemplo, da relação dos bens e dos valores arrolados para cada item. Como podemos perceber na relação de bens de dona Antonia Corrêa de Miranda, feita no ano de 1862 no Juízo de Órfãos da Comarca de Igarapé-Miri, em que diz:

Deu na relação de bens, uma sorte de terras com um quarto de légua de frente e uma légua de fundo já cultivados, avaliados em 1 conto de réis. Deu mais, 6 escravos 4 homens e duas mulheres. Deu mais, algumas embarcações como batelões e escaleres mais de 20 escravos. Deu mais, uma fazenda



Fig. 14: Engenho Pacheco, Abaetetuba.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

denominada Livramento no rio Anapú, contendo casa coberta de telhas, engenho movido a vapor e seus pertences, avaliado em 20:000\$000. Deu mais, uma sorte de terras no valor de 3 contos de réis. Deu mais, outra sorte de terras valor de 1 conto e 200 mil réis. Deu mais, uma sorte de terras no valor de 2 contos de réis. Deu mais, um batelão.

Outro exemplo é o inventário de José Raimundo Pantoja, feito no ano de 1861:

Na relação de bens constam o escravo mulato Manoel de Jesus (40 anos), o preto Manoel do Nascimento (20 anos), o cafuso Victorio (14 anos), a mulata Maria (16 anos), dois bois para engenho, um sítio denominado São José, no distrito de Anapú, com engenho de moer cana, casa coberta de palha; tudo no valor de 1 conto de réis¹¹.

Esses dois casos integram um conjunto de inventários pesquisados, nos quais é possível perceber a presença de propriedades agrárias voltadas para a atividade açucareira, além da força de trabalho negra necessária para o desenvolvimento dessa atividade. Assim, no que diz respeito à localização dos engenhos, é possível identificá-los como pertencentes à antiga comarca de Igaraçá-Miri. Além do mais, essas duas propriedades ilustradas possibilitam-nos compreender que nesse período havia na região uma intensa atividade canavieira. E, por último, que coexistiam propriedades de distintos portes, uma vez que o inventário de Dona Antonia Corrêa de Miranda, pelo número de bens e os respectivos valores, em relação ao de José Raimundo Pantoja, poderia ser considerado como um engenho de grande porte.

Além dos inventários, buscou-se também entender um pouco sobre o universo canavieiro nos testamentos dos oitocentos. Nos primeiros testamentos, ainda que a legislação determinasse a listagem de todos os bens, conforme os interesses dos herdeiros, muitos são omitidos e vários outros são super ou subavaliados. Enquanto que os testamentos comumente referem-se somente à terça parte e não ao conjunto de todos os bens, pois quando havia herdeiros, o testador só podia dispor livremente dessa parte de seus bens (Furtado In: Pinsky & Luca, 2009, p. 106).

Nesse sentido, testamentos e inventários foram pesquisados com o propósito de encontrar informações referentes aos engenhos de cana-de-açúcar. No que diz respeito aos primeiros, há apenas o registro de propriedades agrárias - geralmente “sorte” (porção/lote de terras) de terras ou sítios -, sem um maior detalhamento sobre o tipo de atividade que era desenvolvida, conforme é possível perceber no testamento de José Miguel de Sá Barreto, datado de 25 de outubro do ano de 1814:

Declaro que os bens que posso são os Seguintes huma morada de Cazas na Rua de Alfemo [?], e hum quarto dito de cazas na Rua Da Atalaia e hum Citio no Rio Moju No Igarape denominado Guajarauna Chamado Amgelim em hum quarto de terras com seus competentes fundos e dezenove escravos entre pequenos e grandes dos quaes hum delles oficial de Barbeiro por nome Pedro anda

¹¹ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Juízo de Órfãos da Capital. Autos de Inventário e Partilhas. Inventariado: José Raimundo Pantoja. 1861.



Fig. 15: Engenho Murutucu, Belém.

Foto: Augusto Fidanza. Acervo: Brasiliana.

há annos Auzente, e vários [deteriorado] trastes de caza dos quais minhas filhas herdeiras melhor e Sabem por viverem em [deteriorado] Companhia, e Se estará pello que ellas dicer¹².

Esse trecho destacado refere-se ao testamento de José Miguel e demonstra ausência de informações mais completas sobre as terras que são mencionadas, onde se praticava uma atividade agrária escravista às proximidades do rio Moju. Talvez pela própria natureza da fonte, como mencionado anteriormente, de não detalhar os bens arrolados.

Outro aspecto importante é sobre a modernização da atividade canavieira no estuário amazônico. Sabe-se que a primeira tentativa de instalar esse maquinário ocorreu no Engenho Cachoeira na Bahia no ano de 1810, feita por Pedro Rodrigues Bandeira e Felisberto Caldeira Brant, apesar das dificuldades de encontrar quem o soubesse operar em 1834. De um total de 603 engenhos existentes, 46 moíam a vapor. Em 1875, dos 893 engenhos em atividade na Bahia, 282 eram acionados a vapor e o restante por força animal ou água (Motoyama, 2004). Entretanto, a leitura dos inventários da segunda metade do século XIX, como é possível notar nos casos exemplificados acima, ao contrário do que se poderia supor, a máquina a vapor não suplantou completamente a moenda de bois, ou a roda de água, em alguns casos até coexistiam (Marques, 2004, p. 163).

Ainda não se tem notícias de onde e quando iniciou a utilização de engenhos movidos a vapor no estuário amazônico, mas encontramos nos jornais da segunda metade dos oitocentos uma informação referente a importação do maquinário para instalação de um engenho. Mesmo sem poder inferir o local exato de sua procedência, podemos supor que, em virtude do desenvolvimento da indústria na Europa no século XIX, esse maquinário advinha da Inglaterra ou da França. Dentre os itens importados têm-se: algodão, lã, seda, barbantes, linhas para costura, um engenho completo, entre outros como poderemos ver abaixo:

Importação do Exterior durante o mez de Janeiro passado. 1049 volumes com fazendas de algodão, 10 ditos com dita de linho, 8 ditos com dita de lã, 1 dito com dita de seda, 58 ditos com diversas mercadorias, 1 caixa com barbantes, 1 fardo com barretes de lã. 8 volumes com fios, 5 caixas com fitas, 17 caixas com linhas para costurar [...], 1 engenho completo, 1550 resmas de papel de embrulho, 8472 de taboados de pinho, 40 latas de agoa-raz, 4 barricas com enxofre [...]¹³.

Nessa época, também era comum encontrar nos jornais da cidade de Belém anúncios sobre a compra e venda de engenhos a vapor, conforme percebemos a seguir:

¹² Centro de Memória da Amazônia/UFPA. 11ª Vara-Cível. Testador: José de Sá Barreto. 1816. Grifo nosso.

¹³ Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional. A Epoch. Edição nº 27. Belém, 28 fev. 1859. p. 03. Essa hemeroteca virtual consiste no conjunto de jornais digitalizados e disponíveis para a pesquisa on line. Dos jornais de circulação no Estado do Pará durante o século XIX encontramos os seguintes: A Epoch (1850 – 1859), A Regeneração (1870 – 1879), Diario do Commercio (1850 – 1859), Gazeta de Notícias (1880 – 1889), Gazeta Oficial (1850 – 1869), Jornal do Pará (1860 – 1979), O Democrata (1890 – 1899), O Liberal do Pará (1860 – 1889). Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.



Fig. 16: Engenho Murutucu, Belém.

Foto: Augusto Fidanza. Acervo: Brasiliana.

Vendas: Engenho para moer cana. Na fundição de Miguel Pinhatario ao Reducto vende-se um engenho para moer cana, castelo e alambique completo; quem pretender dirija-se a esse estabelecimento para ver e tratar do ajuste com o anunciante ou à rua dos Mercadores em casa dos senhores Geraldo Antonio Alves & Filho¹⁴.

Apesar do trabalho nos sítios e fazendas de cana ser realizado desde o período colonial por braços indígenas e negros, a partir do ano de 1850, e tendo em vista solucionar os problemas de abastecimento da capital ocasionados pela carência de mão de obra, os governantes passaram a incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros para trabalharem nos núcleos coloniais. Assim, em 1875 foi criado um núcleo colonial em Benevides, onde seria produzido pelas mãos estrangeiras feijão, arroz e outros produtos e, inclusive, engenhos de moagem de cana (Macêdo, 2009, pp. 112-113).

Foi nesse núcleo colonial que alguns imigrantes franceses se estabeleceram como proprietários agrícolas e donos de engenhos destinados ao fabrico de açúcar, álcool e aguardente, tais como: o Engenho São Francisco, de propriedade do francês François Paul Begot; o Engenho Santa Amélia, movido à força hidráulica, com produção diária de 10 (dez) frasqueiras de álcool que eram comercializadas para Minas Gerais; e o Engenho Santa Sophia, inicialmente de propriedade do francês Felix Fanjas e, posteriormente, vendido ao cearense Clóvis Soares Bulcão (Bezerra Neto, 2011).

A chegada desses imigrantes, possivelmente, foi umas das consequências ocasionadas com a abolição da escravatura ocorrida no ano de 1888, que dificultou ainda mais a obtenção de mão de obra para os trabalhos agrícolas, em especial os do engenho. Nesse sentido, esse evento histórico representou o marco mais visível entre duas épocas: o Brasil agrário e o Brasil urbano, pois a aquisição de escravo para os engenhos tornou-se um problema angustiante, à medida que os ingleses e o próprio governo imperial foram redobrando a vigilância contra os navios negreiros. E como consequência disso, as fazendas do Sul principiaram a absorver os escravos do Norte e, assim, este último começou a ficar sem negro para plantar cana (Freyre, 1998, p. 49).

É efetivamente a partir deste momento que os domínios rurais perderam gradualmente sua importância econômico-social, e a organização rural dos engenhos começou a se desestruturar, cedendo lugar rapidamente ao crescimento urbano. Em São Paulo, por exemplo, as fazendas de açúcar foram lentamente convertidas em fazendas de café, contribuindo para o encarecimento dos gêneros alimentícios pois, diferentemente do plantio do café, as plantações de cana também podiam servir ao cultivo de outros gêneros alimentícios como feijão e milho (Holanda, 1995, pp. 172-175).

Em face da expansão da cultura cafeeira, o governo paulista empenhava-se em providenciar melhoramentos a serem introduzidos na cultura de cana por meio da Lei Provincial nº 925, de 23 de abril de 1849. Assim, intencionava evitar ou diminuir a substituição dos canaviais pelos

¹⁴ 14 Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional. A Epoch. Edições nº 49, 50 e 51. Belém, 03 – 05 mar. 1859.



Fonte: Pará, 1900, p. 167.

cafezais. Uma vez que o café oferecia maior margem de lucro, exigia menos capitais e estava menos sujeito às avarias inerentes ao mau estado das vias de comunicação do que o açúcar (Costa, 1998, pp. 66-67).

A tentativa de modernização da estrutura produtora em alguns lugares no Brasil deu-se a partir de métodos e processos técnicos, sistemas de trabalho e, principalmente, numa certa ordem socioeconômica herdada da colônia. Poucas mudanças aconteceram desde a introdução da gramineia no século XVI, e a sua infraestrutura atravessou quase três séculos e meio sem alterações relevantes. Assim, ao término do século XIX a produção açucareira no país viveu um momento bastante delicado, uma vez que nesse momento houve uma profunda inflexão econômica, social e política (Ramos, 1999, pp. 52-53).

Em Belém, por sua vez, no período compreendido entre 1870 e 1920, em decorrência do auge da exploração da borracha, a cidade sofreu inúmeras mudanças, principalmente de ordem econômica e social. Nesse sentido, com o estabelecimento de novos signos de riqueza, as famílias da elite local - cujo patrimônio estava pautado, preferencialmente, na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares ou firmas comerciais - tiveram de restabelecer seus investimentos em novas bases, iniciando e/ou associando-se a novos negócios e aos comerciantes estrangeiros e nacionais (Cancela, 2009, p. 24).

A partir desse momento, houve um crescimento do valor agregado dos seringais no patrimônio das famílias da elite local, especialmente a partir da década de 1870, em decorrência do prestígio da borracha. Assim, gradativamente os proprietários de gado no Marajó e de engenhos de diversas regiões paraenses combinaram ou substituíram essas atividades com a extração de seringa e a participação em firmas comerciais, disputando e/ou aliando-se aos comerciantes recém-chegados à capital (Cancela, 2009, p. 25).

Em resumo, essas mudanças sociais e econômicas (o fim da mão de obra escrava, o fortalecimento do comércio e das casas de aviação, a diversificação de bens e serviços, e o incremento da instituição bancária) na sociedade belenense, no final do século XIX, ocasionaram importantes alterações nos signos de valor, prestígio e poder. Dessa maneira, investimentos em seringais, firmas comerciais, ações, seguros de vida e imóveis na capital passaram a ter destaque nos bens patrimoniais das famílias, sendo agregado ou substituindo as atividades rurais anteriormente desenvolvidas.

Os barões do açúcar dos estados do Norte que não conseguiram alianças que permitissem dinamizar seus bens, tampouco conseguiram alguma vantagem com a catástrofe agrária, pois com a desagregação de seus domínios, só lhes restava conformar-se às novas condições de vida. Assim, os velhos proprietários rurais tornaram-se impotentes pelos efeitos da abolição da escravatura, dentre outros fatores, e não conseguindo intervir nas novas instituições, pois foram ignorados pela República, e com o desaparecimento do velho engenho, os donos da terra perderam seu prestígio social e político (Holanda, 1995, pp. 175-176).

Sobre a perda do prestígio político e social dos senhores de engenho, a chegada de Dom João VI e da corte portuguesa possibilitou modificações na fisionomia da sociedade colonial no seu traço mais característico: o patriarcado. Dessa maneira, e em consequência disso, o patriarcado



Fig. 18: Engenho Cafezal, Barcarena.

Acervo: IPHAN.

rural que havia se consolidado nas casas grandes desde os tempos coloniais foi perdendo sua 'majestade' e sua 'arrogância'. Os grandes proprietários de terras perderam privilégios, passando a serem submetidos a impostos elevados e juros despropositados, o que dificultou sua hegemonia na prática dos tradicionais engenhos (Freyre, 1998, pp. 03-17).

Também é curioso constatar que as gerações mais novas de filhos de senhores de engenhos - educados na Europa, em São Paulo, em Olinda, no Rio de Janeiro - aos poucos foram abandonando os hábitos de vida rural, tornando-se desertores da aristocracia agrária, uma vez que este estilo de vida já não se conciliava com seus gostos de bacharéis, médicos e doutores europeizados. Além disto, bacharéis e médicos raramente voltavam às fazendas e aos engenhos patriarcais depois de formados (Freyre, 1998, p. 18).

Sobre a decadência da atividade açucareira na região Norte em fins do século XIX e início do XX, é difícil estabelecer um motivo central. Historicamente, a atividade açucareira, desde o início da colonização lusitana na Amazônia, sofreu com a carência de mão de obra negra, muitas vezes tendo que conviver paralelamente com o trabalho indígena. Este fato, possivelmente, está relacionado à inexistência de fontes que expliquem os motivos reais desse declínio.

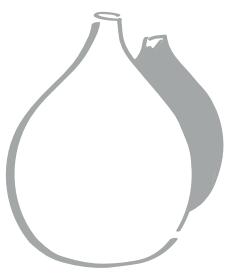
Inclusive, esse fato constitui uma lacuna para a histografia regional, cujas fontes limitadas impossibilitam a apresentação dos motivos da decadência dos engenhos na região.

Ainda assim, mesmo com o fim da escravidão, o crescimento dos centros urbanos, e com a perda do prestígio político e social dos senhores de engenho, a atividade canavieira permaneceu durante o século XX no Baixo Tocantins, com a produção destinada, principalmente, ao fabrico e à comercialização da cachaça nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba.

Contudo, a ocupação da Amazônia na década de 1970, impulsionada pela política desenvolvimentista do Governo Federal, acarretou a degradação do meio ambiente e o desequilíbrio social em duas áreas distintas: Amazônia de fronteira e na Amazônia tradicional. Esta última, não foi contemplada pela política de desenvolvimento, recebendo o seu impacto apenas indiretamente. As mudanças de ordem social e ambiental foram irreversíveis, pois com a abertura das estradas e o avanço tecnológico, suas atividades agrícolas foram perdendo espaço frente aos produtos industrializados provenientes de outras regiões do país. Esses fatores foram responsáveis pelo declínio do tradicional sistema agroindustrial voltado à produção de cana-de-açúcar e à fabricação de aguardente no estuário amazônico (Anderson, 1991).

E embora houvesse nesse período inovações técnicas que possibilitassem o desenvolvimento dessa atividade - em face da concorrência com os produtos provenientes de outras regiões -, elas não foram divulgadas pelo governo e muito menos acolhidas pela elite econômica local. Assim, conclui-se que o declínio da atividade canavieira na região tocantina na segunda metade do século XX foi uma contingência humana, pois as políticas governamentais forneceram a ruptura do isolamento da região, sem dar apoio ao sistema de produção de aguardente, além da omissão ou impossibilidade dos proprietários de engenhos de buscar soluções em resposta a concorrência externa (Anderson, 1991).





**ENGENHOS
INVENTARIADOS**



Fig. 19: Chaminé da fábrica do Engenho São Mateus, Barcarena.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE PESQUISA¹⁵

Os sítios arqueológicos de engenhos pesquisados para o Inventário dos Engenhos contratado pelo IPHAN no Pará constituem-se em exemplares que comprovam a importância alcançada pela atividade canavieira na zona do estuário amazônico durante o período colonial. Os vestígios arquitetônicos compreendem ruínas de espessas paredes e pisos construídos em pedra argamassada e tijolo maciço, em terrenos localizados nas margens dos rios, sujeitos à inundação periódica das marés.

Segundo Marques (2004), na maioria dos casos, estes remanescentes correspondem às antigas construções que compunham a estrutura do engenho de cana-de-açúcar, como a capela, a residência ou casa grande, a senzala e a casa do engenho, que incluía a moenda (movida a animais, à maré ou a vapor), armazéns, a casa de purgar o açúcar e os alambiques, entre outros. Até o presente momento, pesquisas de arqueologia histórica realizadas - inclusive por instituições como o IPHAN e o Museu Paraense Emílio Goeldi - têm resultado na descoberta e estudo de mais de 40 destes sítios no estuário amazônico; nesse universo de engenhos, muitos ainda são merecedores de pesquisas aprofundadas, sobretudo inventários, em face da história que guardam sobre a ocupação e a colonização do estado, e do potencial educativo e turístico que poderiam proporcionar à sociedade.

O inventário de conhecimento é um importante instrumento de proteção (acauteamento) do patrimônio cultural brasileiro, conforme o artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, parágrafo 1º: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acauteamento e preservação”. Essa importância reside no fato de agregar a tarefa de identificar e divulgar o que se tem como relevantes em termos de patrimônio.

O conhecimento e a informação sempre fizeram parte de qualquer ferramenta eficaz de proteção, promoção e gestão do bem público. Com o patrimônio cultural essas mesmas questões

¹⁵ Alex de Andrade Raiol e Catarine Saunier



Fig. 20: Cachaças produzidas no Engenho Pacheco, Abaetetuba.

Foto: Mariana Sampaio, 2008. Acervo: DPHAC/SECULT.

aparecem indissociáveis das medidas de preservação. Ademais, a definição de cultura na Constituição Federal de 1988 abrange novas fontes, formas e atribui ao Estado o acesso, valorização e difusão, bem como a proteção desse patrimônio a partir da articulação e compartilhamento com as demais esferas públicas.

Alinhado a esses princípios, o inventário surge como importante ferramenta técnica de coleta de dados e identificação das fontes, formas e questões ligadas ao patrimônio cultural. Segundo a Conferência Geral da UNESCO (13^a sessão), ocorrida em Paris em 19 de novembro de 1964:

(...) cada Estado-membro deveria, na medida do possível, estabelecer e aplicar procedimentos para a identificação dos bens culturais (...) que existam em seu território e estabelecer um inventário nacional desses bens. A inscrição de um objeto cultural nesse inventário não deveria alterar de maneira alguma sua propriedade legal.

Etimologicamente, o termo inventário¹⁶ surge como medida ou ação de levantar objetos, informações ou bens em lista para classificação, análise e registro. Considerando que a identificação é a ação ou conjunto de ações de conhecimento e registro ordenado de um bem cultural ou de um conjunto de bens culturais de um determinado contexto, tomamos essa última questão como meio norteador para o âmbito institucional do IPHAN, que tem realizado projetos e ações de conhecimento aplicando esse instrumento, além de novos meios de reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro em suas mais variadas formas.

Maria Cecília Londres Fonseca (apud Motta & Silva, 1998, p. 37) aborda esse tema ao discutir a necessidade de se atentar para o ‘olhar’ que deve ser buscado em relação à identificação do patrimônio cultural e não na observação do objeto em si: “[...] uma das funções dos inventários é produzir quadros de referências que permitam a seleção daqueles bens que são excepcionais, e que, portanto, merecem proteção especial”.

Com o Inventário Cultural do Patrimônio Material dos Engenhos do Estado do Pará, além da coleta dos dados referentes aos remanescentes de engenhos nas localidades contempladas por essa ação, buscou-se apontar futuras diretrizes para a divulgação, proteção e salvaguarda desse importante patrimônio, uma vez que o avançado estado de arruinamento, presente na maior parte desses conjuntos, conduzirá (gradativamente) a sua total perda material.

A ação buscou levantar não apenas as informações históricas, como também realizar uma análise arquitetônica das edificações e arqueológica dos vestígios materiais dispostos *in loco* para que parte da história da ocupação do Norte do país possa ser compreendida, de forma que as influências culturais dos diferentes grupos que conviveram nos engenhos permitam uma parte do entendimento da cultura atual da região.

¹⁶ Cf. FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Tabela 01: Engenhos inventariados na primeira etapa de campo.

LOCALIDADES				
ABAETETUBA	BARCARENA	BELÉM	BENEVIDES	MARITUBA
FELIZ & COSTA	CARNAPIJÓ	FAZENDINHA	SANTA SOFIA	URIBOCA
SÃO SEBASTIÃO	CONCEIÇÃO	MURUTUCU		
SANTA ROSA	D'ÁGUA	VAL DE CÃES		
SEM NOME	JACAREGUARA	SÃO PEDRO		
SÃO LUÍS	MADRE DE DEUS			
PACHECO	SÃO BENTO			
PAZ E AMOR	SÃO MATEUS			
VISTA ALEGRE	CAFEZAL			
SÃO JOÃO	TAPOÁ			
SANTA RITA				
SÃO FRANCISCO				

Tabela 02: Engenhos inventariados na segunda etapa de campo.

LOCALIDADES		
ACARÁ	IGARAPÉ-MIRI	MOJU
ITACOÃ	BOA VISTA	JAGUARARI
	CARMELO	
	CASTANHAL	
	CORAÇÃO DE JESUS	
	FAZENDA	
	LIDERANÇA	
	LIVRAMENTO	
	MERCÉS	
	PONTA ALEGRE	
	SANTA CRUZ	
	SANTA HELENA	
	SÃO JOÃO	
	SÃO JOSÉ I	
	SÃO JOSÉ II	
	SÃO JUDAS TADEU	
	SÃO MATEUS	
	SÃO RAIMUNDO	

Tabela 03: Engenhos inventariados, sua força motriz e produtos fabricados.

ENGENHO	MUNICÍPIO	FORÇA MOTRIZ	PRODUTO
FELIZ & COSTA	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA E AÇÚCAR
PACHECO	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
PAZ E AMOR	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
SANTA RITA	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA E AÇÚCAR
SANTA ROSA	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
SÃO FRANCISCO	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA E AÇÚCAR
SÃO JOÃO	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA E AÇÚCAR
SÃO LUIS	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
SÃO SEBASTIÃO	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
SEM NOME	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
VISTA ALEGRE	ABAETETUBA	VAPOR	CACHAÇA
ITACOÃ	ACARÁ	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
CARNAPIJÓ	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
CONCEIÇÃO	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
D'ÁGUA	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
JACAREQUARA	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
MADRE DE DEUS	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
SÃO BENTO	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
SÃO MATEUS	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
TAPOÃ	BARCARENA	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
FAZENDINHA	BELÉM	MARÉ	CACHAÇA
MURUTUCU	BELÉM	MARÉ	CACHAÇA
VAL-DE-CÃES	BELÉM	MARÉ	CACHAÇA
SANTA SOFIA	BENEVIDES	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
BOA VISTA	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
CARMELO	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
CASTANHAL	IGARAPÉ-MIRI	MARÉ	CACHAÇA E AÇÚCAR
CORAÇÃO DE JESUS	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
FAZENDA	IGARAPÉ-MIRI	MARÉ, DEPOIS VAPOR	CACHAÇA
LIDERANÇA	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
LIVRAMENTO	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
MERCÊS	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
PONTA ALEGRE	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
SANTA CRUZ	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
SANTA HELENA	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
SÃO JOÃO	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
SÃO JOSÉ I	IGARAPÉ-MIRI	MARÉ, DEPOIS VAPOR	CACHAÇA
SÃO JOSÉ II	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
SÃO JUDAS TADEU	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
SÃO MATEUS	IGARAPÉ-MIRI	MARÉ	CACHAÇA
SÃO RAIMUNDO	IGARAPÉ-MIRI	VAPOR	CACHAÇA
URIBOCA	MARITUBA	MARÉ	CACHAÇA
JAGUARARI	MOJU	MARÉ	CACHAÇA

O quantitativo total de engenhos inventariados nas localidades de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Belém, Benevides, Igarapé-Miri, Marituba e Moju foram de 45 sítios, onde o último a suspender as atividades de produção foi o Engenho Pacheco, localizado no município de Abaetetuba.

A interdisciplinaridade da abordagem adotada neste inventário buscou entender como a produção açucareira influenciou e construiu parte de um autêntico patrimônio cultural brasileiro, por meio da interação entre diferentes grupos sociais que coexistiram e interagiram nos conjuntos dos engenhos. Ademais, foram considerados para esse objetivo, questões como os aspectos históricos, territoriais, econômicos e sociais.

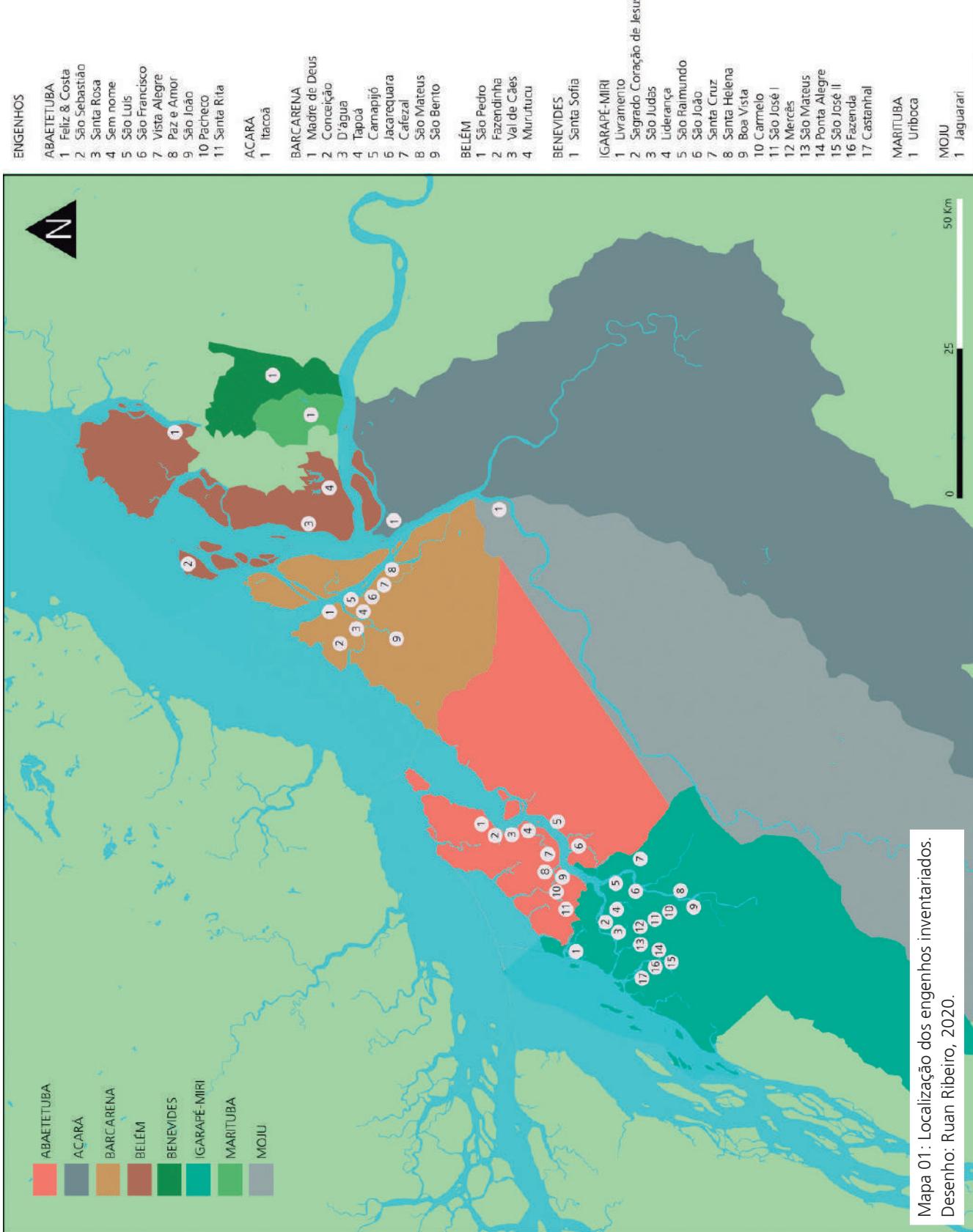
No que se refere aos engenhos analisados, observou-se que a grande maioria está em avançado estado de arruinamento e a proteção legal específica para a questão patrimonial é inexistente, na maioria deles. Os poucos volumes construtivos que se observaram guardam uma individualidade ímpar, evidenciando em cada conjunto, ainda que similaridades fossem encontradas entre eles, um partido arquitetônico com certas ‘liberdades’ arquitetônicas quanto aos padrões tipológicos vigentes.

Essa individualidade arquitetônica e artística indica a riqueza de informações de cada engenho, possibilitando um panorama riquíssimo de informações tanto da técnica produtiva, com as mudanças ocorridas na força de produção, quanto dos sistemas construtivos, relações trabalhistas, sociais e históricas.

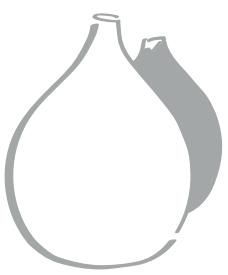
Um dos pontos relevantes nesta pesquisa, com efeitos nos assentamentos humanos nos engenhos, o tipo de energia é um fator determinante, pois configura não apenas a espacialidade da produção do açúcar e seus derivados, como também as relações de trabalho e a dinâmica cotidiana. Desse modo, os dados obtidos sobre as tipologias de energias utilizadas nos engenhos inventariados possibilitam um panorama diversificado que auxilia na compreensão das diferentes cronologias de ocupação e de funcionamento dos conjuntos açucareiros do Norte do Brasil.

Finalmente, com a coleta e análise detalhada por engenho, apresentamos informações que apontam um meio de salvaguardar e conhecer parte importante de um autêntico patrimônio nacional. Dessa maneira, fornecendo também elementos técnicos para suprir essa demanda protecionista, tentando ser urgente e eficaz em concordância ao que relata Motta & Silva (1998, p. 108):

[...] o inventário deve ser o mais ágil possível, de modo a captar a produção de determinada época, antes de sua perda definitiva. Além disso, acrescente-se o fato de que a Constituição Federal define o inventário como uma forma de acautelamento, o que tem feito dele um instrumento de defesa do patrimônio não protegido legalmente.







**PESQUISA
DOCUMENTAL**



Fig. 21: Casa Grande do Engenho São Pedro, Belém.

Acervo: Elísio Capela.

A DOCUMENTAÇÃO COMO SUPORTE INVESTIGATIVO¹⁷

A consulta de documentos relacionados à história de ocupação do Pará permitiu constatar a relevância da atividade econômica dos engenhos de cana-de-açúcar no processo de desenvolvimento de regiões como a Ilha do Marajó, o Baixo Tocantins e o Salgado nos primórdios da colonização. Investigar essa documentação tornou possível entender a economia açucareira desde o período colonial, bem como compreender o funcionamento dos engenhos, e sua importância colonizadora e econômica na região Amazônica. Haja vista que, assim como outros produtos cultivados no estado, o açúcar também contribuiu para a arrecadação de tributos para a Fazenda Real portuguesa.

Em vista disso, a utilização de fontes primárias foi, juntamente com a bibliografia que trata do tema “engenhos”, um importante recurso para que a investigação se desenvolvesse e possibilitasse respostas para algumas questões impostas pela pesquisa. O trabalho de análise e compilação dos documentos permitiu que avançássemos no trabalho de investigação, não sendo possível, porém, a reconstituição precisa dos fatos ocorridos. Mesmo assim, a história somente pode ser escrita quando dispomos dos vestígios documentais. Em suma, o conhecimento do presente se complementa com o do passado e, dessa maneira, a história dos engenhos no Pará segue construída.

Assim, antes de dar como verídica uma informação contida num documento, é necessário estar atento para os testemunhos históricos, já que nem todos os relatos são verdadeiros. Nesse sentido, o documento é a pedra fundamental para a escrita da história, porque uma pesquisa sem documento não produz história (Karnal & Tatsch, 2009). A partir dessa análise, confirmamos a importância do trabalho com as fontes documentais para o desenvolvimento da presente pesquisa, reconhecendo a responsabilidade do pesquisador na interpretação dos fatos e fontes.

Dessa maneira, e visando o bom andamento da presente pesquisa, foi desenvolvido um levantamento documental abrangente sobre a atividade canavieira no estuário amazônico. Observando, também, para os diferentes tempos históricos, a crítica documental e o ofício do historiador para a escrita da história. E por último, atentar para as mudanças e permanências do objeto de estudo dentro do âmbito social, político e econômico que o mesmo se insere.

¹⁷ Catarine Saunier



Fig. 22: Fábrica e armazém do Engenho Santa Rita, Abaetetuba.

Acervo: Garibaldo Parente.

Sobre a pesquisa das fontes primárias, devido à inexistência de um recorte cronológico preciso, algumas dificuldades inerentes ao assunto foram enfrentadas, tais como a coleta dos vestígios documentais, e o curto prazo para o desenvolvimento da pesquisa, do levantamento documental, da coleta e tabulação dos dados, do cruzamento de informações contidas nos documentos e na bibliografia, além do elevado volume documental encontrado referente à economia da cana-de-açúcar na região. Segundo Vicente Salles (1988), essa atividade econômica estendeu-se praticamente ao redor do Ilha do Marajó, ocupando inclusive certas áreas da ilha, além da calha do Rio Tocantins. Todavia, a área tradicional dessa lavoura limitou-se as bacias do Acará, Baixo Tocantins, Capim, Moju e Igarapé-Miri.

A respeito da produção historiográfica amazônica, encontram-se muitas referências sobre a atividade açucareira, destacando-se os trabalhos de Manoel Barata, Ernesto Cruz, Arthur Cezar Ferreira Reis e Vicente Salles, que estudaram parcialmente alguns aspectos da cana-de-açúcar na região; além de estudos recentes como as obras de Fernando Marques, Edna Castro, Chambouleyron, Ana Cunha, Sidiana Macêdo, Scott Anderson, Bezerra Neto, entre outros. Assim sendo, constatou-se que o cultivo da cana-de-açúcar se organizou, principalmente, na zona fisiográfica guajarina, que abrange os rios Acará, Guamá, Moju e Tocantins. Este fato ocorreu devido essa região possuir uma vasta quantidade de terras férteis, além de rios utilizados como força motriz para as moendas dos engenhos.

Outro aspecto importante foi a localização privilegiada dessas freguesias rurais, que se encontravam mais próximas a Belém, reduzindo as despesas com o tempo de transporte. Nesse sentido, a pesquisa apresentada contemplou as localidades de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e Região Metropolitana de Belém, sem, no entanto, esgotar a diversidade de engenhos presentes pelo Estado ao longo do estuário amazônico.

Esse levantamento bibliográfico e documental possibilitou um melhor conhecimento do objeto de estudo. E a partir dessa experiência, percebe-se o quanto o tema é abrangente, e as possibilidades de abordagens são múltiplas. Vale destacar que não é possível escrever uma história de 400 anos de atividade açucareira no Estado do Pará, sem tempo hábil para realizar uma pesquisa sistemática e exaustiva das fontes documentais.

Dessa forma, em virtude do curto espaço de tempo para a elaboração dessa pesquisa, tornou-se inevitável a presença de lacunas neste trabalho, pois o mesmo tem apenas a modesta pretensão de abordar sucintamente os aspectos econômicos, políticos e sociais da história da atividade canavieira no Pará. Consistindo assim, com base na bibliografia que versa sobre o tema e nas fontes encontradas, numa espécie de síntese da história dos engenhos no estuário amazônico.

Diferentes instrumentos de análise foram utilizados para tentar apontar as formas de organização, funcionamento e dinâmica socioeconômica dos engenhos. Para isso, tem-se a análise do ponto de vista da história, da arquitetura e também da arqueologia. Entretanto, é imprescindível apontar que a equipe composta no presente inventário não apresentava profissional da área de arqueologia, sendo constituída por uma arquiteta-urbanista e um historiador.



Fig. 23: Alicerces de construções do Engenho Carmo, Igarapé-Miri.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

Dessa forma, os vestígios registrados cabem como apontamento para futuros estudos aprofundados e realizados por profissionais da área.

Sendo assim, a arqueologia foi tomada como uma disciplina fundamental à construção e evidenciação de informações presentes na cultura material disponível nos sítios visitados. Como primeiro ponto é válido ressaltar o que representa o patrimônio arqueológico utilizando como citação a Carta de Lausanne (1990), elaborada para a proteção e gestão desse tipo de patrimônio:

(...) engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (Ibid., 1990 apud Bastos & Souza; 2010, p. 33).

Os diferentes seguimentos da arqueologia, assim como na história, definem quais metodologias e modos de abordagem são mais adequados para que se analisem os vestígios encontrados. A arqueologia pré-histórica, a arqueologia histórica e a etnoarqueologia são as divisões mais comuns apresentadas pela literatura para a abrangência cronológica dos materiais evidenciados. Barreto (2010) faz uma comparação entre a arqueologia e a história tendo em vista explicar as origens da sociedade a partir de diferentes métodos. Isto é, ainda que a história tente explicar o atual *status quo* de uma sociedade, segundo as fontes documentais, a arqueologia tenta de igual modo essa explanação, considerando o exame dos objetos e materiais achados nos sítios em análise.

A ampliação metodológica que considerou outras fontes - além da documental - como relevantes à investigação dos diferentes períodos e modos das sociedades é que inclui a arqueologia em outro status importante para a construção da história. Barreto (2010) relata que ainda que a arqueologia seja ‘complementar’ aos estudos históricos, arquitetônicos, antropológicos, etc., ela não deve ser tomada como disciplina auxiliar.

Nos diferentes ramos da arqueologia apresentados, na análise do período e no método de abordagem aplicados na presente pesquisa, optou-se por considerar a arqueologia histórica para a análise da cultura material encontrada nos sítios inventariados. Por definição, Barreto (2010) divide a arqueologia histórica em três especialidades, onde cada uma aborda cronologias e civilizações particulares.

Sendo assim, o que interessa para o desenvolvimento da presente análise é a arqueologia dos modos de produção do açúcar, a partir da análise dos objetos e fragmentos coletados que indiquem o modo como o núcleo produtor do açúcar e da aguardente funcionava, analisando desde a produção até a tipologia construtiva, uma vez que a arquitetura e o espaço são indícios importantes para o entendimento do modo de vida e da cultura de um grupo.

Em vista das abordagens histórica e arquitetônica aplicadas ao estudo dos engenhos, analisou-se o período cronológico desde o colonial até a contemporaneidade. Para a construção do entendimento dos assentamentos dos engenhos inventariados considerou-se como orientação a



Fig. 24: Capela de Nossa Senhora da Assunção do Engenho Jaguarari, Moju.

Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2013. Acervo: IPHAN.

definição da arqueologia histórica que retrata exatamente a questão temporal como um aspecto ‘aberto’, isto é, não se encerra em um período de início e fim, como uma fonte dinâmica “[...] dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (Orser Jr. apud Barreto, 2010, p. 23).

“A Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (Funari, 2003 apud Morais, 2007, p. 21). Isto posto, o interesse e o entendimento de que a arqueologia aborda dados de qualquer época permitiu-nos adotar e assumir a importância dessa disciplina para o estudo e a análise dos assentamentos açucareiros. Sendo assim, trabalhamos com a cultura material ligada à conceituação de memória e herança a fim de compreender quais vestígios imateriais a economia açucareira trouxe à ocupação da região, desde o período colonial até a contemporaneidade.

Destarte, a questão cronológica não é nosso único foco de atenção para a aplicação do planejamento em campo e a utilização da arqueologia histórica como ramo norteador deste estudo. O espaço é uma questão tão relevante quanto temporal para o direcionamento desta pesquisa. Barreto (2010) assume que a ocupação de uma área acumula gradualmente uma camada de vestígios formada pelo produto da vivência de determinado grupo (ou grupos) na região. A preocupação em analisar esses vestígios foi cuidadosa, no sentido de entender se esses materiais repousam nesse espaço como produto de uma ocupação ou surgiram aleatoriamente neste lugar.

Diante dessa questão, tomou-se o cuidado de definir os sítios, bem como compreender a natureza dos vestígios, e se estes são coerentes com o tipo de atividade e ocupação que fora desenvolvida na região. Para isso, as pesquisas histórica e arquitetônica são constantes e indissociáveis do processo arqueológico, e o recorte adotado considerou restringir a pesquisa, geograficamente, aos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Belém, Benevides, Igarapé-Miri, Marituba e Moju. Enquanto no campo micro, a delimitação das áreas dos sítios foi feita com a observação principal das ruínas das construções que compunham os antigos conjuntos açucareiros, bem como de pequenas sondagens nos leitos dos rios e canais próximos às áreas.



Fig. 25: Canal do igarapé no Engenho Carnapijó, Barcarena.

Foto: Alex Raiol, 2013. Acervo: IPHAN.

CULTURA MATERIAL¹⁸

O recorte geográfico onde foram evidenciados vestígios materiais de ocupação correspondeu às localidades de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Belém, Benevides, Igarapé-Miri , Marituba e Moju. A quantidade de materiais observados não foi precisamente quantificada, porém sua análise nos permitiu vislumbrar um panorama cronológico diferenciado. Em alguns sítios o mais importante que se buscou analisar, enquanto cultura material, foram os remanescentes dos materiais construtivos das diferentes edificações dos engenhos. O objetivo dessa análise era compreender, a partir da tipologia construtiva e do uso de determinados materiais, a dinamização da concepção arquitetônica dos grupos que habitaram os engenhos.

Nesse ponto, é necessário salientar que a pesquisa dos materiais observados *in loco* e a consideração de alguns como sítios arqueológicos foram pautadas nas bibliografias consultadas e em estudos arqueológicos existentes sobre esses remanescentes, a exemplo dos sítios já cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Essa ferramenta utilizada pelo IPHAN permite a consulta de todos os sítios catalogados e registrados pela instituição, bem como sua filiação cultural. Do quantitativo apresentado nas fichas do CNSA, alguns não existem mais e/ou não puderam ser encontrados por ausência de informações suficientes.

Os objetos encontrados nos sítios variavam entre tijolos, telhas, cerâmicas e metais. Neste último grupo estão peças numismáticas e ruínas de maquinários a vapor. Estas máquinas são escassas, ora por causa do abandono ou degradação decorrente do clima, ora pela venda como sucata. As ruínas de peças e estruturas remanescentes nos sítios são visualizadas sob densa vegetação e sem nenhum tipo de proteção.

É possível observar que essa diversidade de fragmentos e objetos demonstra a convivência de diferentes grupos sociais num mesmo ambiente, resultando numa significativa interação, que também é importante para a compreensão da cultura local da região. Assim, o registro, ainda impreciso com relação à quantidade de materiais dispostos nos sítios visitados, objetiva incentivar novos estudos arqueológicos na área, uma vez que não houve tempo suficiente para análises precisas do material investigado.

¹⁸ Catarine Saunier



Fig. 26: Maquinário do Engenho São Francisco, Abaetetuba.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.



Fig. 27: Moedas encontradas no Engenho Fazenda, Igarapé-Miri.

Foto: Alex Raiol, 2013. Acervo: IPHAN.



Fig. 28: Alambiques do Engenho Pacheco, Abaetetuba.

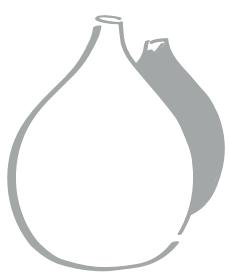
Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.



Fig. 29: Requícios de artefatos encontrados no Engenho Carnapijó, Barcarena.

Foto: Alex Raiol, 2013. Acervo: IPHAN.





**TECNOLOGIA,
ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO**



Fig. 30: Moagem de cana-de-açúcar, Campinas.

Pintura: Benedito Calixto, 1830. Acervo: Museu Paulista da USP.

TIPOS DE ENERGIAS¹⁹

A força de produção dos engenhos comumente utilizada no Brasil correspondeu à roda d’água, vertical, muito comum na Europa a partir de 1600 (Azevedo, 1990). Contudo, as fontes históricas relatam que quatro tipos de energias foram empregados nos engenhos brasileiros: a eólica, a animal, a humana e a hidráulica (Gomes, 2008). No que se refere ao uso da energia eólica, correspondeu a um caso raro de um engenho datado do século XVII, localizado na Ilha de Itaparica no Estado da Bahia, quando do uso de um moinho de vento para o funcionamento da moenda e também o beneficiamento de grãos (Azevedo, 1990).

A literatura elaborada por viajantes e cronistas que visitaram os engenhos no Nordeste brasileiro, desde o século XVI, denuncia a utilização da tração animal e da roda d’água em alguns engenhos e relatam o alto custo de manutenção desse tipo de força. Fernão Cardim (apud Azevedo, 1990, p. 41) cita: “[...] outros não são d’água, mas moem com bois e chamam-se trapiches; estes têm muito maior fábrica e gasto, ainda que moem menos, moem todo o tempo o anno, o que não têm os d’água porque as vezes lhes falta”. A expressão ‘trapiche’ utilizada por Cardim na citação anterior é comum nos séculos XVI e XVII e remete aos engenhos de mó (Azevedo, 1990).

Com exceção de Cardim, outros autores contestam a eficiência da tração animal na produção do açúcar, analisando a relação ‘manutenção x volume de produção’. Azevedo (1990) demonstra apontamentos de autores como Gândavo, Frei Vicente e outros, desaprovando o uso da tração animal e reconhecendo a maior viabilidade da roda d’água para a produção do açúcar nos engenhos do Nordeste.

Dessa forma, os engenhos movidos à tração animal foram suplantados pelos engenhos d’água, dentre outras razões devido ao alto custo de manutenção dos animais de tração e à facilidade em acessar as fontes hídricas, especialmente na região Norte do país: “A energia preferida foi a hidráulica, por ser a mais econômica e eficaz” (Gomes, 2008, p. 94).

Durante os trabalhos de campo do presente estudo, apenas uma ocorrência de engenho de tração animal foi evidenciada, segundo relatos orais do Sr. Sandoval Ferreira Bahia, que trabalhou

¹⁹ Catarine Saunier



Fig. 31: Paisagem de várzea, característica do ambiente do Estuário Amazônico, Barcarena.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

no antigo Engenho Feliz, localizado em Abaetetuba, que revelaram que antes da utilização do vapor para a produção da aguardente e do açúcar moreno, foi utilizada a tração animal no mesmo engenho.

Nas primeiras propriedades de engenhos do Norte a escolha da implantação dessa atividade privilegiava as localidades com fontes hídricas próximas e de terra fértil, já que era comum o cultivo de outros gêneros para a manutenção do núcleo social habitante em cada conjunto (Cunha, 2009). Assim, os primeiros senhores de engenho priorizaram a roda d'água como energia motriz ao funcionamento da moenda, além do aproveitamento dos cursos dos rios para o escoamento da produção.

A escolha da força hidráulica para os engenhos tornou-se cada vez mais incontestável em relação à tração animal e à força humana, situação confirmada por muitos cronistas e viajantes que conheceram os engenhos do Nordeste brasileiro. Segundo Azevedo (1990), a partir de 1655 os engenhos d'água são conhecidos como engenhos reais. Tal denominação é usada também como símbolo de importância social para os senhores de engenhos e suas famílias. "A produção de um engenho d'água era estimada em dobro com relação aos engenhos de tração animal" (*Ibid.*, p. 47).

O funcionamento de toda estrutura dos engenhos d'água é parte importante para o entendimento da dinâmica de ocupação do conjunto. A roda d'água era, geralmente, de madeira, enquanto o aproveitamento da água para o seu funcionamento dependia da construção de uma estrutura de condução da água, por meio de declividade, direcionando-a para calhas de madeira ou condutores de alvenaria, os quais eram elevados em arcos conhecidos como aquedutos (Gomes, 2008).

No caso específico dos engenhos d'água do Norte do país, o estreitamento dos rios e o desvio de seu curso para igarapés, intencionando aumentar sua velocidade de vazão e então direcioná-los aos aquedutos, fez-se muito comum para o funcionamento da roda. As estruturas dos condutores e aquedutos, na maioria dos casos, eram construídas em alvenaria de pedras e/ou tijolos cerâmicos maciços. Por sua vez, estruturas de calha e barragem erigidas em madeira foram raras, como no antigo Engenho São José, localizado em Igarapé-Miri.

Ainda que a produção do açúcar tenha sido implantada no Nordeste brasileiro para fins econômicos, vale ressaltar que de diferentes maneiras esse tipo de economia ganhou as terras do Norte do país, pois o objetivo era outro: a ocupação dessa parcela territorial. E nessa dinâmica de ocupação é importante frisar que onde hoje encontra-se o Estado do Pará, em fins do século XVII e início do XVIII compreendia a capitania pertencente ao atual Estado do Maranhão, administrada em separado do restante do território brasileiro, sendo diretamente vinculada à Lisboa (Matos, 2012).

Assim, a posição fronteiriça do Estado do Maranhão, comumente alvo de investidas de outras nações europeias, preocupava a Coroa portuguesa, que produziu esforços incessantes de ocupação da área (Matos, 2012). Nesse sentido, as doações de terras e de sesmarias foram fatores importantes para o entendimento da implantação e desenvolvimento dos engenhos de açúcar na região.

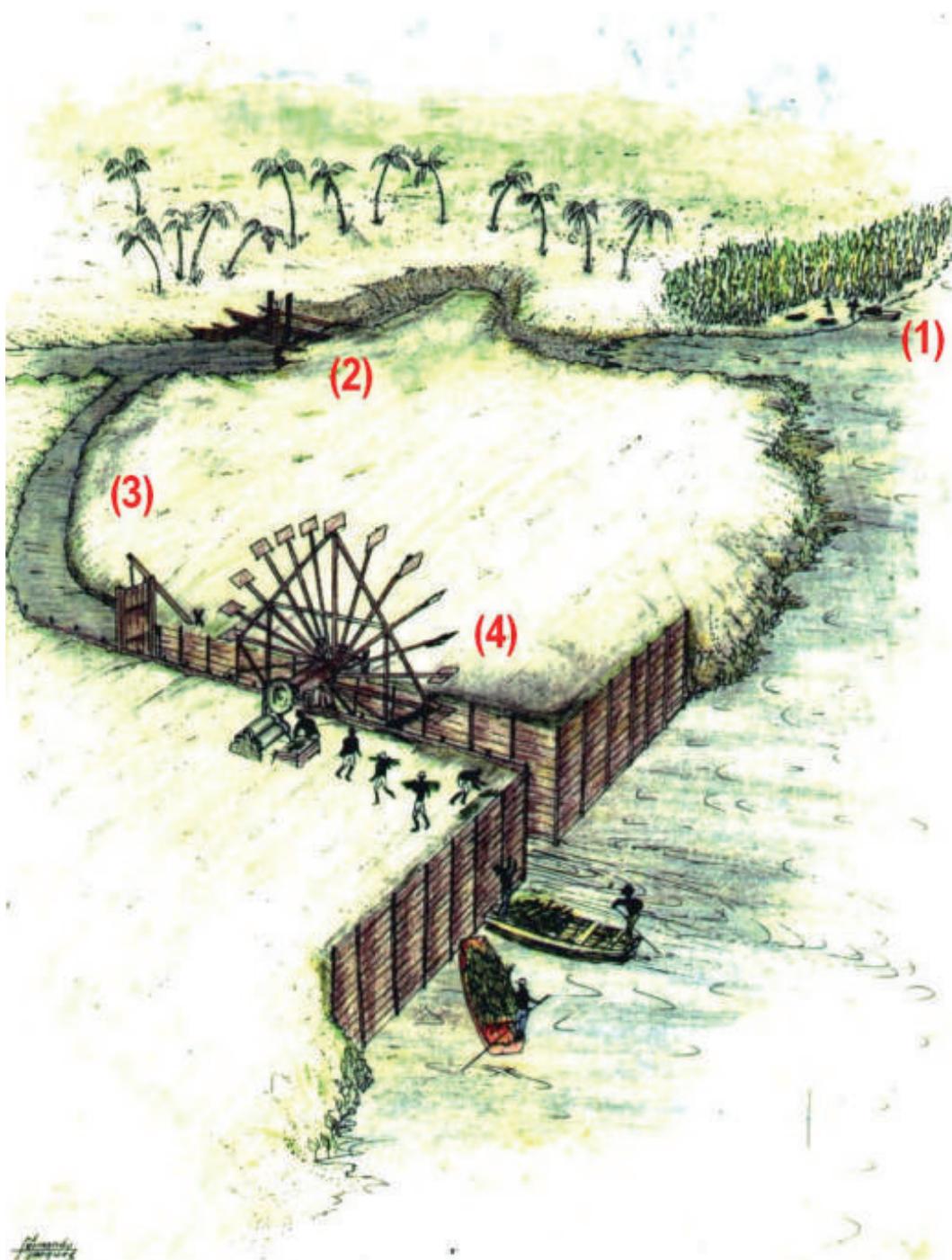


Fig. 32: Reconstituição do sistema motriz movido à maré do Engenho São José, Igarapé-Miri. A maré atuava na fertilização das margens (1). Na preamar, a água era retida por uma barragem (2), desviada por um canal (3) até a calha (4) para, durante a vazante, girar uma roda d'água. A maré também possibilitava o transporte da cana.

Fonte: Marques, 2004, p. 28.

Em depoimento do Padre Cristobal de Acuña, as condições favoráveis das terras do Norte para o cultivo da cana foram apontadas, o que reforçava o interesse da Coroa portuguesa em ocupar a área e desenvolver a economia do açúcar na região.

As melhores (colheitas) que a meu ver, se deveriam empreender neste Rio (Amazonas), são as de açúcar, que é o quarto gênero que, como o mais nobre, mais proveitoso, mais seguro e de maiores rendimentos para a Coroa Real, e do qual há tempos tanto diminuiu o tráfico no Brasil, mais se deveria tomar a peito e procurar desde logo instalar muitos engenhos, que em breve restaurassem as perdas daquela costa: pois a terra para a cana doce é a mais famosa que há em todo o Brasil (Ibid. s/d. apud Cruz, 1973, apud Matos, 2012. p. 63).

Segundo Anderson & Marques (1993), até o início deste século os engenhos implantados nas terras do Norte do país, em sua maioria, funcionavam utilizando a força da roda d'água em aproveitamento da maré no estuário amazônico. Contudo, problemas ambientais eram comuns à utilização da energia hidráulica para o funcionamento dos engenhos. Sua implantação implicava na demanda extrativista da madeira para alimentar as fornalhas, o que ocasionava, gradativamente, o desmatamento de grandes áreas e o esgotamento do solo (Gomes, 2008).

Dessa forma, em algumas cartas de datas de sesmarias, o argumento da fertilidade do solo na solicitação de novas terras para o deslocamento e/ou implantação de novo engenho era recorrente:

Não obstante a fertilidade do solo as margens dos rios, as terras destinadas ao cultivo da cana e onde eram instalados engenhos de açúcar acabavam, muitas vezes, por se esgotarem, dadas as necessidades exigidas por tal atividade. Nas petições feitas pelos moradores da Capitania à administração colonial, nota-se a recorrência do argumento sobre a fertilidade das terras do rio Mearim, como ressaltou o capitão-mor do Maranhão, José da Cunha de Eça, que propunha solucionar os problemas de comércio no Maranhão através da construção de seis engenhos junto ao rio Mearim, entre os quais se distribuiriam escravos obtidos em guerra realizada contra os índios tapuias, responsáveis pelo abandono dos engenhos que outrora ali existiram. Com o mesmo intento, Victoriano Pinheiro de Meireles se mudou do Pará para junto do rio Mearim, edificando ali um engenho e consertando outro, em virtude da grande fertilidade do solo e duração das canas ali cultivadas (Cunha, 2009, p. 59).

Um pouco mais tarde, o uso do bagaço da cana para o alimento da fornalha foi uma solução que minorou, de forma gradual, essa demanda extrativa da madeira para esse fim. Entretanto, essa solução só se mostrou no século XIX, quando da utilização da energia a vapor (Gomes, 2008). Segundo Azevedo (1990), o uso da máquina a vapor no Brasil ocorreu em 1815, e dessa forma, excluiu o uso, concomitante, das outras forças na produção do açúcar, fato que era comum no período colonial, quando da ocorrência simultânea da força humana, da tração animal e da hidráulica nos engenhos.



Fig. 33: Canal do igarapé no Engenho Itacoã, Acará.

Fonte: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

Ainda sobre a força humana, Azevedo (1990) cita que há relatos esparsos da ativação da moenda por escravos em engenhos do Brasil. A iconografia denuncia a utilização dessa mão de obra para esse fim em alguns engenhos do Nordeste brasileiro, especificamente, em gravuras reproduzidas por Noel Deerr (atribuídas à Visscher) em seu livro “Brazilian Factory”, demonstrando a presença de escravos trabalhando nas moendas de Olinda, em Pernambuco.

O programa de necessidades dos engenhos d’água e dos engenhos de tração animal e humana, segundo relatos historiográficos, era semelhante, ainda que a implantação dos edifícios nos terrenos não tivesse um padrão pré-estabelecido. Nesse sentido, os engenhos de maré do Nordeste e do Norte não possuíam, como traço em comum, uma implantação recorrente e padronizada.

Parece não ter havido no século XVII, um esquema muito rígido quanto ao modo de distribuição dos edifícios no terreno. Isso, se considerarmos como documentos confiáveis os quadros de Frans Post, que retrataram engenhos de Pernambuco naquele século. Nessas pinturas, quase todos os engenhos estão situados em terrenos pouco acidentados (Gomes, 2008, p. 96).

A pesquisa de campo realizada nos engenhos de maré não constatou uma disposição livre das edificações. Conforme Gomes (2008), não havia um padrão de assentamento pré-definido ou aprendido. Além disso, outro ponto em destaque na implantação dos conjuntos é a importância da proximidade dos engenhos em relação aos rios da região.

A disposição das construções, especialmente a dos engenhos de maré, assemelha-se à disposição dos engenhos do Nordeste em termos de demonstrar, por meio da implantação das edificações, a hierarquia do senhor do engenho e de sua família, bem como a relação com os trabalhadores. As relações sociais estabelecidas nos núcleos rurais são fatores importantes que influenciam e determinam a dinâmica espacial de ocupação do território. Os conjuntos construtivos dos engenhos mais antigos encontrados, em sua grande maioria em ruínas, apresentam a casa grande disposta a uma localização central no terreno, com a cota elevada, o que representava uma medida estratégica que possibilitava uma visualização privilegiada da área. Para as edificações correspondentes ao armazém e à fábrica, a posição era sempre próxima ao rio, pois a força motriz para o funcionamento da moenda era extraída dele.

Outro exemplo desse posicionamento em destaque da casa grande foi evidenciado no Engenho São Mateus, localizado na ilha homônima, pertencente ao município de Barcarena, onde as ruínas da fundação e do piso da antiga casa grande estão dispostas de forma que pudesse ter uma visão privilegiada do complexo de produção, formado pela fábrica, chaminé, calha e poço.

A proximidade com o rio era calculada também para o desembarque da cana no ‘picadeiro’, local onde era construído um pequeno trapiche para o recebimento dos feixes de cana-de-açúcar carregados nos batelões. A maré, portanto, ajudava não apenas na produção da força que girava a moenda, mas como no descarte e no recebimento dos feixes de cana e, posteriormente, das frasqueiras de aguardente que eram carregadas pelos regatões que distribuíam aos mercados



Fig. 34: Maquinário da fábrica do Engenho São Pedro, Belém.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

interessados. Conforme Anderson (1991), os regatões utilizavam-se de embarcações à vela que aproveitavam o fluxo e o refluxo da maré para auxiliar o deslocamento.

Os regatões representaram papel fundamental para a disseminação dos engenhos a vapor na região Norte, exatamente por ajudarem a difundir a mercadoria mais produzida por eles: a aguardente. Ademais à introdução da máquina a vapor na produção do açúcar e seus derivados, isso aconteceu tardivamente no Brasil, uma vez que a importação do maquinário industrial da Europa ocorreu duas décadas depois que esse tipo de energia já estava sendo usada nos engenhos das Antilhas. O vapor revolucionou o processo de fabricação do açúcar e reconfigurou as relações sociais e espaciais dos engenhos.

Na moagem, liberando o engenho da dependência de recursos naturais como força hidráulica e pastagens; no cozimento, pela introdução do vácuo, que agilizaria o processo de evaporação e cristalização do açúcar; na purga, pela introdução das centrífugas que eliminariam o demorado processo de clareamento do açúcar por decantação. O vapor permitiria, ainda, mecanizar praticamente todas as operações de transporte dentro da fábrica e unificar numa caldeira central toda a energia necessária para acionar as várias etapas do processo (Azevedo, 1990, p. 54).

Soma-se a esse fator, o cenário completamente diferente da utilização de uma mão de obra livre que não precisaria, obrigatoriamente, residir nas propriedades dos engenhos; podendo, segundo relatos das comunidades visitadas no presente estudo, trabalhar em mais de um engenho. Segundo Anderson (1991), a expansão dos engenhos a vapor no estuário amazônico visava à produção da aguardente, produto muito apreciado e em vasta divulgação à época.

A facilidade de aceitação desse produto ocorreu pelo aumento da população ao longo do Amazonas e a popularização dos motores a diesel em barcos da região. Esse fator facilitava o deslocamento, haja vista o aumento da velocidade das embarcações que passaram a percorrer espaços maiores em menos tempo, e ofereciam aos comerciantes do interior das comunidades produtos novos, dentre eles, a aguardente.

Os regatões, ao subirem o rio, ofereciam aos comerciantes do interior, produtos agrícolas e manufaturados, inclusive aguardente, em troca de peles e outros produtos extrativos. Ao retornar ao estuário e ao negociar aguardente com os engenheiros, os regatões ofereciam produtos novos para aviar roçados, como carne salgada de jacaré e capivara e, graças à venda de peles para exportadores, podiam oferecer, também, manufaturadas ou pagamentos em dinheiro (Anderson, 1991, p. 110).

Desse modo, os engenhos paraenses movidos à força do vapor apresentaram uma configuração que diferia dos engenhos d'água devido à configuração produtiva e social, com efeitos no programa de necessidades, no tipo de assentamento e na escala de algumas edificações. Nesses conjuntos foram encontradas construções de menor porte, com disposição mais aproximada entre a casa da morada do proprietário do engenho e a fábrica.



Fig. 35: Caldeira a vapor do Engenho São Luís, Abaetetuba.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

Nessa última, localizavam-se o maquinário de produção da aguardente e do açúcar e, geralmente, posicionava-se à beira do rio para auxiliar no transporte da cana, recebimento de mão de obra e escoamento da produção.

Assim, compreender essa tipologia de assentamento dos engenhos permite assimilar o panorama histórico e social em que cada um dos conjuntos estava inserido. De forma que, apresentar a implantação e o modo como os edifícios se relacionavam, bem como seu programa de necessidades, revela não somente o entendimento espacial, mas as relações sociais estabelecidas em cada um desses núcleos produtivos.



Fig. 36: Engenhos Liderança e Coração de Jesus, Igarapé-Miri.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL²⁰

A economia do açúcar imprimiu na região Norte brasileira um modelo de ocupação do território que influenciou sobremodo a formação histórica e social da região. O modo que esse tipo de economia se instalou e desenvolveu-se gerou uma dinâmica social particular, criando núcleos quase autossuficientes nos assentamentos dos engenhos. Freyre (1996) aponta que:

A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só o da Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostis ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus (Freyre, 1996, p. 18).

Esse familialismo, expresso na ocupação espacial da economia da cana-de-açúcar, está assentado não somente na preocupação em garantir a produção da aguardente e do açúcar, como fixar-se na região e gerar o envolvimento dos sujeitos sociais, estabelecendo laços e vínculos. A relação é apurada pelo conhecimento tradicional das casas edificadas em palafitas, mesclada à técnica europeia da alvenaria de pedra.

Os núcleos subsistentes, desenvolvidos na dinâmica de assentamento dos engenhos, ganharam mais força interna com a publicação na Carta Régia de 16 de junho de 1761 (Cruz, 1980 apud Cunha, 2009), a qual solicitava que a produção de açúcar do Estado do Maranhão e Grão-Pará se restringisse ao consumo interno. Essa preocupação visava evitar a concorrência com a produção do açúcar de Pernambuco e da Bahia. Esse fato aponta que - diferentemente dos engenhos do Nordeste brasileiro o qual geraram as freguesias, vilas e, mais tarde, as cidades - em decorrência do desenvolvimento da produção do açúcar para o mercado externo em larga escala, os engenhos do Norte (ainda que exportassem para outros países, em menor escala) estavam 'preocupados' em escoar a produção para o mercado interno, produzindo outro ritmo de desenvolvimento da área.

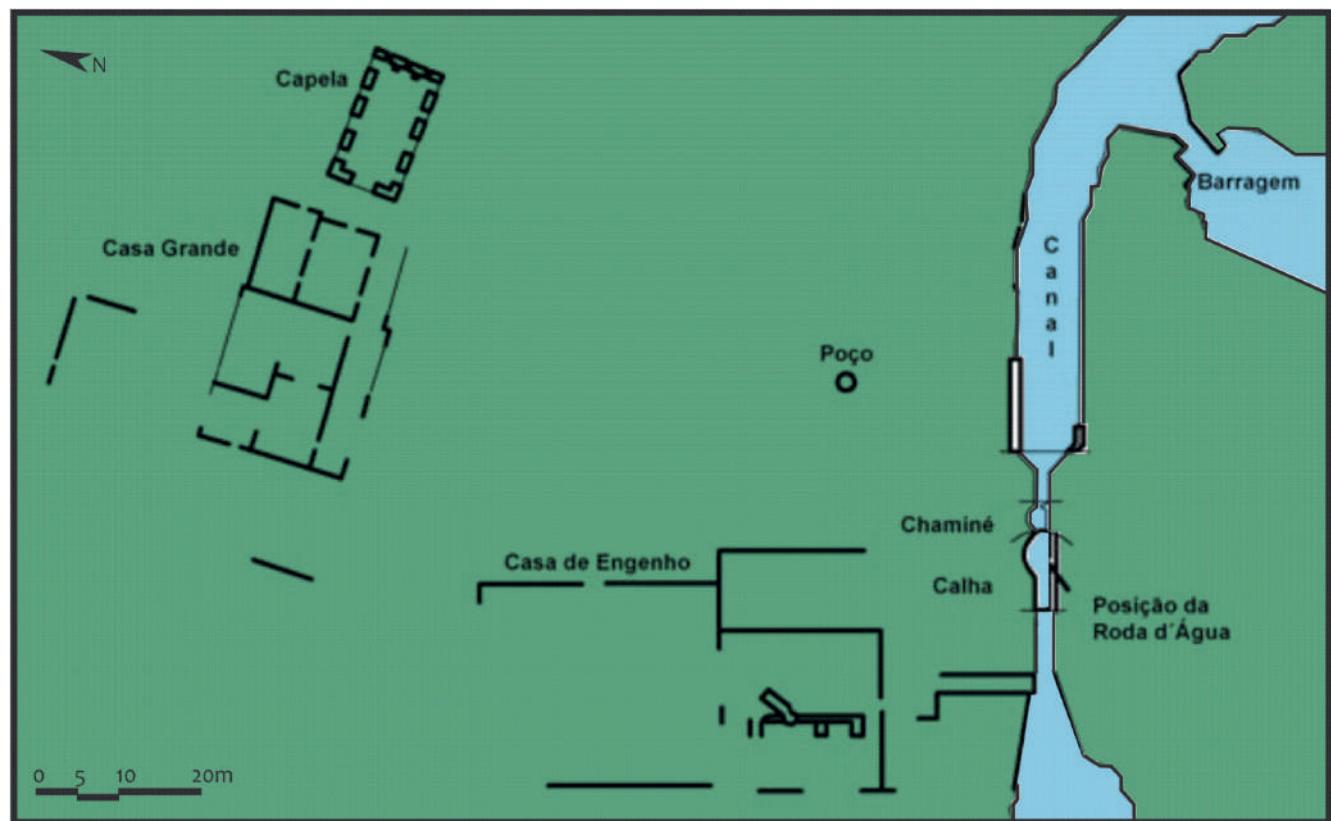


Fig. 37: Planta geral do Engenho Murutucu, Belém.

Fonte: Marques, 2004, p.127.

Deste modo, criou-se um microclima que permitiu um estreitamento de laço entre a comunidade nativa e os proprietários dos engenhos. Uma infraestrutura montada em cada assentamento objetivando fornecer os meios necessários à subsistência daquele núcleo social. A configuração espacial do conjunto edificado encontrado nos remanescentes de antigos engenhos localizados nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju e na Região Metropolitana de Belém apontaram para uma composição semelhante aos engenhos do Nordeste brasileiro: casa grande, capela, fábrica (casa de engenho), e, segundo relatos orais de moradores e descendentes dos primeiros proprietários dos engenhos, senzala e cemitério, mesmo que não tenha sido possível encontrar evidências materiais de algumas dessas estruturas.

A influência construtiva da arquitetura portuguesa está presente nos traços das edificações evidenciadas nas áreas citadas. E ainda que a predominância das construções encontradas, e que compunham os engenhos, esteja em estado de ruína, foi possível perceber, especialmente no que diz respeito à questão de materiais construtivos, a utilização de técnicas construtivas mistas, como por exemplo a alvenaria de pedra e de tijolo cerâmico maciço nos aquedutos das calhas de alguns engenhos de maré.

O tipo de energia motriz de produção do açúcar e seus derivados é outro ponto que influenciou sobremaneira o tipo de construção e de assentamento encontrados. Um exemplo é o redimensionamento espacial que alguns engenhos sofreram com a utilização do vapor como energia de produção. Já os engenhos movidos à força da maré se assemelham, mais em escala e implantação de suas edificações, aos encontrados no Nordeste brasileiro.

Os tipos de relações sociais desenvolvidas em cada núcleo também podem ser apontados como um meio de influência ao modelo de configuração espacial das edificações do conjunto. Enquanto que a presença da mão de obra escrava demandava aos proprietários uma disposição espacial das moradas dos escravos afastada da casa grande e próxima das fábricas; os engenhos a vapor, datados do século XIX e XX com a importação das máquinas vindas da Europa, estabeleciam um tipo de relação trabalhista caracterizada por outro momento. Este era marcado por um regime assalariado, no caso mais comum, com o recebimento de diárias, ou mesmo com o sistema de avitamento. Nos engenhos a vapor, os trabalhadores não possuíam a obrigatoriedade de morar no mesmo local de trabalho, como os escravos, e a localização dos engenhos nas ilhas possibilitava, em alguns casos, que trabalhassem em vários engenhos ao mesmo tempo.

Assim, as iconografias dos engenhos do Nordeste e Norte do Brasil e as observações em campo realizadas nas localidades citadas possibilitaram apontar traços comuns nos conjuntos e construções, o que permitiu analisar a concepção espacial e arquitetônica dos engenhos, articulando-a com as relações sociais estabelecidas no espaço e não como fato isolado.

A liberdade de concepção dos conjuntos dos engenhos, tanto na tipologia dos edifícios, quanto na configuração de sua implantação, resultou em estudos que explicitam os fatores determinantes nas escolhas conceptivas dessas construções. Segundo Azevedo (1990), os fatores socio-culturais definem a forma das casas e dos demais edifícios que compunham os engenhos.

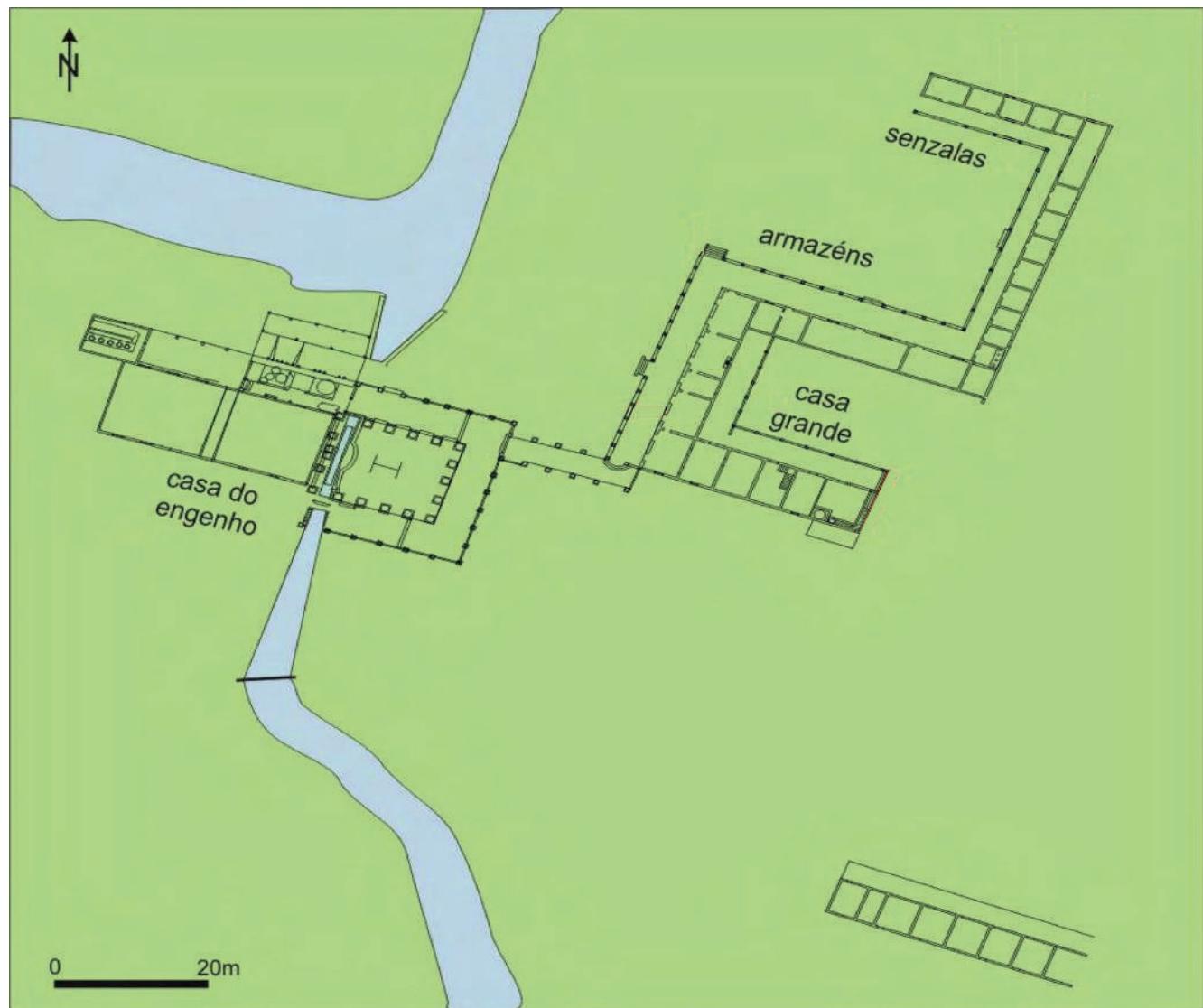


Fig. 38: Planta geral do Engenho Mocajuba, Barcarena.

Fonte: Marques, 2004, p. 140.

A configuração mais comum conhecida dos engenhos é formada pela casa grande, capela, fábrica e senzala: “O chamado quadrilátero principal do engenho de açúcar [...] retrata, fundamentalmente, as relações de produção do açúcar, em que se pese o condicionamento pelo meio” (Azevedo, 1990. p. 96). Ainda que nos engenhos do Norte do Brasil os edifícios diferissem, em algum nível dessa configuração clássica conhecida, algumas dessas edificações são evidenciadas na maioria dos casos, especialmente, quando o tipo de energia empregada correspondia à hidráulica.

Para essa configuração, Rapoport (1972, apud Azevedo, 1990) aponta alguns aspectos que afetam o programa de necessidades, os quais: necessidades básicas, estrutura familiar, condição da mulher, privacidade e comunicação social. Todos esses fatores possuem a linha comum de influência de um modo de vida diferente, que se estabeleceu a partir da dinâmica de convívio dos muitos grupos sociais ligados ao espaço pela economia do açúcar. O modo de vida, a dieta, as tradições, a segregação e os comportamentos feminino e masculino ganham uma peculiaridade própria desse tipo de conjunto. Tudo isso implica e pode ser demonstrado na concepção arquitetônica.

O conjunto desses edifícios e a maneira como se relacionavam, portanto, não era concebida apenas como modo de viabilizar os meios de produção e o escoamento de mercadorias, mas delatavam os modos peculiares de vida e das relações estabelecidas em cada núcleo do açúcar. Gomes (2008) cita que em alguns engenhos de Pernambuco, no século XIX, os edifícios eram organizados de madeira a constituir um pátio interno retangular no centro. Era uma disposição espacial planejada, que viabilizava os meios de produção e o escoamento de mercadorias, ressaltando os modos peculiares de vida e das relações estabelecidas em cada núcleo de açúcar.

Tomamos, então, a descrição dos engenhos do Norte para que fosse possível averiguar a existência de um tipo de implantação comum, e quais as edificações que compunham cada conjunto. Marques (2004) já havia contabilizado nos engenhos de maré encontrados em alguns municípios paraenses uma configuração de conjunto formada por casa grande, senzala, fábrica, oficinas, olarias e etc. A disposição das edificações, em concordância com os engenhos do Nordeste, também seguia um partido livre. Contudo, o traço comum desses engenhos era a tentativa de demonstrar a influência social do proprietário, por exemplo, por meio da posição da casa grande em relação ao restante das edificações.

É o que se observa no caso dos engenhos São Pedro (Belém), São Mateus (Barcarena), Murutucu (Belém), Jaguarari (Moju) e D’água (Barcarena). Todos esses, em análise de suas ruínas, demonstram a disposição das construções em proximidade às fontes hídricas e com privilégio de localização da casa grande, construída em cota mais elevada.

Em iconografia do livro “Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá” (apud Marques, 2004) é possível visualizar a implantação geométrica do Engenho Mocajuba, localizado em Barcarena, mas que não pôde ser inventariado devido ao difícil acesso à área e à ausência de informações e coordenadas precisas que permitissem sua localização. Conforme Marques (2004), a implantação do Engenho Mocajuba apresentava a disposição central da casa grande no terreno e a implantação da casa de engenho (ou fábrica) interligada ao conjunto e estratégicamente posicionada nas proximidades da fonte hídrica, fato que evidencia o

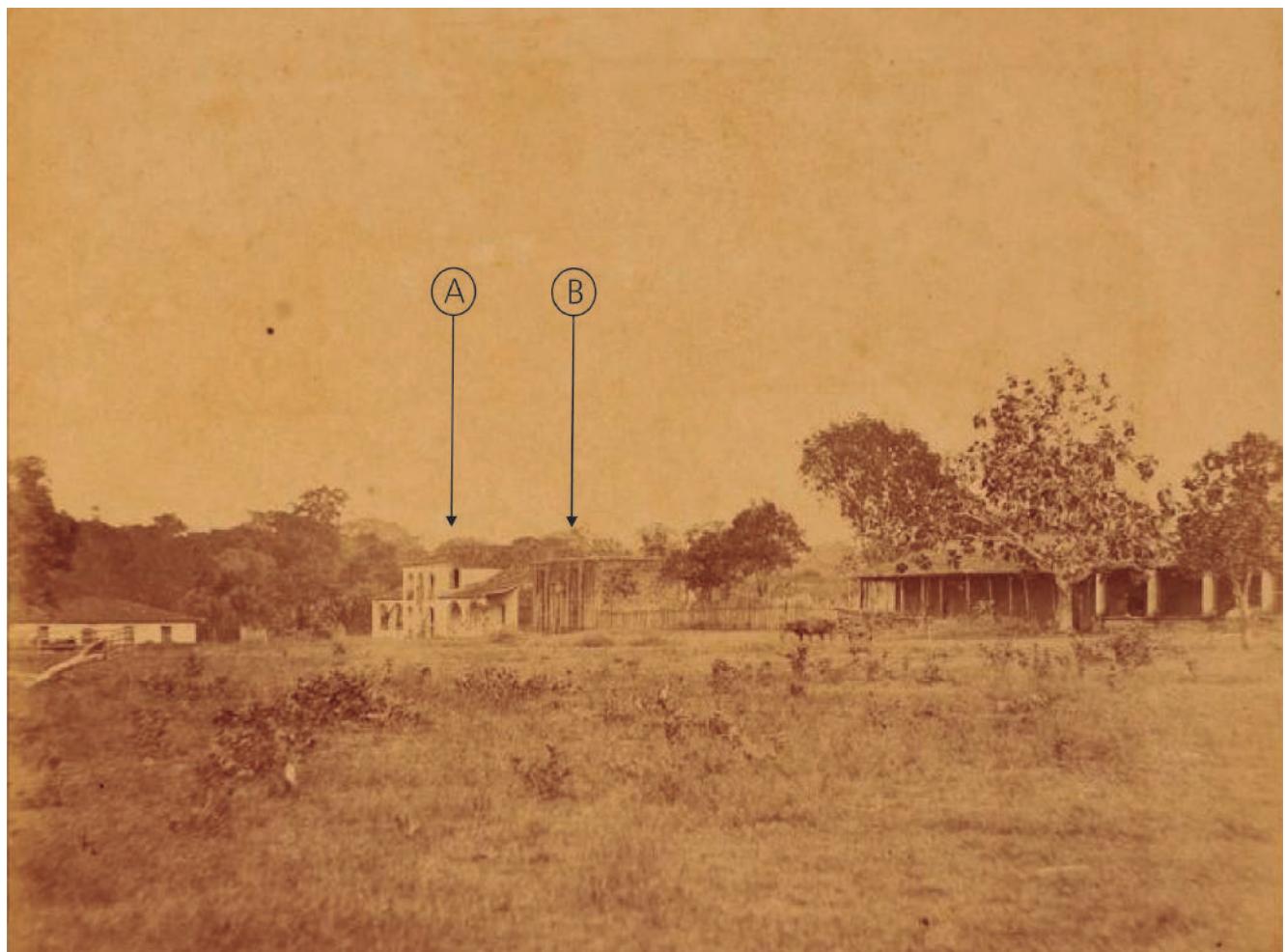


Fig. 39: Casa grande (A) e capela (B) do Engenho Murutucu, Belém.

Foto: Augusto Findanza. Acervo: Brasiliana.

papel da água como força motriz de funcionamento do engenho. Outra particularidade notada na implantação desse engenho é a forma como todos os edifícios se comunicam, de alguma forma, com a casa grande, evidenciando sua posição central e de destaque no terreno, dentre outras razões, para o acompanhamento privilegiado do cotidiano do conjunto.

A disposição espacial privilegiada da casa grande no terreno também pôde ser confirmada no Engenho Murutucu, evidenciada pela sua implantação em cota mais elevada que as demais construções.

No Engenho Murutucu notou-se que, assim como a área da manufatura, a casa grande também se encontra à margem do igarapé, porém a uma distância de cerca de 20 metros da fábrica, e em cota marcadamente mais alta. Ainda neste sítio destaca-se a localização da capela, contígua à casa grande, tendo sua porta posicionada de frente para uma ampla área aberta, como se fosse um largo (Marques, 2004, p. 154).

A julgar pela descrição dos engenhos do Norte nas bibliografias consultadas, bem como na análise do que foi evidenciado *in loco* é possível afirmar que os mesmos princípios construtivos e sociais dos engenhos do Nordeste podem ser constatados nos conjuntos do Norte. Contudo, o que se observa nos engenhos a vapor do Norte é uma configuração diferenciada, onde a relação espacial entre os prédios e os materiais utilizados para suas construções sofreram uma reconfiguração. E a razão para essa ocorrência - conforme apresentado anteriormente - deveu-se ao tipo de energia e à mudança de mão de obra.

Desse modo, no Pará, o quadrilátero clássico de composição dos engenhos do Nordeste citado por Azevedo (1990) - casa grande, senzala, capela e casa de engenho - foi alterado, sobretudo nos engenhos que utilizavam o vapor como energia de produção, que apresentavam como conjunto construtivo: casa do proprietário, fábrica e anexos produtivos.

A partir da análise feita nos engenhos encontrados nos municípios contemplados no inventário, a composição dos edifícios e sua disposição apresentam uma proximidade maior com o rio, devido ser o principal meio de escoamento da produção, como também de chegada da cana-de-açúcar e da mão de obra. A implantação dos edifícios passa a seguir um desenho linear, sendo que na forma mais comum as construções são executadas de forma justaposta, com as fachadas principais voltadas para o rio.

Anderson (1991) demonstra a expansão na produção da aguardente nos engenhos da região do estuário amazônico em razão, especialmente, da multiplicação das unidades de produção. Na localidade de Abaetetuba, por exemplo, foi possível observar a presença das ruínas dos engenhos a vapor em grande número na foz dos rios da região e numa proximidade tênue entre elas.

A orientação de todas as edificações linearmente e com a testada voltada para o rio pode ser interpretada como um meio estratégico de visualização do trapiche, bem como da movimentação de chegada e partida de mercadorias, através dos regatões, e trabalhadores na área do engenho. Em comparação aos engenhos d'água, cuja configuração demandava uma área maior

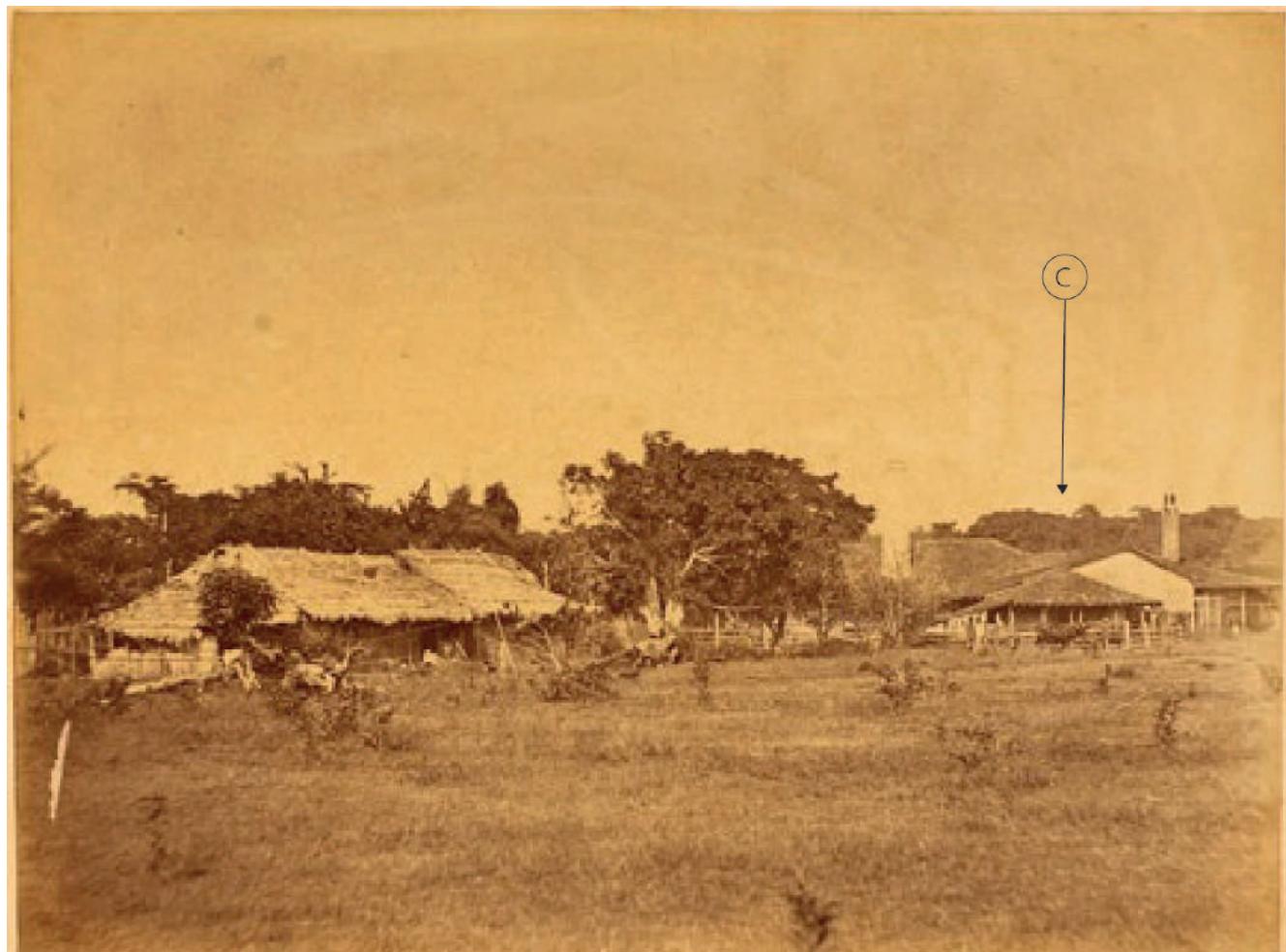


Fig. 40: Fábrica e armazém (C) do Engenho Murutucu, Belém.

Foto: Augusto Findanza. Acervo: Brasiliiana.

e a presença de vários edifícios, pode-se supor que a dificuldade de acesso e o número maior de moradores desses conjuntos produzia um núcleo quase subsistente, sendo necessária a presença de edificações de apoio à produção de outros produtos para a lida diária no conjunto. Fato esse que não ocorre nos engenhos a vapor, já que os motores a diesel dos regatões permitiam a chegada de produtos manufaturados e outros alimentos que não eram provenientes da área.

Assim, a expansão da ocupação da área nas margens dos rios começa a se popularizar e o desenvolvimento da região apresenta como traço comum de implantação a disposição dos conjuntos às margens dos rios.

Da mesma forma, a sociedade na região aguardenteira começou a ter maiores contatos externos. Os meios de transporte, agora movidos a diesel, tornam-se mais comuns. Houve migração à região de pessoas em busca de novos empregos, criados tanto no setor agrícola como industrial. Importante foi o crescente controle da malária, que também contribuiu para aumentar a população nas várzeas destes municípios (Anderson, 1991, p. 111).

A partir das análises e observações feitas em campo, conclui-se que embora os engenhos tenham uma configuração padrão de prédios comuns (casa grande, fábrica, capela e etc.), não existiu uma maneira pré-estabelecida de assentamento, embora as fontes hídricas fossem determinantes para os engenhos do Norte, evidenciando seu papel fundamental, seja de energia motriz como de meio de acesso aos conjuntos.



Fig. 41: Fábrica e armazém do Engenho São Pedro, Belém.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

TIPOLOGIAS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS²¹

A definição de engenho que melhor caracteriza os engenhos paraenses identificados nesta pesquisa resulta da bibliografia geral consultada, bem como da observação dos conjuntos existentes nas regiões Norte e Nordeste brasileiras. Para Antonil (apud Cunha, 2009), “compreende todo edifício, com as oficinas e casa necessárias para moer a cana, cozer e purgar o açúcar”. Entretanto, vale ressaltar que alguns engenhos se diferenciam em organização espacial de acordo com a energia utilizada para a produção do açúcar e seus derivados. Nesse sentido, há os engenhos movidos à energia do vapor, os de maré, os de força humana e os de tração animal.

No caso dos engenhos de maré, sua implementação foi facilitada pela região do estuário amazônico aproveitando o regime das águas, que desviadas em pequenos cursos se estreitavam por uma barragem edificada - geralmente em alvenaria - e, em seguida, direcionadas à roda que gerava a energia capaz de fazer funcionar a moenda. Outro papel importante era atribuído à proximidade dos cursos d’água, pois era a partir desses percursos fluviais que a cana-de-acúcar colhida era transportada, bem como a mão de obra se deslocava entre ilhas. Antonil (apud Cunha, 2009) aponta que as terras escolhidas para a implantação dos engenhos, além da proximidade com o rio, deveriam ser férteis, propiciando o plantio da cana e a criação do gado:

[...] a terra que se escolhe para o pasto ao redor do engenho há de ter água e há de ser cercada, ou com plantas vivas, como são as de pinhões, ou com estacas e varas do mato. O melhor pasto é o que tem muita grama, parte em outeiro e parte em várzea, porque, desta sorte, em todo o tempo, ou em uma ou em outra parte, assim os bois como as bestas acharão que comer (Ibid., 2009, p. 65).

Após a escolha da localização e da terra, era iniciada a construção dos edifícios formadores do engenho. Nesse sentido, os engenhos visitados, ainda que em ruínas, eram constituídos de: casa grande, fábrica, armazém, capela, senzala e cemitério. Segundo Marques (2009), nos engenhos de maré existiam também a roda d’água e a calha.

²¹ Catarine Saunier

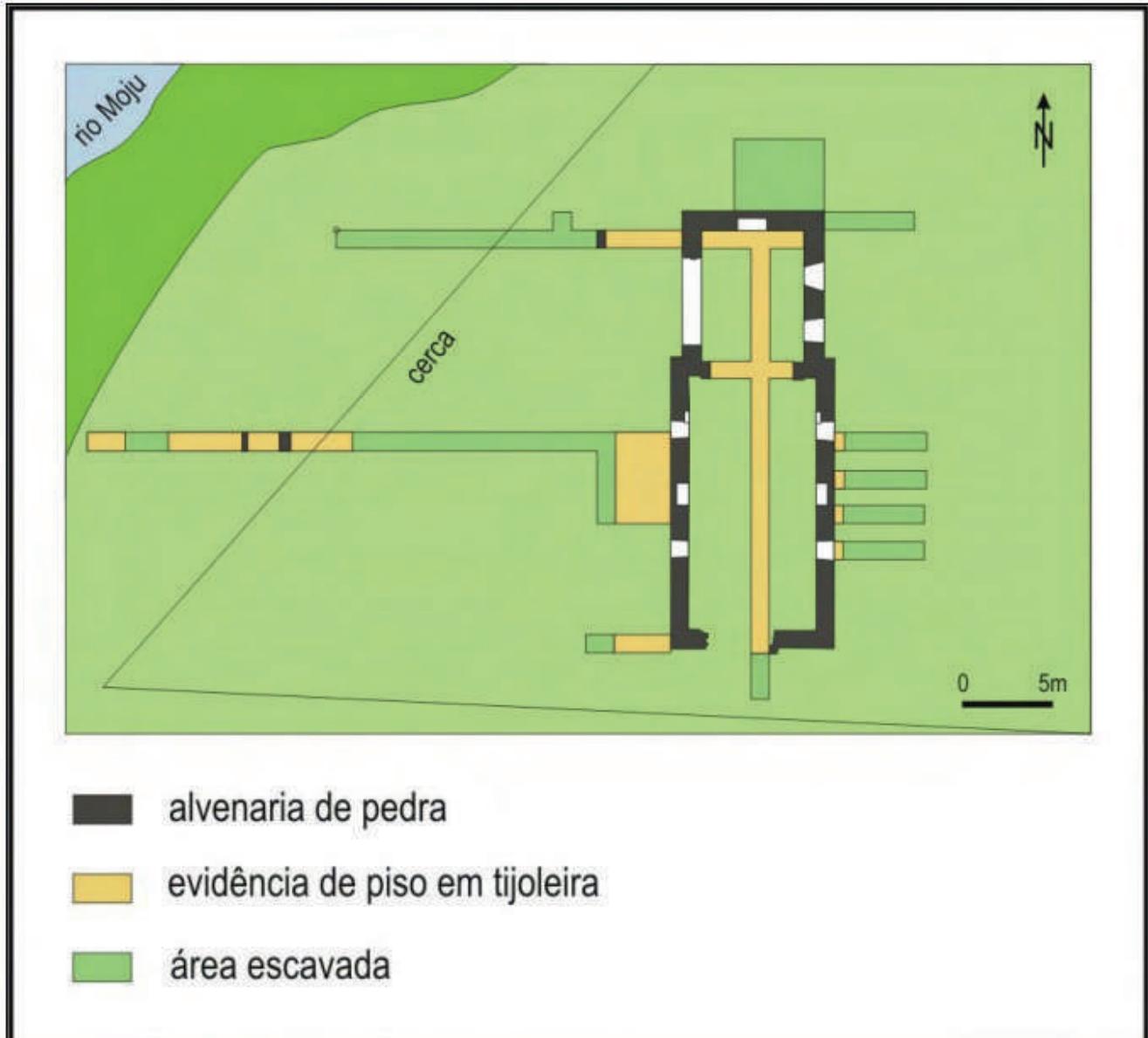


Fig. 42: Levantamento físico identificando sistemas/materiais construtivos da capela do Engenho Jaguarari, Moju.
Fonte: Marques, 2014, p. 146.

Contudo, antes de citarmos os diferentes tipos de edificações encontrados nos conjuntos, ressaltamos que a tipologia de assentamento e a configuração individual de cada edifício dependiam diretamente de sua finalidade. Isto é, para os processos de produção do açúcar e seus derivados era necessária uma estrutura pré-definida que atendesse a essa finalidade. Segundo Azevedo (1990), três processos são fundamentais para a produção no núcleo açucareiro: a moagem, o cozimento e o purgamento. Nesse sentido, cada um deles foi dinamizando-se e, consequentemente, novas formas de produção deram lugar às antigas.

Com a transformação da produção, tanto o maquinário, como as dimensões e a organização dos edifícios foram alterados. Da mesma maneira, as formas de produção e as relações sociais de modificaram. Quanto às formas de produção, estavam ligadas diretamente aos tipos de energias utilizados, que eram fundamentais para a compreensão da tipologia construtiva e do assentamento das construções de cada engenho.

Os diferentes tipos de construções pesquisados e que compunham os conjuntos dos engenhos relacionavam as técnicas e os materiais conhecidos no período colonial com a regionalidade e o conhecimento construtivo local. Nos engenhos de maré foi possível averiguar a ocorrência frequente do tijolo cerâmico nas ruínas das construções de capelas, casas grandes, fábricas, anexos e em algumas partes da calha. Outro material construtivo evidenciado foi a pedra, empregada em algumas calhas e muros de arrimo.

A distância dos engenhos em relação aos centros urbanos e a sua implantação em algumas ilhas tornaram-se um agravante para a disponibilidade de materiais utilizados nas construções. Este fato resultou na regionalização de alguns materiais e na implantação de olarias para a produção *in loco* dos tijolos e das telhas cerâmicas aplicados nas edificações (Gomes, 2008).

Segundo Gomes (2008), a estrutura social também determinava a construção e a utilização de determinadas técnicas construtivas nos engenhos do Nordeste. Um exemplo é a distância dos núcleos de açúcar em relação à área urbana e a outros engenhos, fato que implicava na construção da casa grande com inúmeros cômodos para abrigar um contingente maior de pessoas da família, visitantes e/ou outros parentes. A condição do proprietário em visitar os engenhos somente na época da produção também determinava a configuração da casa grande.

Nas localidades paraenses pesquisadas, os engenhos movidos à energia do vapor e destinados à produção da aguardente e do açúcar, apresentavam uma configuração diferenciada em relação aos engenhos de maré, contudo, os materiais construtivos utilizados seguem o mesmo tipo de natureza, distinguindo-se apenas na configuração mais recente, como por exemplo, os tijolos cerâmicos de seis furos e as telhas cerâmicas mais planas.

De um modo geral, a cerâmica e a madeira estão presentes em todas as edificações que compõem os engenhos paraenses pesquisados, independente do período e do tipo de energia utilizados, distinguindo-se pela escala das construções e na evolução da produção desses materiais construtivos.



Fig. 43: Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Murutucu, Belém.

Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2017. Acervo: IPHAN.



Fig. 44: Calha do igarapé no Engenho Tapoá, Barcarena.

Foto: Alex Raiol, 2013. Acervo: IPHAN.



Fig. 45: Casa Grande do Engenho Carnapijó, Barcarena.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

CASA GRANDE, CAPELA E SENZALA²²

A casa grande normalmente era erguida no ponto mais alto da propriedade, reforçando sua posição social de dominância no engenho. A arquitetura da casa grande traduziu-se numa fundamental manifestação de compreensão do colonizador português quanto ao meio físico do Brasil, resultando num edifício que atendesse às necessidades cotidianas da família do senhor de engenho e, ao mesmo tempo, estivesse adaptado às condições de clima e aos materiais próprios à região.

Costumava se apresentar sob dois modelos: térreo, destacando-se pela horizontalidade, ou com dois pavimentos, aproveitando a parte térrea como porão. Em ambos os casos, era comum varandas circundando a casa, com arcos ou pilares sustentando generosos beirais de amplos telhados. Essas casas eram divididas em numerosos quartos, além de salas diversas, oratório, escritório, copa e cozinha. Costumava servir de hospedagem também a amigos e comerciantes relacionados à família proprietária, que se hospedavam a passeio ou visita, e também devido a assuntos econômicos. Dessa forma, tornaram-se reconhecidas pelo acolhimento e pela suntuosidade expressos na arquitetura do edifício.

As casas grandes comumente encontradas nos engenhos do Norte apresentavam a disposição interna em planta retangular, por vezes constituída de dois pavimentos, normalmente recoberta por telhas cerâmicas do tipo capa e canal. Os engenhos de maré, por sua maior escala de atividades e extensão territorial, em comparação aos engenhos a vapor, apresentavam casas grandes de dimensões parecidas, embora com menos ostentação que as construções dos engenhos nordestinos.

Gomes (2008) cita que a configuração da casa do senhor de engenho no Nordeste passou, assim como a produção, por uma evolução gradual até chegar aos sobrados que conhecemos hoje: “A casa do senhor de engenho seria erguida a seguir e, ao contrário do que muitas vezes se imagina, nem sempre foi grande e nem sempre foi construída com materiais duráveis” (*Ibid.*, 2008, p. 99). Assim, quanto mais afastados dos centros urbanos, melhores e maiores eram as casas de morada dos senhores e de suas famílias, erguidas com materiais mais duráveis. Em comparação,

²² Catarine Saunier



Fig. 46: Casa Grande do Engenho Santa Sofia, Benevides.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

as casas mais próximas a cidades desenvolvidas eram simples, edificadas com austeridade e economia de recursos (Azevedo, 1990).

Dentre os edifícios que compunham os conjuntos dos engenhos de açúcar, a casa grande se destacava pelo partido arquitetônico com mais destaque estético - perdendo apenas para as capelas -, com o objetivo de demonstrar a condição econômica do senhor de engenho e de sua família, bem como trazer uma proximidade com os 'ares' da cidade. Nos engenhos do Norte, observou-se que a casa grande, em alguns casos, estava associada a outros prédios, no caso mais recorrente, à capela (Marques, 2004).

A partir de plantas pesquisadas e de observações iconográficas pode-se afirmar que não houve uma quebra da concepção retangular da planta da casa grande em nenhum dos engenhos estudados. Situação em comum aos demais conjuntos pesquisados conhecidos. A associação entre prédios, como por exemplo, a casa grande ligada à capela, ao armazém, à fábrica ou a outros anexos, sofre mudanças em alguns casos. Essa relação é justificada pela hierarquia e simbologia da casa grande, posicionada estrategicamente no terreno para o acompanhamento de todas as atividades de produção na área.

Gomes (2008) relata que a capela representa a construção mais bem realizada e mais bem conservada que as demais, ao menos se considerarmos a maioria dos engenhos estudados. A capela, assim como a casa grande, também demonstra a preocupação construtiva com o ornamento e o acabamento diferenciados das demais construções, indicando em alguns casos a técnica perceptivelmente profissional, aplicada tanto no ornamento quanto na complexidade do partido arquitetônico. Azevedo (1990) igualmente cita a durabilidade construtiva das capelas dos engenhos em comparação às demais construções que compunham o conjunto:

A sobrevivência dessas construções se explica, por um lado, pelo fato dos edifícios religiosos recebem um tratamento construtivo e decorativo mais apurado que a arquitetura civil e, por outro, pelo seu uso social continuado, não só pela população dos engenhos como também pela vizinhança. Muitas dessas capelas, transformadas em sedes de freguesias, ou simplesmente capelas de pequenos povoados, asseguraram sua sobrevivência como equipamento comunal, quando a instituição que lhes deu origem, o engenho, já havia desaparecido (*Ibid.*, 1990, p. 119).

Como exemplo da durabilidade do tipo de técnica e sistemas construtivos empregados nas capelas dos engenhos, duas dessas construções estão inventariadas. No primeiro caso, referente ao Engenho Jaguarari, em Moju, já não existe a indicação das ruínas da casa grande, enquanto as ruínas da capela, dedicada à Nossa Senhora da Assunção, ainda residem no antigo terreno. O outro caso refere-se ao Engenho Murutucu, cuja capela, dedicada à Nossa Senhora da Conceição pelos frades carmelitas, manteve sua volumetria preservada - ainda que sem cobertura - continuamente às estruturas da casa grande.



Fig. 47: Casa Grande do Engenho Paz e Amor, Abaetetuba.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

As plantas dessas duas capelas são retangulares com nichos laterais que, possivelmente, tinham a finalidade de capelas secundárias. Marques (2004, p. 108) cita o inventário do Sr. Feliz José de Lucena Coutinho, de 15 de outubro de 1761, no qual é mencionada a presença de duas torres na capela do Engenho Jaguarari e a sacristia aos fundos, feita em pedra e cal.

Comparativamente, as plantas de capelas nos engenhos do Nordeste eram mais elaboradas, podendo ocorrer diferentes concepções arquitetônicas, como plantas ortogonais, avarandadas e com galerias nas laterais; enquanto nos engenhos nortistas prevalecia a simplicidade das formas das construções, mesmo com exceções como da reforma realizada pelo arquiteto italiano Antonio Landi na capela do Engenho Murutucu, quando inseriu elementos neoclássicos em sua composição.

Sobre as moradas dos proprietários dos engenhos a vapor inventariados, a tipologia construtiva é constituída por um corpo único, de menor escala que as casas grandes dos engenhos d'água, cujo sistema construtivo sofria influência direta dos condicionantes climáticos e, também, culturais decorrentes da arquitetura ribeirinha. Cabe lembrar que igualmente às casas grandes dos engenhos do Nordeste, os engenhos a vapor do Norte e suas moradas também são concebidos com materiais construtivos menos duráveis, optando por tipos que são facilmente encontrados na região, como por exemplo, a madeira de espécies nativas.

Além da popularização da produção da aguardente na região durante a década de 1950, esse tipo de atividade se inseriu em núcleos sociais já estabelecidos (Anderson, 1991). Isto deveu-se a maior facilidade na instalação do maquinário do engenho a vapor e na diferenciação da produção do açúcar e da aguardente, favorecendo a introdução e a aquisição de equipamentos para a fundação de um engenho. Fatos diferenciados na concepção dos engenhos d'água, que tinham na ocupação da área a razão primal de sua implantação em uma determinada área.

Ademais da expansão da produção da aguardente, a nova relação de proprietário e mão de obra livre e assalariada reconfigura as formas como são estabelecidas as atividades de produção do açúcar e da aguardente nos engenhos do Norte. O modo como a construção da morada dos proprietários foi realizado é consequência de outra realidade cultural.

A expansão da produção, tanto agrícola como industrial, para atender à crescente demanda, ocorreu não tanto por inovações na tecnologia, mas essencialmente pela multiplicação das unidades de produção. O tradicional sistema produtivo era surpreendentemente divisível, podendo crescer em pequenas etapas (Anderson, 1991, p. 111).

Assim, a facilidade em abrir um engenho a vapor, gerir a produção e escoar as mercadorias, por meio da grande aceitação do produto no mercado interno, foram os principais fatores de popularização dessa atividade. A configuração das casas dos proprietários dos engenhos a vapor, da área aguardenteira²³ do Norte do Brasil, portanto, sofreu grande influência das tipologias ribeirinhas das casas encontradas na área. E as condições climáticas foram fatores fundamentais para direcionar as concepções construtivas das moradas.

²³ Expressão utilizada por Anderson (1991).



Fig. 48: Capela do Engenho São Pedro, Belém.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

Um exemplo das particularidades climáticas da região são os períodos de estação de cheia e vazante, propícios a inundações de algumas construções que eram erguidas, muitas vezes, sob palafitas. Essa proximidade com os rios permitia a ancoragem do principal meio de transporte das famílias e trabalhadores, os barcos.

O número de cômodos desse tipo de edificação correspondia ao imprescindível, e os espaços divididos seguiam o repertório aprendido por gerações anteriores de ocupação da área. O partido arquitetônico utilizado para essas edificações chega, então, antes do conhecimento produtivo da aguardente.

As plantas das casas são retangulares, e os materiais utilizados em suas divisórias internas e externas são os encontrados com maior facilidade na área e também mais adaptados ao regime climático. A madeira, a cerâmica e a alvenaria de tijolos são utilizados em todas as construções das moradas dos donos dos engenhos da região aguardenteira. A maneira como os cômodos se dispõem e se interligam segue a concepção simples das moradas ribeirinhas, cuja configuração básica mais utilizada era composta de sala de estar, quartos (número restrito, somente o suficiente), cozinha e banheiro, que era erguido sob palafitas, posicionado e acessado pela parte posterior da edificação.

Pelo tipo de material construtivo utilizado e o declínio da produção na região entre as décadas de 1970 e 1980, muitas moradias foram destruídas para o aproveitamento do material em outras construções como abandonadas, o que resultou em seu completo arruinamento. Assim, poucas casas de proprietários de engenhos a vapor na região permanecem desde a época de pleno funcionamento da atividade açucareira.

No caso das senzalas, tanto no Norte quanto no Nordeste, restaram poucos indícios físicos, devido à utilização de materiais e técnicas pouco duráveis, além da problemática da continuidade de seu uso. Azevedo (1990) relata que essas construções, destinadas às moradas dos escravos, eram lineares com cobertura em materiais simples, como palha e paredes em barro.

O termo senzala aparece na literatura especializada, ora designando edifício inteiro, ora um dos cômodos que o compunham. A senzala era térrea, tinha as paredes em taipa de pau-a-pique e podia ser coberta com palha ou telhas de barro. Há raros registros de senzalas construídas com materiais mais duráveis e resistentes, como o tijolo e a pedra (Gomes, 2008. p. 102).

Ainda sobre o significado arquitetônico da senzala, Azevedo (1990) cita o inventário realizado no século XVIII do Engenho Pimentel, na Bahia, “(...) senzalas entre melhores e piores, feitas de esteios, cobertas de palha com portas”; “(...) no Bom Gosto, aparecem apenas três senzalas grandes feitas de esteios de taipa de mão, cobertas de telhas, com suas portas (...)” (*Ibid.*, p. 157). Isso demonstra que a denominação senzala era utilizada como “unidades de morada” e não uma edificação completa.

Em documentos sobre os engenhos do Norte a respeito das senzalas, estas são citadas em inventários com diferentes nomenclaturas, como por exemplo, ‘rancho dos pretos’, a qual foi



Fig. 49: Capela do Engenho Cafezal, Barcarena.

Acervo: IPHAN.

utilizada na obra “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira, quando de sua visita em 1784 ao Engenho Mocajuba do Araguaia, localizado em Barcarena. Segundo levantamento arqueológico de Marques (2004), foi evidenciada essa construção: “Rancho dos pretos, que é uma construção avarandada, em forma de ‘L’, com 42m x 25m, possuindo 15 pequenos cubículos enfileirados” (*Ibid.*, 2004, p. 49).

O levantamento histórico do Engenho Jaguarari, em Moju, evidenciou o inventário realizado a pedido do governador Manuel Bernardo de Melo e Castro, em 15 de outubro de 1761, que cita na propriedade do conjunto a existência de “(...) umas casas térreas, com cerca de 17m x 40m, que incluíam doze cubículos” (Marques, 2004, p. 53). Ainda no mesmo documento é incluída a existência de “62 escravos negros, avaliados em seis contos e quinhentos e setenta mil réis, e 95 índios” (*Ibid.*, 2004, p. 54).

Gomes (2008) aponta que pode ser possível que os escravos tenham habitado os cômodos baixos das casas grandes em alguns engenhos do Nordeste, a partir da análise de pinturas disponíveis onde não se vê distinção de moradas, mas apenas a casa grande e os anexos de produção do açúcar. No Norte, foi possível constatar, por meio da bibliografia consultada, a existência dessas moradas nos engenhos d’água do século XVIII, contudo nenhuma evidência física pôde ser inventariada. Isto deveu-se pela inexistência de uma técnica construtiva mais aprimorada, pela utilização de materiais pouco resistentes aos condicionantes climáticos e pela permanência do uso.



Fig. 50: Fábrica do Engenho São Pedro, Belém.

Foto: Alex Raiol, 2013. Acervo: IPHAN.

CASA DE ENGENHO (FÁBRICA, ARMAZÉM E AFINS)²⁴

A funcionalidade é o principal fator de direcionamento da concepção das construções de apoio e produção do açúcar nos engenhos do Norte e Nordeste. As linhas arquitetônicas simples e precisas restringiam muitas vezes as edificações a uma concepção minimalista, concebendo os espaços sem divisões, fechamentos internos e externos, sendo compostas apenas por pilares e cobertura.

A forma geométrica das casas de engenho, cuja composição estética era simplificada, representava a necessidade de atender a otimização dos espaços de produção, haja vista a economia de materiais construtivos, escassos em determinadas áreas, devido ao afastamento com os núcleos urbanos. Nos engenhos d'água e a vapor era comum que os desenhos das coberturas das fábricas, armazéns e afins fossem descontínuos, resultado de plantas de formatos variados em relação à forma retangular tradicional (Gomes, 2008).

Segundo Azevedo (1990), as fábricas com planta em formas de "L" eram muito frequentes em engenhos pernambucanos no século XVII, assim retratadas nas pinturas de Franz Post. Na parte mais extensa desse tipo de planta, localizava-se a casa das caldeiras e na outra longitudinal, havia a casa da moenda. Essa concepção é variável segundo a disposição da construção no terreno, bem como no tipo de energia utilizada.

Quando da inserção das chaminés nas fábricas, houve a necessidade de adaptar as coberturas para que aquelas pudessem ser instaladas. Contudo, o tipo de volumetria simples é perpetuado como uma forma conceptiva quase instintiva, onde a funcionalidade excede qualquer preocupação estética e independe do tipo de energia utilizada nos engenhos.

Conforme Azevedo (1990), os grandes vãos concebidos nesse tipo de edificação foram possíveis graças a tesouras de madeira, que sustentavam coberturas recobertas por telhas cerâmicas, variando de duas a quatro águas de telhados.

Nas ruínas das fábricas dos engenhos do Norte, segundo Marques (2004), a composição e interligação das casas de produção correspondia a um partido arquitetônico livre. Essa liberdade

²⁴ Catarine Saunier

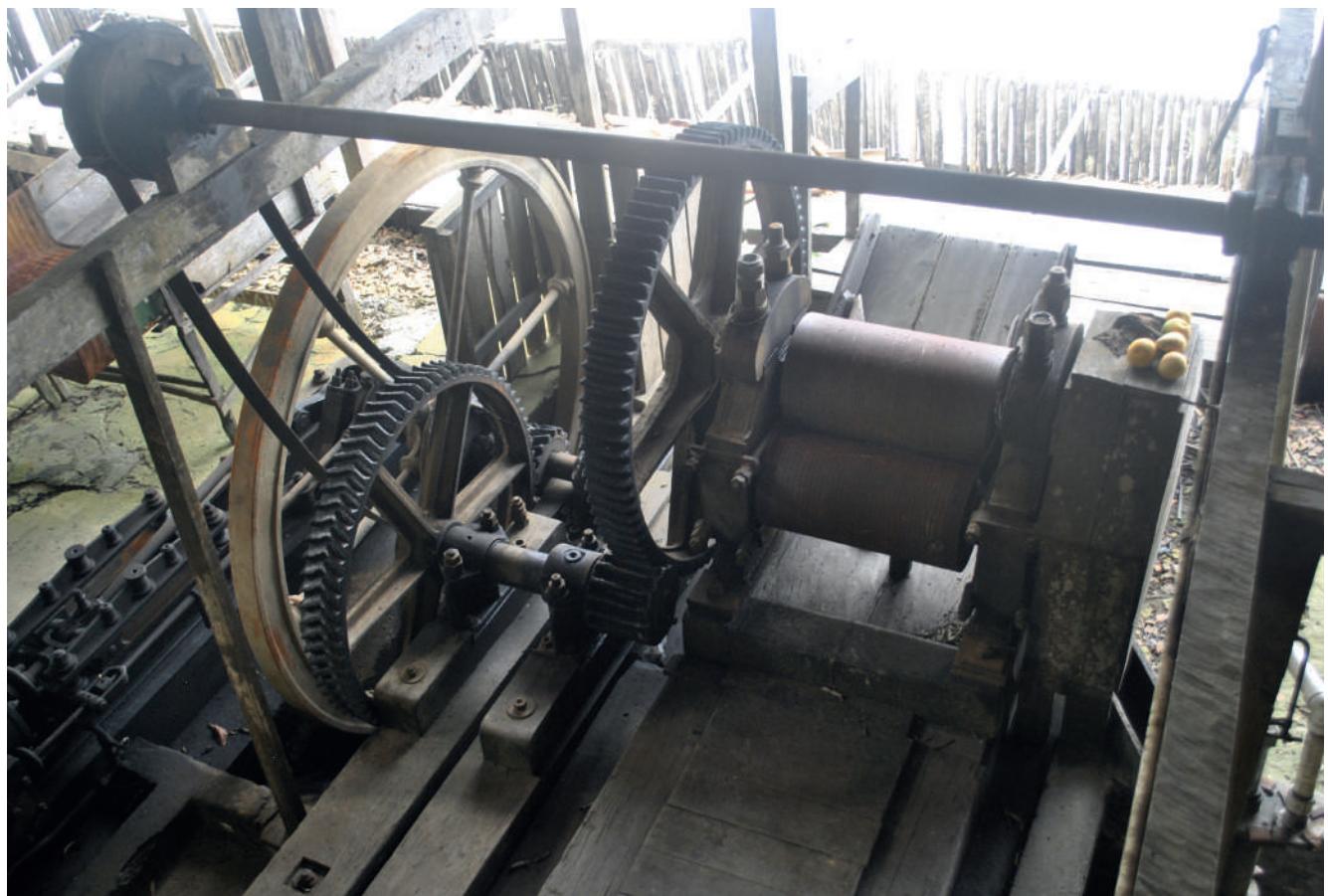


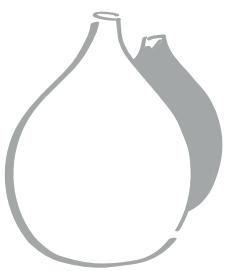
Fig. 51: Moedor de cana do Engenho Pacheco, Abaetetuba.

Foto: Alex Raiol, 2013. Acervo: IPHAN.

de concepção espacial dos edifícios de produção resultava no mesmo tipo de configuração variada dos engenhos do Nordeste.

A partir da pesquisa de campo, constatamos que a geometrização das plantas das fábricas e a funcionalidade do espaço são o principal propósito conceptivo das formas construtivas. A simplicidade e a austerdade dos prédios de produção dos engenhos são fundamentos presentes em todos os engenhos estudados, independente do tipo de força motriz utilizada para o fabrico do açúcar e derivados. Fato que difere das casas grandes dos engenhos d'água em comparação aos de vapor da região.





**ENGENHOS:
PATRIMÔNIO CULTURAL**



Fig. 52: Maquinário importado do Engenho Pacheco, Abaetetuba.

Foto: Catarine Saunier, 2013. Acervo: IPHAN.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO²⁵

O termo habitante desenvolve-se do verbo latim *habeo* que indica a condição de pertencimento, posse ou apropriação. Incluindo-se a partícula “it” acrescenta-se a permanência dessa relação. Portanto, o habitante indica o local de seu pertencimento e as construções erguidas ao longo de uma parcela temporal, por diferentes e variados fatores que determinam sua situação no tempo. Sobre isso, Ulpiano Menezes (2009, p. 27) sinaliza que: “[...] trata-se, portanto de uma relação de pertencimento - mecanismo que nos processos de identidade, nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizam nossa existência”.

Ao pesquisar sobre a individualidade e a heterogeneidade dos sítios dos complexos do açúcar, inclusive identificando padrões de assentamento, identificaram-se referências para o entendimento do *status quo* da história da ocupação da região Norte do país. A interdisciplinaridade que o instrumento de inventário dos engenhos assumiu na pesquisa de campo foi indispensável ao apontamento da articulação de outras especialidades para determinar qual ‘olhar’ direcionar para a definição do que é relevante à proteção patrimonial.

O trabalho desenvolvido em campo demonstrou que as características da ocupação, deixadas na região por esse tipo de economia, construíram laços e ressignificações, que estão além do suporte material das ruínas e das construções inventariadas. A condição principal evidenciada está em como a materialidade das coisas patrimonializadas são importantes para a construção da memória e da identidade de determinado(s) grupo(s).

Assim, os engenhos e seus remanescentes indicam registros materiais dessas representações de memória e de apropriação desses locais, que perpetuam e ecoam na construção da identidade dos habitantes dessa região. A diferença entre a dimensão material e a imaterial do patrimônio cultural não está em sua natureza, mas em sua operacionalização. Por isso, podemos extrair diferentes aspectos no viver das localidades visitadas, que se apropriaram do fenômeno social em decorrência da atividade econômica da cana-de-açúcar.

²⁵ Catarine Saunier



Fig. 53: Ilustração de engenho de aguardente, Igarapé-Miri.

Pintura: Rubens Laurinho, 2008. Acervo: Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri.

Um exemplo são os modos de viver, criar e fazer nesses lugares, apresentados como resultado da instalação dos engenhos como, por exemplo, o modo de construir e de implantar as edificações no terreno, o sistema construtivo aprendido e utilizado, as diferentes formas de se localizar geograficamente - por vezes, utilizando o posicionamento de um engenho como referência -, as relações de trabalho, lazer, folclore e arte. Para tal questão, podemos apontar os habitantes do município de Igarapé-Miri que, devido à grande quantidade de engenhos a vapor - datados do início do século XX até a década de 1980 -, retratam suas lembranças desse período em canções, poemas, expressão artística popular e modos de referenciamento espacial.

Exemplo característico disto é o caso do sr. Miguel Arcanjo de Castro Machado, de 82 anos, nativo de Igarapé-Miri (região do Rio das Flores) que, em parceria com o pintor Rubens Laurinho, retrata as paisagens dos antigos engenhos como forma de 'contar' histórias às novas gerações sobre esse ciclo temporal. No total foram produzidas mais de três dezenas de telas que demonstram, em linguagem artística, as paisagens naturais da região, com o posicionamento em destaque dos engenhos nas cenas pintadas. Esse acervo de pinturas permanece sob custódia da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri.

Desse modo, expor expressões dos modos de viver e se relacionar dos grupos locais relata a dimensão imaterial do patrimônio cultural, seu valor intrínseco, identificado por meio dos produtos dessa ocupação que foram seletivamente absorvidos, reinterpretados, produzidos e socializados por esses sujeitos. É nesse ponto que está o 'coração' dessa pesquisa, o sentido de preservar - por meio do instrumento do inventário cultural - todas as camadas desse trabalho, que têm o sentido básico nas práticas sociais e na demonstração de que o valor patrimonial está em qualquer domínio vivenciado.

Entendendo que o IPHAN é, ao mesmo tempo, instituição produtora de saber especializado, por meio de ações de pesquisa, como também fiscalizadora e gestora do patrimônio cultural brasileiro, destacamos o inventário cultural como meio conciliador dessas duas vertentes institucionais e, também, uma medida inicial de conhecimento e de proteção do patrimônio estudado.

Nesse sentido, é relevante reconhecer que diretrizes e medidas de preservação devem ser planejadas no sentido de reconhecer e de preservar os registros materiais dos antigos engenhos no Pará, especialmente nas próprias localidades pesquisadas, destacando os engenhos em função do interesse à proteção e à preservação segundo sua relevância histórica, artística, arqueológica, natural e/ou afetiva.

Na pesquisa de campo, o contato com as comunidades permitiu reconhecermos, de algum modo, suas lembranças quanto à memória da atividade açucareira e a influência que os antigos engenhos deixaram em cada localidade, seja de proximidade, afetividade e/ou identidade. Exatamente por isso, a publicidade dos dados obtidos *in loco* tem por fim estabelecer o diálogo com os interessados, estreitando os laços entre o Poder Público e a sociedade civil, e contribuindo no compartilhamento da preservação desse patrimônio conforme a Constituição Federal de 1988, tornando viável o conhecimento e a gestão dos espaços remanescentes.



Fig. 54: Capela de Santo Amaro do Engenho Val de Cães, Belém. Atualmente abriga espaço multiuso do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação do Governo do Estado.

Foto: Giovanni Blanco Sarquis, 2019. Acervo: IPHAN.

A PUBLICIDADE E A SOCIALIZAÇÃO²⁶

Os sítios arqueológicos de engenhos pesquisados no Inventário Cultural do Patrimônio Material dos Engenhos do Estado do Pará, que resultou na presente publicação, constituem-se em exemplares que comprovam a importância alcançada pela atividade canavieira na zona do estuário amazônico durante o período colonial. Os vestígios arquitetônicos compreendem ruínas de estruturas abandonadas pelo fim da atividade, nas quais estão impressas as marcas do tempo, a maioria localizada às margens de rios, importante força motriz desses engenhos. Na maioria dos casos, esses remanescentes correspondem a antigas construções que compunham a organização do engenho de cana-de-açúcar como, por exemplo, a residência (ou casa grande), a capela, a senzala e a casa de engenho (fábrica, armazéns e afins).

Segundo Marques (2004), por sua localização, representatividade na história regional e, principalmente, possibilidades de conhecimento, os engenhos permitem um campo de descobertas para as atividades de um segmento do turismo denominado arqueológico (arqueoturismo). Essa área tem se constituído em segmento relevante para a atividade turística desde a década de 2000, contribuindo para a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural. Em países como Portugal (ruína do Carmo), Peru (ruínas de Machu Picchu) e Itália (ruínas de Pompéia), a prática do turismo arqueológico acontece com êxito. No Brasil, algumas das experiências bem-sucedidas de sítios localizam-se nos estados de São Paulo (Engenho São Jorge dos Erasmos e Real Fábrica de Ferro de Ipanema), Rio Grande do Norte (Talhado do Gavião, Serra da Formiga, Sítio Mirador) e Piauí (Parque Nacional da Serra da Capivara e Parque Nacional Serra das Confusões).

Fernando Marques, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, ressalta que nas proximidades de Belém, às margens dos rios Guamá, Guajará, Moju, Capim, Muaná e Acará, e também na Ilha do Marajó, já foram localizados inúmeros sítios de engenho, datados dos séculos XVIII e XIX, nos quais constatam-se ruínas de capelas, casas grandes, fábricas e obras hidráulicas. E por suas características históricas e arquitetônicas, essas construções se configuraram como exemplares importantes da cultura regional amazônica. Nesse sentido, essas estruturas de antigos engenhos

²⁶ Giovanni Blanco Sarquis

compõem um diversificado patrimônio colonial, cujo potencial permitiria o planejamento de roteiros de turismo arqueológico que valorizassem sua própria história (Marques, 2004).

E diante desse importante acervo, constituído de pedra, tijolo e história, é necessário desenvolver projetos, aplicar ações socioeducativas e de planejamento sustentável, possibilitando a preservação e a promoção desses bens culturais. Existe potencial nos sítios pesquisados, sendo necessárias iniciativas públicas e privadas no sentido da construção de estruturas físicas e implantação de roteiros de conhecimento, que atendam a uma demanda que não apenas seja turística, mas social, pois são inúmeras as comunidades remanescentes em torno desses antigos engenhos que guardam memórias e registros de um passado vinculado à história da agroindústria canavieira da Amazônia.

Conforme demonstrado por Marques (2004), a região do estuário amazônico onde estão localizados os sítios contemplados nessa publicação é carente de elementos considerados fundamentais ao desenvolvimento do turismo, como infraestrutura de acesso, proteção e sinalização. Além disso, é fundamental a adoção de medidas para evitar danos ao patrimônio histórico existente nos antigos engenhos.

Assim, listamos algumas ações definidas por Marques (2004) como fundamentais:

1) Infraestrutura de Acesso e Proteção aos Sítios Arqueológicos

A viabilização de infraestrutura turística é necessária para permitir qualquer empreendimento turístico, e para esses sítios são imprescindíveis instalações de acordo com as necessidades de cada localidade: centro de visitação local; sanitários; guarita; estacionamento; pequeno porto para embarcações; placas indicativas na área do sítio e estradas; pontos de parada, destinados à alimentação e descanso; melhoramento das condições das vias de acesso terrestres e aquáticas, nesse último caso, melhoramento dos portos de embarque e desembarque; entre outros.

Os centros de visitação local teriam o objetivo de salvaguardar e expor todo o material arqueológico encontrado no sítio, contando a história e retratando a cultura local. Este espaço, além de se tornar mais um atrativo turístico, também serviria como ponto de venda do artesanato produzido pela própria comunidade. Outra situação está relacionada com a existência de um porto para atender tanto as necessidades dos moradores quanto dos visitantes. O que em alguns sítios é indispensável, uma vez que o rio é (normalmente) a única via de acesso. Com relação as rotas de visitação, devem ser previstos pontos de paradas para alimentação, descanso e interação cultural.

2) Oficinas de Educação Patrimonial e Ambiental

Ação importante para a socialização dos sítios de engenhos, pois envolve a conscientização das comunidades residentes às proximidades desses locais. Por isso, a educação patrimonial objetiva o reconhecimento da história local e, consequentemente, estimula o sentimento de pertencimento pelos moradores do lugar, conscientizando-os sobre a importância do turismo para a proteção do patrimônio. A educação ambiental, por sua vez, subsidiaria essas comunidades na exploração dos recursos naturais de forma sustentável, considerando que é comum, nestas localidades, a exploração desses recursos ser a base de suas economias.

3) Cursos de Capacitação de Guias de Turismo e Monitores Ambientais

Práticas que instituem qualidade a uma prestação de serviço determinante para a socialização da informação referente aos bens históricos, e mitigando, inclusive, estatísticas de desemprego.

4) Estudo da Capacidade de Carga

A fragilidade dos sítios arqueológicos e dos seus vestígios impõe a avaliação da capacidade de carga desses lugares, de modo que seja possível controlar a quantidade de visitantes, pois o número de pessoas deve ser compatível com os espaços disponibilizados para a visitação.

5) Elaboração de Estratégia de Marketing

As estratégias de marketing devem atender a necessidade de um fluxo turístico específico que aprecie o patrimônio cultural, haja vista que a viabilidade econômica dos sítios de engenhos depende da existência de um público visitante.

6) Sinalização Turística

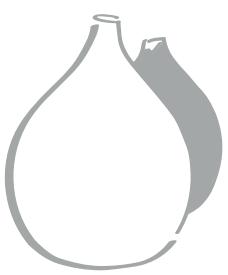
Prática que facilite a localização dos pontos históricos no sítio para os visitantes. Deve ser implantada conforme os critérios básicos de interpretação e sinalização turística bilíngue, e de acordo com os padrões estabelecidos pelo IPHAN.

7) Formação de uma Comissão Gestora Local

Medida que deve ser exercida por uma comissão local visando administrar a área que abrange o sítio do engenho.

O conjunto dessas ações, preferencialmente articuladas, deve ter como motivação a preservação da história e das reminiscências materiais dos antigos engenhos, bem como assegurar a manutenção das comunidades residentes às proximidades desses sítios, viabilizando infraestrutura para o desenvolvimento desses lugares. Dessa maneira, a valorização do patrimônio cultural surge comprometida com o resgate da memória, permitindo oportunidades de emprego e de renda, oportunidades de educação básica e formação profissional, novas perspectivas de melhoria das condições de vida da população local e auxílio financeiro para a conservação dos próprios sítios.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Fig. 55: Rótulo de aguardente.

Acervo: IPHAN.

ANDERSON, Scott Douglas. Engenhos de Várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional da Amazônia. In: Amazônia: A fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991.

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico. Tomo IX. Belém: Tipografia Lauro Sodré, 1916.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Arquitetura do açúcar. São Paulo: Nobel, 1990.

BARATA, Manoel. Formação Histórica do Pará. Belém: UFPA, 1973.

BARRETO, Mauro Vianna. Abordando o passado: uma introdução à arqueologia. Belém: Paka-Tatu, 2010.

BASTOS. R. L. & SOUZA, M. C. IPHAN: Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo: IPHAN, 2008.

BETTENDORFF, João Felipe, Pe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. 2ª Edição. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

BEZERRA NETO, José Maia. Fazendo a sua parte: escravos em fuga e abolicionismo em Benevides - Grão-Pará (1881-1888). História e História, São Paulo, jun. 2011.

_____. Mercado, Conflitos e Controle Social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1881 - 1888). História & Perspectivas, Universidade Federal de Uberlândia, vol. 22, pp. 267-298, 2009.

BICCA, Elizabeth Panitz e Paulo Renato Silveira. Arquitetura na Formação do Brasil. Brasília: UNESCO/IPHAN, 2008.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformações da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. Topoi, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 18, jan./jun. 2009, pp. 24-38. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi18/topoi_18_-_artigo_3_-_familias_de_elite_corrigido.pdf. Acesso em: 02 maio 2013.

CASTRO, Edna. Terras de Preto entre Igapé e Rios. Trabalho apresentado no II encontro anual da ANPPAS, 2004. p.01. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/edna_castro.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2016. Acesso em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/2260>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

_____. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Editora Açaí, 2010.

_____. "The 'government of the sertões': Cane Brandy, Sugar and Indians in colonial Amazonia". In: CURTO, José C. & TROTMAN, David V. (orgs.). *Alcohol in the Black Atlantic*. Londres: Continuum Books, 2009.

COSTA, Emilia Vioti da. Da senzala à colônia. São Paulo: UNESP, 1998.

CRUZ, Ernesto. História da Associação Comercial do Pará. 2ª Edição. Belém: UFPA, 1996.

_____. Temas da História do Pará. Belém: SPEVEA, 1960.

_____. História do Pará. Vol. 1. Belém: UFPA, 1963.

CUNHA, Ana Paula Macedo. Engenhos e Engenhocas: Atividade Açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

DECRETO-LEI nº 25, de 30 de Novembro de 1937.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O engenho de açúcar no Nordeste. Documentário da vida rural. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2006.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 10ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica. Volumes I e II. Conselho Federal de Cultura, 2002.

FONSECA, Carlos. Sinopse da História dos Municípios do Pará. Belém: Gráfica Santo Antonio, 1977.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTTA, Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). Inventários de Identificação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Edição. São Paulo: Global, 2006.

_____. Sobrados e Mocambos. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: O Historiador e suas fontes. PINSKY, Carla Regina & LUCA, Tania Regina de (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Graça Lobato. LOBATO, Eládio. Memória dos Engenhos do Baixo Tocantins: Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Tocantins. Belém, 2011.

HOBBSAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Município de Barcarena. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

KARNAL, Leandro & TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: O Historiador e suas fontes. PINSKY, Carla Regina & LUCA, Tania Regina de (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

LEI nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Paper do NAEA/UFPA, Belém, out. 2000.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2004.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares & BARROS, Mary Rodrigues. Arqueoturismo no Estuário Amazônico: valorização histórico-cultural de sítios de engenhos coloniais. In: First International Meeting on Tourism management: The Public and Private Sectors. Ouro Preto, 2008.

MORAIS, Daisy de. Arqueologia da Arquitetura, Estação Ferroviária de PIRAJU: ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo. Erechim/RS: Habilis, 2007.

MOTOYAMA, Shozo. Prelúdio para uma história: Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

MOTTA, Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). Inventários de Identificação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

PARÁ. Governo do. Estatística Municipal: Acará. 2010. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/acara.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2013.

_____. Estatística Municipal: Igarapé-Miri. 2010. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/igarapmiri.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2013.

_____. Estatística Municipal: Moju. 2010. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/moju.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2013.

_____. Estatística Municipal: Marituba. 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/marituba.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2013.

_____. Estatística Municipal: Belém. 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/belem.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2012.

_____. Álbum do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Exceléncia o Senador Dr. José Paes de Carvalho. Belém: F. A. Fidanza, 1900.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1999.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Síntese de História do Pará. Belém: Guanabara, 1972.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROQUE, Carlos. História dos Municípios do Pará. Belém: Cejup, 1998.

SALLES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Belém: SECULT, 1988.

SAMARA, Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMONIAN, Ligia T. L. Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena/PA). Belém: NAEA/UFPA, 2004.

SMITH, Robert Chester. Robert Smith e o Brasil: cartografia e iconografia. Brasília: IPHAN, 2012.

TEIXEIRA Jr., Luiz Alexandre. O engenho colonial. São Paulo: Ática, 1991.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. Paisagem cultural: uma contribuição ao debate. *Vitrivius*, São Paulo, nº 100, nov. 2008. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.100/1869>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araújo. As fragilidades e as potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Revista CPC*, São Paulo, nº 13, nov. 2011/abr. 2012, pp. 51-73.

VEGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.

Este livro foi composto com as famílias das fontes
Minion Pro e Frutiger.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



